

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 894
7 de Fevereiro de 1991
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Reunião do Comité Central

O Comité Central do Partido Comunista Português, na reunião de sexta-feira, 1 de Fevereiro, caracterizou os desenvolvimentos da política do Governo de direita, traçou linhas de acção para lhe fazer frente, debateu as perspectivas e a viabilidade de uma alternativa democrática, definiu as grandes linhas de actuação para os próximos meses e a preparação para a batalha das eleições de 1991 para a Assembleia da República e aprovou orientações e iniciativas para o reforço do Partido e para as comemorações do 70.º Aniversário da sua fundação.

O Comité Central debruçou-se também sobre a guerra do Golfo e aprovou a posição do Partido face aos seus últimos desenvolvimentos.

As conclusões da reunião do Comité

Central constam de duas resoluções: uma sobre a situação política e as tarefas do Partido e outra sobre o 70.º Aniversário do PCP.

Avaliando o desenvolvimento positivo da actividade do Partido na vida política, social e cultural do país, a solidez da organização, o empenhamento dos militantes, o enraizamento profundo na classe operária e nas massas populares e o significado do assinalável êxito político e eleitoral nas eleições presidenciais, o Comité Central considera com confiança que as tarefas aprovadas serão realizadas.



Alvaro Cunhal, Carlos Luis Figueira, Rosa Rabials e Aurélio Santos na Conferência de Imprensa que divulgou os resultados da reunião do CC

- **9 de Março: comício do 70.º aniversário do PCP em Lisboa**
- **23 de Março: comício do 70.º aniversário do PCP no Porto**
- **26 de Maio: Conferência Nacional do PCP sobre as eleições legislativas**
- **6, 7 e 8 de Setembro: Festa do «Avante!»**



Manifestações no Porto contra a guerra no Golfo

Sim à Paz!

- Manifestações no Porto e noutros pontos do País exigem o fim da guerra no Golfo, Págs. 8, 9 e 10/Semana
- «O império americano e a Humanidade» — artigo de Miguel Urbano Rodrigues, Págs. 8 e 9/Semana
- No próximo número: «É preciso, é urgente que a guerra pare.» Intervenção do deputado comunista João Amaral na Assembleia da República

Pacote laboral É possível derrotar o projecto do Governo

• Págs. 1, 2, 3
e 4/Semana

Deputados comunistas denunciam: Governo contra inquilinos e agricultores

Pág. 7/Semana

Tarefas centrais do momento actual

O ano de 1991, o primeiro da última década do segundo milénio, destina-se a um lugar de relevo no calendário político português e da conjuntura internacional.

Fenómenos contraditórios de natureza diversa em conjugação, alguns de extrema complexidade, aproximam-se de um ponto de catálise ou de um ponto de ruptura.

São de facto fenómenos e acontecimentos de um tempo de mudança e neles um papel crucial cabe às forças intervenientes politicamente mais aptas, mais capazes de discernir e identificar os factores condicionantes e perspectivizar o seu desenvolvimento dialéctico; de influir beneficentemente na sua evolução, e de contrariar e anular tanto quanto possível as inflorações mais nefastas para o nosso povo e o nosso país.

É um processo que recusa todo o charlatanismo, os jogos verbais, o subjectivismo de análise que têm caracterizado - com realce particular nos últimos dois meses - a conduta da chamada «classe política» oficial e oficiosa e de certos «analistas» e comentadores encartados da comunicação social falada e escrita.

A última reunião plenária do Comité Central do PCP, de que neste número do «Avante!» publicamos os documentos principais, obedeceu a estas determinantes. O CC do PCP procurou responder às exigências de um exame objectivo e realista da situação portuguesa e da conjuntura externa actual e definir com a sua noção das responsabilidades, do seu papel na sociedade portuguesa e da sua capacidade de intervenção política nos acontecimentos, as linhas de força da actuação e os objectivos centrais das tarefas prioritárias do Partido e do calendário político para o ano em curso.

Como é óbvio, os comunistas não assistirão de braços cruzados aos fenómenos de mudança dos tempos actuais - intervirão no processo com todos os seus recursos e energias, procurarão influir activa e positivamente nele com a sua influência de massas, a sua provada experiência e a sua visão do presente e do futuro, com as propostas audaciosas e promissoras, saídas do seu XII Congresso de Dezembro de 1988 e confirmadas pelo XIII de Maio do ano transacto, de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

No Portugal dos nossos dias são visíveis os efeitos deste processo de mudança mas no sentido retrógrado.

Os planos de liquidação do Sector Empresarial do Estado - passo essencial para a reconstrução dos grupos monopolistas anteriores ao 25 de Abril e a formação de novos grupos, uns e outros sob a hegemonia do grande capital estrangeiro e das multinacionais - estão em vias de efectivar-se nos sectores mais rentáveis e decisivos da economia portuguesa com as privatizações já programadas pelo Governo PSD/Cavaco Silva até ao final de 1991. Identicamente, a destruição da Reforma

Agrária (agora institucionalizada pela extinção da Zona de Intervenção em Dezembro do ano passado) modificou já radicalmente com a reconstituição dos latifúndios o panorama agrário e social do Alentejo e do Ribatejo.

As transformações económicas e sociais operadas até agora sob a iniciativa do governo da direita - as celebradas «reformas de estrutura» de Cavaco Silva - alteraram já de maneira profunda o «facies» do país e pesam duramente nas condições de vida dos sectores mais carenciados da população portuguesa.

Não é esse o sentido das mudanças que o povo português deseja e necessita.

É óbvio que a alienação de empresas públicas ao capital estrangeiro e a «exportação» para o domínio das multinacionais da direcção estratégica da nossa economia não promove antes contraria o seu desenvolvimento harmónico na linha de defesa dos interesses do povo e do país, não obedece a quaisquer objectivos de correcção dos desequilíbrios e assimetrias sociais e regionais, de superação do nosso atraso tecnológico e produtivo antes os aprofunda e agrava.

Os interesses dos grupos estrangeiros em estreita associação com o grande capital privado português assentam essencialmente na caça ao lucro máximo e fácil à custa dos baixos salários, dos baixos custos da segurança social dos trabalhadores portugueses, na crescente precarização do trabalho, no agravamento das desigualdades e injustiças sociais em prejuízo das classes, camadas e sectores mais desfavorecidos da nossa população, em particular dos trabalhadores.

Enisso que assentam os planos de aumento da competitividade dos produtos portugueses no projectado Mercado Único Europeu, a entrar em vigor em 1992.

É neste quadro e para servir ainda de modo mais servil e favorável os interesses do grande capital estrangeiro e português que o Governo PSD/Cavaco Silva tenta de novo impor o estafado «pacote laboral» - que os trabalhadores têm rejeitado firmemente até agora e se propõem continuar a rejeitar.

A aprovação pela maioria parlamentar do PSD a que se juntaram os votos do CDS de autorização legislativa para o conjunto dos seus decretos-lei enunciados pelo Governo, faz adensar as ameaças de um novo agravamento do regime laboral e da precariedade e falta de garantias do emprego dos trabalhadores portugueses.

O «ajustamento às regras em vigor na CEE» com que o Governo procura justificar o «pacote» é um argumento hipócrita que esconde as gritantes desigualdades do regime de trabalho em Portugal relativamente aos restantes países da Comunidade Europeia e da própria Europa capitalista no seu conjunto. Busca iludir a manifesta inconstitucionalidade formal dos diplomas - como foi demonstrado no debate pelo Grupo Parlamentar do PCP.

A nova ofensiva do Governo traz para a ribalta as diferenças das situações salariais e da legislação do Trabalho entre Portugal e os restantes países da CEE, mesmo numa tendência generalizada na Comunidade para agravar contra os trabalhadores o desnível da distribuição dos rendimentos entre o sector do trabalho e o capital.

Nos quatro anos de adesão de Portugal e Espanha à CEE (1986 a 1990) enquanto os custos salariais unitários reais baixaram para os restantes dez países da Comunidade de 95 para 92 por cento (base 100 em 1980) e os da Espanha de 89,5 para 85,5 por cento, os custos em Portugal baixaram de 91,5 para 77,5 por cento, o que significa nos 3 casos e em 10 anos uma quebra de 8, 12 e 22,5 por cento (Portugal).

Basta lembrar que 1 ano de salário mínimo mensal nacional, naturalmente muito inferior ao salário e ao custo unitário médios, compreendendo o problemático subsídio de férias e o 13º mês) é de 561,4 contos.

E basta lembrar também que o índice de pobreza da CEE varia de 1,1 por cento para a Bélgica e a Dinamarca, 5,7 para a França, 9,9 para a Grécia e 15,8 para a Espanha e para Portugal de 34,6 por cento.

Num país onde os salários reais acusavam em Dezembro de 1990 e no espaço de 5 anos, quebras de 11,4 por cento e de 8,1 em sectores como a agricultura, pescas e alimentação e na electricidade, gás e água, onde a taxa do desemprego subiu para 6 por cento (11,2 por cento no Alentejo) - neste país pretende o governo cavaquista com o seu negregado «pacote laboral» facilitar ainda mais os despedimentos e a concentração de maiores poderes repressivos nas mãos do patronato, aumentar a precarização do mercado do trabalho, intensificar a exploração dos trabalhadores instituindo a chamada «flexibilização» dos horários do trabalho.

Como se diz no documento do Comité Central «Com o PCP para uma alternativa democrática», a tentativa de imposição do «pacote laboral» constitui «parte integrante da política de direita de reconstituição e restauração dos grupos monopolistas e do capitalismo monopolista».

O PCP apoia com todas as suas forças a posição da CGTP e de todo o movimento sindical unitário na luta contra a promulgação do «pacote laboral». Na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP, a que se juntou o PS (apesar do seu acordo com o «Pacto Económico e Social» aprovado pelo CPCS) pronunciou-se igualmente contra o «pacote», e no próprio Parlamento Europeu as disposições do «Relatório Salisch» relativas à precarização do trabalho mereceram do Grupo Parlamentar da Esquerda, por intermédio do nosso deputado Barros Moura, uma severa crítica: «A

precarização do emprego é uma forma de enfraquecer a posição jurídica do trabalhador, de limitar os seus direitos e liberdades sindicais,

políticas e pessoais e de enfraquecer a influência das organizações dos trabalhadores.»

No mesmo sentido se referia o «Relatório» apresentado pelo Grupo Comunista ao Conselho da Europa, de autoria de Carlos Carvalhas, relativamente ao Quadro Social da Indústria do calçado na Comunidade Europeia: «A concorrência pelos baixos custos da mão-de-obra determina vários processos de «dumping» social e formas aviltantes de trabalho: trabalho de menores, trabalho precário, trabalho ao domicílio, longos horários de trabalho» de que as condições de exploração dos trabalhadores portugueses é um exemplo frisante.

A firme posição dos comunistas contra o «pacote laboral», a confirmação dos objectivos centrais de luta enunciados no documento do Comité Central, o conjunto das iniciativas previstas no calendário político para o ano em curso, de que o documento enumera as mais salientes, são indicativos da dinamização da acção do Partido na realização da tarefa fundamental imediata dos comunistas: preparar as condições políticas para a derrota e a substituição do Governo de direita do PSD e de Cavaco Silva nas Legislativas e para a viabilização de uma alternativa democrática que atalhe a ofensiva restauracionista do cavaquismo governante e cologue Portugal na senda do progresso económico, social, cultural e político.

«Portugal pode ser melhor» era a legenda do candidato do PCP às eleições presidenciais. É uma linha de pensamento que inspira as grandes iniciativas do PCP para o ano em curso e a que faz referência o documento do Comité Central:

- Intensificar a luta de massas essencial para a alternativa;
 - Intervir activamente nas instituições democráticas em que o PCP está representado - na Assembleia da República, nas Autarquias Locais, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no Parlamento Europeu, no Conselho de Estado;
 - Reforçar a organização do Partido;
 - Organizar como grande expressão da identidade do Partido e da sua história as comemorações do 70º Aniversário do PCP;
 - Participar nas grandes jornadas nacionais unitárias do 25 de Abril e do 1º de Maio;
 - Realizar a Festa do «Avante!» em 6, 7 e 8 de Setembro no nosso espaço da Quinta da Atalaia onde um grande convívio da juventude assinalará em Maio o 70º Aniversário do Partido;
 - Preparar desde já a participação do PCP na batalha eleitoral das Legislativas - tarefa política mais importante e decisiva de 1991.
- Juntamente com a intensificação da luta pela Paz e pelo fim da guerra no Golfo Pérsico, são tarefas centrais do PCP no momento actual.

Resumo

30 Quarta-feira

Na sessão da Câmara Municipal de Lisboa vereadores da maioria e da oposição manifestam o seu protesto pelo facto de atrasos do poder central impedirem que avancem importantes matérias camarárias ■ Os ministros dos Estrangeiros da URSS e dos EUA declaram que a guerra no Golfo poderá terminar imediatamente se o Iraque se comprometer a retirar do Kuwait e cumprir as resoluções da ONU ■ No seu discurso sobre o estado da União, George Bush defende o "protagonismo" dos EUA no Golfo, à luz da garantia de uma "nova ordem internacional" ■ O parlamento da república soviética da Geórgia decide criar um exército próprio e suspender a ordem do poder central para o patrulhamento das grandes cidades por milícias e soldados.

creto-lei que impõe limites ao endividamento das regiões autónomas ■ Mário Soares reúne com Freitas do Amaral que, à saída, reafirma a posição "bastante fechada" do CDS sobre o processo de amnistia no caso FUP-FP 25 ■ Dan Quayle afirma em Londres "não excluir" a possibilidade de os EUA recorrerem a armas nucleares contra o Iraque ■ O presidente Frederik De Klerk anuncia que vão ser revogadas a breve prazo as leis sobre a classificação da população, a posse e uso da terra e a habitação separada, que constituem a base do *apartheid* na África do Sul ■ O governo brasileiro decide congelar os preços e salários no país.

2 Sábado

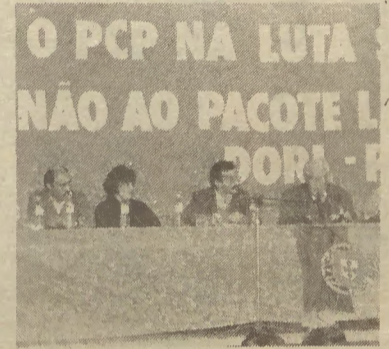
Tendo por pano de fundo a luta contra o novo pacote laboral, realiza-se na JF de Alcântara um encontro de militantes do PCP em empresas e estruturas sindicais do distrito de Lisboa, com a participação de Álvaro Cunhal

31 Quinta-feira

Reúne em Lisboa o Comité Central do PCP ■ Os trabalhadores da Carris efectuam uma paralisação de 24 horas, exigindo aumentos salariais mais elevados ■ Em conferência de imprensa, o Movimento pela Paz e contra a Guerra no Golfo declara-se aberto por faltarem sinais concretos para pôr fim às hostilidades ■ Agricultores do Algarve manifestam-se em Lisboa contra o traçado da Via do Infante ■ Na cerimónia que assinala o desmembramento da Rodoviária Nacional em 13 empresas, o ministro Ferreira do Amaral anuncia que o processo de privatização da transportadora começará ainda neste semestre ■ Inicia-se em Rimini o 20.º Congresso do Partido Comunista Italiano ■ Israel bombardeia pelo segundo dia consecutivo acampamentos palestinos em Raichia e Tuva, no sul do Líbano ■ Após os confrontos pela posse da cidade de Khafji, uma coluna de blindados iraquianos que avançava para a Arábia Saudita é bombardeada pela aviação da força multinacional ■ Em Moscovo reúne o CC do PCUS.

1 Sexta-feira

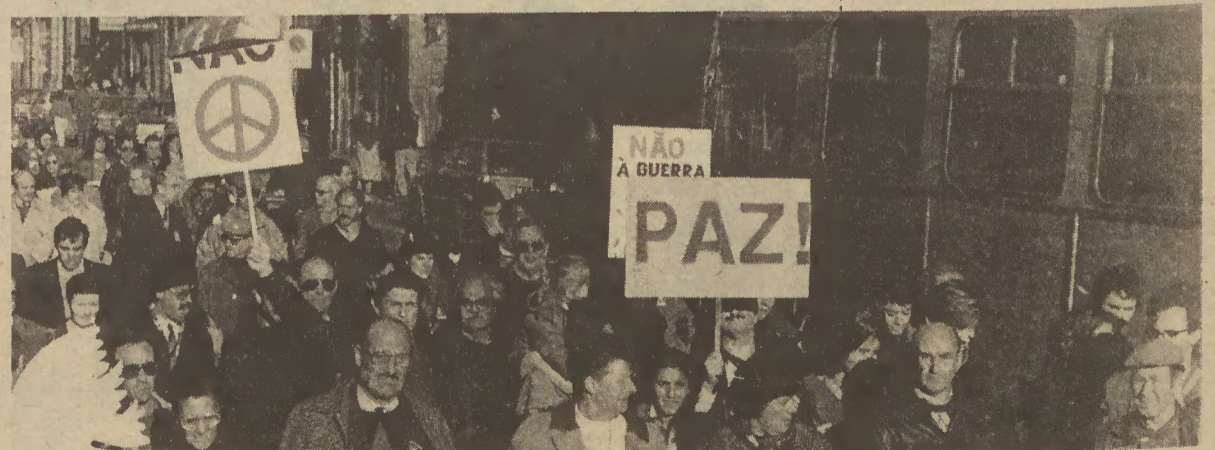
Na AR são discutidos pedidos de ratificação da Lei das Férias e do de-



No Porto realiza-se uma manifestação contra a guerra e a favor de uma solução pacífica para o conflito no Golfo ■ O Governo efectua uma "reunião de balanço" dos 3 anos de mandato, no forte de S. Julião da Barra ■ O Papa João Paulo II apela aos países envolvidos no conflito do Golfo para que tenham a coragem de abandonar o caminho do confronto armado ■ Morrem 18 pessoas no choque entre um avião e uma avioneta no aeroporto de Los Angeles.

3 Domingo

Reúne a Direcção Nacional da JCP, que apela aos jovens para lutarem contra o pacote laboral ■ Nos EUA e em cidades da Europa realizam-se



Avante!

PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODIX: Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODIX: Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Rua de São Bernardo, 14 1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394
Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Deposito legal n.º 205/85

Comunistas debatem acções'

Só a luta derrotará o «pacote»

Reformas antecipadas, *lay off*, rescisões, transferências dos locais de trabalho, contratos a prazo, contratação de empreiteiros de mão-de-obra, flexibilização dos horários de trabalho e recusa de pagamento de horas extraordinárias. Despedimentos alegando inadaptação ou alegada *falta de confiança* no trabalhador, alterações no tempo de férias ou mesmo ausência de férias a troco de dinheiro. Estes são alguns dos efeitos já sentidos nos últimos anos em múltiplas empresas que pretendem desde já aplicar algumas das medidas mais gravosas do chamado Pacote Laboral, constante do Acordo Económico e Social que a assinatura das confederações patronais e da UGT, bem como a recente autorização legislativa do Governo concedida pelos votos do PSD e CDS na Assembleia da República, poderão permitir ver generalizados no dia-a-dia dos trabalhadores se não forem desenvolvidos mecanismos institucionais e políticos que o impeçam. É em defesa dos direitos dos trabalhadores, alguns deles adquiridos ainda antes do 25 de Abril de 1974, que se torna necessário desenvolver de imediato todo um processo de luta que permita fazer inverter a tendência para a aplicação dessas medidas, unindo em torno desse objectivo todos os trabalhadores portugueses.

Foi precisamente para debater o pacote laboral e a luta reivindicativa pelas 40 horas semanais que motivou algumas centenas de militantes e comunistas em empresas e estruturas sindicais, no passado sábado, a reunirem-se em instalações cedidas pela Junta de Freguesia de Alvarô, o debate foi promovido pela Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP, para analisar a intervenção dos comunistas na luta social, tema de numerosas intervenções que fizeram um extenso levantamento de realidades vividas em muitas empresas do distrito.

Também uma oportunidade para condenar a Guerra do Golfo e aprovar uma moção que inclui na luta pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores o desenvolvimento de acções pelo fim da guerra.

Illegalidades

Um número impressionante de ilegalidades e atentados aos direitos dos trabalhadores foi relatado nesta reunião. Situações como a vivida pelos trabalhadores da UTIC, empresa que apenas há sete anos empregava dois mil e 500 trabalhadores e neste momento emprega apenas 850, número que tem tendência a baixar. Situações como a da INDEP, onde foram reduzidos 800 postos de trabalho e colocaram-se outros 400 no quadro de excedentes do Ministério da Defesa. Ou ainda na Tabaqueira, empresa a contratar um

número excessivo de trabalhadores sujeitos a contrato a prazo para, por outro lado, tentar reduzir em 325 o número de postos efectivos, situação que só a luta ali levada a cabo pelos trabalhadores e seus representantes sindicais pôde, de alguma forma, impedir.

Todos os argumentos parecem servir às empresas para justificar a adopção destas medidas, nomeadamente para concretizar despedimentos ou baixar os valores percentuais dos aumentos: a introdução de novas tecnologias e os efeitos da guerra no Golfo são alguns desses (falsos) argumentos.

Mecanismos previstos neste pacote têm já sido utilizados em diversas empresas. É o caso da J. B. Fernandes ou da Petrogal, onde se aplicam umas auto-intituladas *rescisões dialogantes* que na prática significam que o trabalhador aceita o despedimento ou é colocado à margem da actividade da empresa, sem aumentos salariais nem direito a prémios de produção.

Artur Rodrigues falou da situação vivida nos têxteis, sector onde 87 por cento da mão-de-obra é feminina. Nesta intervenção alertou-se para a necessidade de utilizar uma linguagem simples e decodificada na explicação da gravidade das medidas que o Governo pretende implementar com este novo pacote, explicitando casos concretos para ilustrar as alterações na vida dos trabalhadores que a eventual aprovação desta legislação acarretará.

Linguagem simples

Por exemplo, no sector específico dos têxteis a sensibilização dos trabalhadores deverá ser feita com maior incidência nos aspectos que se referem à flexibilização dos horários, segundo a opinião de Artur Rodrigues.

Um alegado *Projecto de Mudança* serve de argumento à administração da TAP para tentar aplicar um acordo social na empresa que vigoraria seis anos e onde seriam aplicadas muitas das medidas do pacote laboral limitando drasticamente a possibilidade de acção dos sindicatos. Os trabalhadores desta empresa iniciam agora um processo de luta contra estas intenções da administração.

Um trabalhador do sector da metalurgia referiu no debate situações como a vivida na Salvador Caetano, «senhor que fez parte do MASP», cuja empresa instituiu inúmeros contratos a termo de três anos com a tentativa de obrigar trabalhadores efectivos a assiná-los. Outro caso: na Olaio o patrão retirou uma das regalias dos trabalhadores de há largos anos - a refeição - injectando os 25 mil contos assim ganhos em aumentos discriminatórios para apenas 25 por cento dos trabalhadores, afirmando que



se pudesse despediria 40 por cento dos empregados da empresa. Também nessa empresa os trabalhadores têm, através da luta, dado boa resposta a esta situação.

Um profissional de seguros denunciou neste debate a situação particular vivida por aqueles trabalhadores: é que têm de lutar contra o Governo e a empresa, mas também contra a direcção do sindicato, filiado na UGT. «O próprio sindicato foi mais longe que o patronato», afirmou este trabalhador. Por exemplo, se o pacote laboral prevê a aplicação das chamadas *comissões de serviço* a quadros superiores das empresas, a direcção do sindicato defende a aplicação alargada a outros



A denúncia de situações já hoje vividas em empresas que tentam aplicar medidas constantes do Pacote Laboral, foi um dos aspectos mais constantes nas intervenções deste encontro de militantes comunistas em sindicatos e empresas

sectores. Se o pacote laboral prevê a flexibilização do horário de trabalho, a direcção do sindicato acrescenta que essa flexibilização deve ser discutida empresa a empresa (nem sequer sector a sector). A direcção do sindicato afirma ser viável a intenção do patronato de diminuir os prazos legais para proceder a despedimentos ou processos disciplinares, em troca de alterações mínimas no clausulado do Contrato Co-

Conforme o deputado Jerónimo de Sousa referiu numa sua intervenção neste debate, o actual *pacote* é não só a retoma do anterior, como introduz algumas *novidades* ainda mais gravosas quer no seu conteúdo concreto quer provenientes, à partida, do próprio processo de pedido de autorização legislativa.

Por outro lado, são diferentes hoje as condições sociais, sindicais e institucionais existentes, comparadas com as de 1988, altura em que a própria UGT teve de ir atrás das posições tomadas pela grande maioria dos trabalhadores aquando da discussão pública da proposta governamental. Aliás, é a ausência de uma real discussão pública do actual Acordo Económico e Social um dos factores que poderão facilitar ao Governo a aplicação destas medidas, já que Cavaco Silva prepara-se para apenas *simular* um processo de discussão pública pouco profunda. Maiores dificuldades nas empresas, uma diferente composição do Tribunal Constitucional (cujo actual presidente foi um dos votos vencidos aquando da declaração de inconstitucionalidade do Pacote de 88) e a sobreposição da guerra do Golfo nas preocupações da opinião pública, são outros factores que podem prejudicar a luta dos trabalhadores.

Mas, em contrapartida, é a própria gravidade das medidas governamentais um factor de mobilização. Jerónimo de Sousa referiu que muitas das medidas que o Governo pretende legalizar prejudicam não só os trabalhadores no seu todo, mas também, e isto de certa forma é algo de novo, os próprios quadros superio-

res e quadros técnicos das empresas, para além dos jovens e das mulheres em particular. É que se tenta «transformar o patronato num juiz em causa própria» em muitas decisões como as que têm a ver com horários de trabalho ou a entrada em pré-reforma, onde, sob determinadas condições, o trabalhador ficaria com apenas 25 por cento do seu salário.

Não sendo papel do PCP substituir-se aos sindicatos, Jerónimo de Sousa lembrou no entanto que a ligação do Partido às massas, as suas tradições como defensor dos direitos dos trabalhadores obrigam-no a agir. «Também nesta luta pode architectar-se a alternativa democrática» afirmou o deputado comunista, para perguntar se o PS é o partido daqueles que assinaram o acordo social ou de todos aqueles trabalhadores nele filiados, que o recusam?

Quanto aos comunistas, Jerónimo de Sousa disse que se este pacote não for desde já derrotado, o PCP apresentará como uma das suas principais reivindicações para as legislativas deste ano a sua revogação, pura e simples.

Muitas outras intervenções falaram da situação vivida em muitos outros sectores, desde os transportes às telecomunicações, desde o comércio e serviços até à indústria química, entre muitos outros. O tom dominante foi este: só a luta dos trabalhadores pode impedir a aplicação do Pacote Laboral, a aplicação de medidas que representariam um grande retrocesso na vida social portuguesa, um retrocesso que em muitos casos passaria para além do 25 de Abril.

A REVOLUÇÃO SUL-AFRICANA

Documentos fundamentais do Congresso Nacional Africano (ANC)

Pacote Laboral

Resolução Lutar em defesa do

Os planos

Esmagada por murro violentíssimo, a mesa da sala de operações tremeu. Um puro malte de 12 anos derramou-se pelos mapas e croquis espalhados no tampo, enquanto o copo rolava até se estilhaçar no chão. Um rugido em inglês de West Point abalou a estrutura e quem lá estava dentro:

— **Garanto-vos que dou um pontapé no traseiro destes gajos!**

Era o general Schwartzkopf agitando no braço poderoso um grande maço de jornais, que aliás atirou com estrondo sobre a sopa de mapas. O Estado-Maior recuou um passo, desorganizando momentaneamente o perfilar instantâneo com que saudaram a entrada do seu Comandante. Um jovem oficial dos marines foi o único que se atreveu a responder:

— **Já estamos a fazê-lo, meu general! Após 30 000 missões aéreas e, praticamente, sem baixas...**

O general trespassou-o com uma mirada glacial.

— **Acha-me com cara de jornalista? Isto parece-lhe um «breefing» com a Imprensa? Não? Então deixe-se de armar ao porta-voz comigo...**

Era isto que punha em delírio as tropas expedicionárias americanas no Golfo: a soberba capacidade do seu Comandante em lhes inculcar, numa simples inflexão de voz, as mais extraordinárias sensações. Como a do caso vertente, de qualificada desorientação. Schwartzkopf avançara entretanto o corpo gigantesco para a mesa, chamando os outros com um gesto. Debruçaram-se todos.

— **Isto** — apontava o general, batendo energicamente o polegar no maço dos jornais — **é mais que um escândalo, é mais que dois escândalos, é o fim da macacada!**

Debruçaram-se todos, ainda mais, para os movimentos sacudidos com que o general abria as páginas.

— **Vejam, meus senhores, vejam bem!**

Viram. A estupefacção alastrou pelos rostos severos daqueles homens, treinados a enfrentar as maiores emergências com um sorriso nos lábios.

— **Mas está aí a localização exacta dos abrigos do Saddam!** — sussurrou um tenente-coronel, que só não era a cara chapada do vice-presidente Dan Quayle porque tinha o cabelo à escovinha; de resto era seu amigo pessoal, desde o tempo em que o treinara na Guarda Nacional na arte de escapar ao Vietname.

— **Exacto é pouco! Olhem só: «depósito de mísseis em Al-Kaschat, no deserto, ao norte de Rutba, a 30 km da fronteira com a Síria e 600 km a oeste de Bagdad».**

Com referências destas os nossos rapazes transformam este Al não sei quê em papas de areia! acorreu um brigadeiro da Força Aérea, veterano da Coreia e do Vietname, célebre nos meios castrenses norte-americanos pela sua visão gastronómica da guerra; aos vietnamitas, por exemplo, queria fazê-los em picado, um sucedâneo do que defendia para os coreanos sob a designação mais especiosa de «bife chinês».

— **Mas isto tem tudo!** — admirou-se um major do Alabama que aguentara a retirada de Saigão — **cortes longitudinais dos abrigos, fotografias, localizações, firmas construtoras, datas, armamento disponível, estratégia, planos de operações, nível de equipamento, objectivos...**

— **Foi a CIA que...?!** — arriscou, contidamente, um general de duas estrelas que fizera carreira nos Serviços de Informações do Exército.

— **Ná... Uma perfeição destas cheira-me a MOSSAD. Até esta ideia de disfarçar a coisa nos jornais, só mesmo de israelitas, sem ofensa** — obtemperou, com alguma malícia na voz, um robusto texano da contra-espionagem.

Melífluo, um brigadeiro, velho companheiro de armas do Comandante em Chefe, cumprimentou:

— **De qualquer modo, meu caro Norman, trata-se de um avanço colossal, do ponto de vista operacional. A partir daqui o nosso combate cirúrgico pode avançar com real eficácia, como sabes melhor que ninguém.** Schwartzkopf já espumava.

— **Meus senhores, isto não está disfarçado num jornal, isto é um jornal. E não é nosso. O que leram foi traduzido.**

— **Mas então...** — ouviram-se vozes.

— **... Mas então, nada. O que há a fazer é contratar esta gente. Pô-los ao nosso serviço. Para já, dá-se um posto ao director aqui no Estado-Maior de Dahrán.**

Acho que coronel está bem. E se necessário, compra-se o jornal todo.

— **Claro, claro, tratamos já disso!** — recuperou o brigadeiro — **diz-me lá o nome do jornal e de onde é.**

— **Chama-se «O Público» e é de Portugal.**

— **De Portugal?!... Onde é que isso fica?**

— **Sei lá! Acho que é na Espanha.**

«O PCP na luta social. Não ao Pacote Laboral» foi o lema escolhido pela Direcção de Organização Regional de Lisboa para o debate sobre direitos dos trabalhadores que reuniu militantes comunistas em empresas e sindicatos deste distrito. No final dos trabalhos foi aprovada uma Resolução onde se perspectiva a luta que de imediato terá de ser desenvolvida contra a medida governamental que serviu de pano de fundo a esta reunião.

«É urgente travar e inverter a ofensiva cavaquista contra os direitos dos trabalhadores, de desmantelamento do Sector Empresarial do Estado (SEE), de destruição do aparelho produtivo, de imposição de tectos salariais, de subversão da legislação laboral, de permanente instabilidade no plano social.»

«Resistindo e lutando contra esta ofensiva, os trabalhadores da AEP, da Nobre & Silva, da Tudor, da Olaio, do Brás e Brás, da Bis, do Hotel Holliday Inn, entre outras, defendem os postos de trabalho e resistem à repressão. Os trabalhadores aduaneiros, seriamente ameaçados pela concretização do Mercado Único, mobilizam-se para impedir a liquidação de milhares de postos de trabalho.»

«Nos sectores metalúrgico, químico, hotelaria, comércio retalhista, material eléctrico, os trabalhadores de várias empresas impedem a aplicação do tecto salarial e prosseguem a luta em torno da contratação colectiva contra a precarização, a flexibilidade dos horários e relações de trabalho e outros direitos.»

«Os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas estão unidos e lutam por melhores condições de vida, pelo direito à negociação, pela redução do horário e reestruturação de carreiras.»

«Na Função Pública são vários os sectores profissionais que lutam contra a degradação do seu trabalho e pela dignificação de carreiras.»

Contra a degradação das escolas e por melhor ensino, os professores preparam um conjunto vasto de iniciativas com real repercussão na opinião pública.»

«Os trabalhadores dos transportes, com destaque para os

ferroviários e para a poderosa afirmação de unidade dos trabalhadores da Carris, que culminou no recurso à greve de 24 horas, demonstram que há condições para sustentar a ofensiva.»

«Os trabalhadores do SEE em defesa dos seus direitos, pela melhoria das suas condições de vida, lutam contra as privatizações e pela defesa da modernização, reestruturação e dinamização do sector.»

«Não ao Pacote Laboral»

«A campanha da DORL, em defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores, pelo levantamento já realizado das situações de violação dos direitos em dezenas de empresas do distrito, dá-nos bem a dimensão real dos objectivos que o Governo prossegue.»

«Com o desenterrar do famigerado Pacote Laboral, agora em edição corrigida e agravada, subscrita pelo patronato e pela UGT no Acordo Económico e Social, o Governo abre uma nova fase na escalada contra os direitos dos trabalhadores.»

«É o ressurgimento de uma séria ameaça que não deixa ninguém de fora e que de uma assentada procura destruir parte importante do edifício de legislação laboral conquistado pelos trabalhadores com a sua intervenção e luta. Procura fazê-lo a coberto da autorização legislativa, à margem da legalidade constitucional, preparando-se para um simulacro de consulta pública em Fevereiro ou Março. O Governo PSD recebe o julgamento da opinião pública e tem pressa de arrumar tamanha perversão, para tentar impedir as suas repercussões no seu calendário eleitoralista.»

«Não aceitamos e lutaremos contra o despedimento por inadaptação. Não aceitamos e lutaremos contra o regime das «comissões de serviço» que visam a precarização e o despedimento dos quadros superiores das empresas por razões de desconfiança patronal. Não aceitamos e lutaremos contra o brutal alargamento do período experimental nas empresas com menos de vinte trabalhadores, para os quadros técnicos superiores, uma significaria uma ainda mais refinada e generalizada forma de precarização.»

Não aceitamos e lutaremos contra a gestão patronal dos

—Álvaro Cunhal— «Gravíssimo passo»

Camaradas:

Este plenário em que participaram numerosos camaradas dirigentes sindicais, membros das Comissões de Trabalhadores e de células de empresa do Partido **foi uma reunião importante e oportuna** — pois teve como tema central **a luta contra o «pacote laboral» que o Governo procura levar por diante e que constitui um novo e gravíssimo atentado contra direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.**

Ficou bem claro pelo intervenção dos camaradas que **impedir a aprovação do «pacote laboral» é um dos mais importantes objectivos dos trabalhadores no momento presente.**

O nosso Partido, sempre com os trabalhadores, articulando a sua acção com o movimento sindical e as Comissões de Trabalhadores, está profundamente

empenhado na batalha e confia em que **esta tentativa do Governo de levar por diante o novo e mais grave «pacote laboral» acabará por ser derrotada.**

O «pacote laboral» elemento constitutivo da restauração monopolista

Como alguns camaradas sublinharam, o «pacote laboral» não é um acontecimento isolado e de conjuntura.

Não é, ao contrário do que afirma o Governo, «uma necessidade» para o desenvolvimento económico do país e a melhoria das condições de vida do povo.

O «pacote» laboral é sim o **culminar do avanço** de leis, medidas e situações de facto, de agravamento deliberado da exploração dos trabalhadores e de liquidação de direitos e liberdades essenciais.

O «pacote laboral» é sim um **elemento constitutivo e inseparável da política de reestruturação e restauração do capitalismo monopolista.**

Rol aterrador da liquidação de direitos e liberdades

O Encontro realizado em 3 de Janeiro pela Organização Regional de Lisboa em defesa dos direitos, das liberdades e garantias dos trabalhadores, assente num vasto e cuidadoso trabalho preparatório, **apresentou um inventário notável da situação resultante da política do Governo de direita.**

Chamámos-lhe na altura um irrefutável auto de acusação ao Governo PSD de Cavaco Silva, um **rol aterrador** mostrando a efectiva liquidação de direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.

Gravíssimo passo no agravamento da exploração

O «pacote laboral» é mais um passo que o Governo pretende dar no caminho do agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores.

É bom lembrar que o «pacote» surge no seguimento do Acordo Económico e Social, assinado pela UGT e que a CGTP-IN se recusou a assinar.

É bom lembrar também a posição do PS, que agora acabou

por votar na Assembleia da República contra a autorização legislativa, mas que na altura aprovou o Acordo Económico e Social, tendo o seu próprio Secretário-Geral afirmado que, se fosse sindicalista, tê-lo-ia assinado.

Agora o **Governo procura transformar em lei** alguns dos princípios que levaram a CGTP a não assinar o Acordo.

Aqui na reunião foram sublinhadas as **monstruosidades do «pacote»:** despedimentos por inadaptação, «comissões de serviço», «período experimental», gestão pelo patronato dos horários de trabalho e outras.

Somando as novas disposições a todas as limitações e atentados anteriores contra os direitos e liberdades dos trabalhadores, pode concluir-se que a aprovação do «pacote» significaria colocar inteiramente os **trabalhadores à mercê da garantia dos lucros do grande capital.**

A inconstitucionalidade do «pacote»

Temos sublinhado e é necessário continuar a sublinhar o **carácter inconstitucional do «pacote laboral»** uma vez que viola princípios fundamentais como: o direito ao trabalho, o direito à segurança no emprego, a proibição dos

despedimentos sem justa causa, o direito à contratação efectiva, o princípio de salário igual a trabalho igual, o direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, o direito ao repouso, aos lazeres, ao limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias pagas, o direito à intervenção democrática na vida da empresa.

As palavras que acabo de proferir não são palavras nossas, mas a reprodução literal de termos dos artigos 53, 56, 58 e 59 da Constituição da República.

Isto é: **os direitos e liberdades dos trabalhadores não são apenas reivindicações dos trabalhadores pois constituem elemento integrante do regime democrático português.**

Defendendo os seus interesses e direitos e lutando contra o «pacote laboral», os trabalhadores actuam no âmbito e na defesa da legalidade democrática.

E é o **Governo que com a sua política se coloca fora da legalidade.**

O «pacote laboral» no centro da luta

No Plenário foram justa e claramente definidos múltiplos **objectivos da luta dos trabalhadores no momento actual:** por aumentos salariais, pela semana de 40 horas, pela melhoria das reformas e pensões, pela garantia do exercício nas empresas das liberdades sindicais e das Comissões de Trabalhadores.

No Plenário foi também justamente salientado que a defesa dos direitos dos trabalhadores é inseparável **da luta contra a destruição do Sector Empresarial do Estado**, contra o desmantelamento e privatização de empresas e suas graves consequências directas para os trabalhadores.

Foi também apontado um objectivo mais geral, que contém em si a luta por todos os outros: **travar e inverter a ofensiva contra os direitos e liberdades dos trabalhadores.**

Mas o Plenário, tanto nas intervenções dos camaradas como na Resolução que acaba de aprovar, colocou **no centro das atenções o «pacote laboral»** e apontou como **objectivo central da hora presente impedir a aprovação e a entrada em vigor do «pacote laboral».**

Pacote Laboral

que trabalham

horários de trabalho, transformando o patronato em juiz em causa própria o que lhe permitiria o alargamento discricionário do tempo de trabalho, à custa da vida pessoal e familiar do trabalhador e com consequências profundamente negativas na vida da mão-de-obra trabalhadora. Não aceitamos e lutaremos contra a troca do tempo de férias por dinheiro.»

«Nós defendemos o trabalho com direitos!»

«Não aceitamos e lutaremos contra a coacção psicológica que o regime de pré-reformas visa introduzir nas empresas, com o objectivo de substituir trabalhadores efectivos por trabalhadores com vínculo precário.»

«É necessário desmascarar a filosofia do Pacote Laboral. Ao contrário do que o Governo afirma, a sua aprovação em nada contribuiria para assegurar a eficácia da produção, a rentabilidade e competitividade das empresas e o desenvolvimento do país. Do que se trata é de dar satisfação a velhas reivindicações do patronato, legalizando as profundas irregularidades que hoje já se praticam em muitas empresas em que os direitos dos trabalhadores são largamente limitados e espezinhados.»

«A determinação de milhares de trabalhadores na luta reivindicativa, o resultado da candidatura de Carlos Carvalhas nas eleições presidenciais, a dinâmica e a criatividade militantes dos comunistas, a sua ligação aos trabalhadores, às suas aspirações e à sua luta, os resultados da campanha da DORL do PCP em defesa dos direitos dos trabalhadores, são demonstrações de que vale a pena manter a confiança e a firmeza para prosseguir a luta, para sustentar os perigos e derrotar os objectivos do governo, construindo uma alternativa democrática.»

«Os militantes da Organização Regional de Lisboa do PCP, em empresas, estruturas sindicais e comissões de trabalhadores, reunidos em plenário distrital, decidem:»

«Saudar os trabalhadores em luta pela melhoria das suas condições de vida, pela defesa dos seus direitos contra a destruição do Sector Empresarial do Estado.»

«Empenhar-se na campanha do Partido, promovida pela DORL, em defesa dos direitos dos trabalhadores, inserindo-a

SINDICALISTAS MOBILIZAM-SE

Ao longo da semana recebemos na redacção do «Avante!» notícia de diversas tomadas de posição contra o pacote laboral, das quais se destaca uma moção aprovada no Encontro de Delegados e Dirigentes Sindicais, membros de Comissões de Trabalhadores e activistas do Distrito de Lisboa, USL/CGTP, numa reunião que ocorreu no próprio dia (29 de Janeiro) em que na Assembleia da República o PSD e o CDS aprovavam autorização legislativa ao Governo nesta matéria.

Nessa moção considera-se que ao pretender o Governo obter autorização legislativa para as seis propostas consagradas no novo Pacote Laboral, «evitando a sua discussão pública e teimando em propostas anticonstitucionais reconhecidas como tal pelo Tribunal Constitucional», o Governo afasta a Assembleia da República «da elaboração da legislação de trabalho» o

que também atropela a Constituição para além de afastar a participação das organizações dos trabalhadores.

Mobilizar os trabalhadores

Os participanetes neste encontro decidiram, então, o seguinte:

«Manifestar a sua firme oposição à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, aos projectos de diploma mais gravosos.»

«Manifestar a sua firme oposição à tentativa de governamentalização da legislação laboral, procurando esvaziar a Assembleia da República das suas competências através do pedido de autorização legislativa.»

«Apelar para a Assembleia da República no sentido de inviabilizar

todas as tentativas do Governo que procurem lesar os direitos e garantias dos trabalhadores.»

«Intensificar a acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores na luta contra os aspectos mais gravosos da legislação laboral e pressões do Governo, através de amplos debates nas empresas e concretização de acções e lutas que se manifestem necessárias.»

«Promover uma campanha de agitação, propaganda e esclarecimento junto da opinião pública alertando para os aspectos profundamente gravosos do novo Pacote Laboral, atentatórios dos direitos dos trabalhadores.»

«Reclamar a obrigatoriedade da discussão pública, nos termos da Lei nº 16/79, da proposta de lei de autorização legislativa sobre legislação do trabalho, apresentada pelo Governo à Assembleia da República.»

na luta contra o Pacote Laboral, pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego, pelo exercício das liberdades sindicais e das comissões de trabalhadores.»

«Empenhar-se no reforço da organização do Partido, designadamente das células de empresa, condição indispensável para fazer frente a esta nova escalada do Governo PSD.»

«Empenhar-se no esclarecimento, na consciencialização e mobilização dos trabalhadores para a luta, contribuindo para que da unidade na acção resulte uma crescente resposta de massas que se traduza na convergência das forças democráticas e na construção de uma alternativa democrática ao Governo e à sua política.»

«Apelam ainda às organizações dos trabalhadores, aos jovens, às mulheres, aos quadros técnicos, às organizações sociais e personalidades, partidos e forças democráticas para que unam esforços capazes de conter e derrotar os objectivos contidos no Pacote Laboral para que se reponha a legalidade constitucional.»

«Os militantes do Partido na ORL estão conscientes dos perigos que emanam do Pacote Laboral da complexidade da situação em que esta batalha vai ser travada, mas estão confiantes de que a sua intervenção em unidade com todos os trabalhadores será possível derrotar esta ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores.»

no agravamento da exploração»

A teoria arma do trabalhadores

Abordando, nós, os comunistas, esta temática, é adequado sublinhar a importância da teoria e da batalha ideológica para a luta dos trabalhadores.

Os representantes e defensores do capital apregoam, entre mil e uma ideias velhas e requeitadas acerca das virtudes do capitalismo, a democratização do capitalismo, o desaparecimento progressivo da classe operária que não teria futuro, o desaparecimento da exploração, a conciliação de classes.

A realidade mostra porém, entre outros aspectos que desmentem tais teorizações, que a sociedade capitalista se encontra dividida em classes; que na sociedade capitalista existe um antagonismo de interesses da classe operária e do capital; que a política do Governo mostra a natureza de classe do poder político; que a luta de classes é uma realidade que determina as posições políticas.

Não temos de estranhar que os defensores do capitalismo adiantem as suas teorias.

Mas, se encontram eco e expressão directa ou indirecta em membros do nosso Partido, torna-se necessário combater tais ideias, porque a teoria influencia necessariamente a orientação e a acção.

Embora de forma diferente, creio ser igualmente justo dizê-lo em relação ao movimento sindical.

Há tempos, por exemplo, numa Conferência organizada por estruturas sindicais, o conferencista afirmou que os direitos dos trabalhadores «tendem a ser cada vez mais respeitados» nas empresas e que «a figura jurídica do trabalhador está a ser revitalizada, de tal modo que a cidadania dos trabalhadores está e ser transportada para dentro das empresas».

Também há tempos, num seminário para os monitores sindicais, o conferencista desenvolveu, entre outras ideias, a da necessidade de abandonar concepções marxistas sobre a sociedade capitalista; que a propriedade do capital perde importância e deixa de ser uma questão de fundo; que temos de fazer nova reflexão sobre as relações de produção e a luta de classes, etc.

O movimento sindical tem um carácter unitário. Participam nele trabalhadores das mais diversas ideologias. Seria absurdo pretender que um movimento unitário adoptasse a nossa ideologia de comunistas, o marxismo-leninismo.

Mas impõe-se compreender que a teoria é também uma arma de luta dos trabalhadores. E, de um ponto de vista dos trabalhadores e das suas organizações de classe, a teoria relativa à economia e à sociedade capitalistas, ao direito do trabalho e aos direitos dos trabalhadores não pode encobrir e justificar directa ou indirectamente a exploração capitalista.

Ganhar mais largo apoio e empenhamento com objectivos imediatos

Na reunião foi largamente debatida a luta necessária.

Foi justamente sublinhado que as lutas que se têm travado e as lutas em curso não só atestam o descontentamento e a resistência dos trabalhadores, como revelam possibilidades e potencialidades de desenvolvimento.

Mas foram também referidas por vários camaradas dificuldades de natureza objectiva e também dificuldades da nossa actividade.

Daí a necessidade de ter uma ideia clara de que, para atingirmos os objectivos definidos, a luta tem de desenvolver-se, ganhar cada vez mais largos apoios e mais larga e empenhada participação.

Creio ser de sublinhar que a luta reivindicativa tem necessariamente de colocar objectivos concretos de carácter imediato e profundamente sentidos pelas massas.

Houve camaradas que justamente chamaram a atenção para o facto de que, na luta actual, designadamente na luta contra o «pacote laboral», é necessário não utilizar apenas os termos do novo vocabulário («precarização», «flexibilização», «inadaptação», «comissões de serviço», etc.) mas explicar com insistência o que significam em cada situação concreta e em relação a cada trabalhador.

Luta de massas, acção institucional, unidade dos trabalhadores

Há três questões que gostaria ainda de referir.

A primeira, aqui abordada por alguns camaradas, respeita à diferenciação mas complementaridade da intervenção do Partido, dos sindicatos e das Comissões de Trabalhadores. Os comunistas, onde quer que actuem, guiam-se pela orientação do Partido, para a definição e a elaboração da qual contribuem. Ao mesmo tempo é indispensável melhorar a articulação dessas diferentes formas de organização e intervenção.

A segunda, também abordada por alguns camaradas, respeita à associação da luta de massas nas suas mais variadas expressões com a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido na Assembleia da República e a actuação dos nossos eleitos nas autarquias.

Como foi decidido ontem na reunião do Comité Central, o nosso Grupo Parlamentar, além de uma interpelação ao Governo, além de combater a autorização legislativa e o propósito de fazer aprovar o «pacote laboral», irá apresentar uma série de projectos de lei referentes a direitos fundamentais dos trabalhadores.

A terceira questão respeita à unidade dos trabalhadores. Os trabalhadores (seja qual for o seu ideal político) têm interesses comuns e estão vitalmente interessados na luta que travamos. O nosso Partido, com uma actividade articulada com o movimento sindical e as Comissões de Trabalhadores, está em condições de ser o grande dinamizador da unidade dos trabalhadores, que constitui um dos factores determinantes do êxito das lutas.

A contribuição determinante do PCP

De facto é decisiva a contribuição do nosso Partido na defesa dos interesses, na organização e na luta dos trabalhadores.

Devemos todos ter a noção da nossa responsabilidade como comunistas, pela contribuição determinante do Partido na luta dos trabalhadores — para esclarecer, para apontar os objectivos, para organizar, para unir, para mobilizar para a luta.

Estamos em condições para corresponder a esta responsabilidade? Sim, estamos.

Temos dificuldades. Temos aspectos da nossa actividade a melhorar. Mas o Partido está firme, coeso, combativo, convicto

nos seus ideais, portador de um projecto e proposta ao povo português de uma democracia política, económica, social e cultural — a democracia avançada no limiar do século XXI —, reforçado pelas conclusões do XIII Congresso (Extraordinário), estreitamente ligado aos trabalhadores e às massas populares, orgulhoso do seu passado, com ímpar intervenção presente na vida nacional, e confiante no futuro.

O êxito político e o êxito eleitoral da candidatura de Carlos Carvalhas confirmaram que (ao contrário do que anunciavam alguns) o PCP não está a caminhar para um «declínio irreversível» mas está a retomar uma dinamização crescente da sua actividade.

Chamo a atenção dos camaradas para as Resoluções do Comité Central, tomadas na sua reunião de ontem.

Incluem todo um plano de trabalho para o ano corrente.

Entre as linhas de actuação contam-se a movimentação social, a luta dos trabalhadores, a luta de massas, e no momento presente, com o objectivo que foi o tema central desta reunião, impedir a aprovação do «pacote laboral».

A luta contra o Governo e a política de direita e por uma alternativa democrática, é definida como uma tarefa política central. As eleições para a Assembleia da República a realizar no ano corrente oferecem a grande oportunidade para que tais objectivos sejam alcançados.

Nós temos desde já de preparar-nos para a batalha eleitoral, tendo em conta que uma grande votação no PCP e a eleição de deputados comunistas, é a melhor garantia da defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do país, da democracia, assim como para que, com a derrota da direita, se constitua uma maioria que dê a base institucional para a formação de um governo democrático.

Como alguns camaradas sublinharam, o apoio ao Partido não se alcança só na campanha eleitoral que vier a realizar-se mas em toda a nossa acção ao longo do ano, designadamente o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das massas populares.

A tentativa de impor o «pacote laboral» será derrotada

Para finalizar, este Plenário, inserido na intensa e diversificada actividade do Partido, mas tendo um tema específico, confirma a necessidade imperiosa, a possibilidade e a determinação de — com o movimento sindical, com as Comissões de Trabalhadores, com a unidade dos trabalhadores, com a acção coordenada com os nossos camaradas e outros democratas na Assembleia da República e noutras instituições — impedir a aprovação do «pacote laboral».

É uma grande tarefa e para a concretização de uma tarefa é condição confiar na possibilidade de se obter o resultado.

Temos essa confiança. É com confiança que temos travado a luta. Com confiança afirmamos que, se o Governo que actualmente dispõe da maioria absoluta na Assembleia da República fizer aprovar o «pacote laboral», os trabalhadores têm força e determinação bastantes para ulteriormente o fazer revogar. Mas igualmente com confiança travamos a batalha para impedir que o «pacote laboral» seja aprovado e entre em vigor.

A Resolução deste Plenário e as intervenções dos camaradas testemunham uma tal confiança.

A tentativa do Governo de impor o novo «pacote laboral» acabará por ser derrotada.

Trabalhadores

HOJE Concentração na TAP

No local onde funciona o conselho de gerência da TAP (zona do aeroporto de Lisboa, em frente ao edifício 25) a direcção do Sitava convocou para hoje, 7, ao fim da manhã, uma concentração contra o boicote à actualização dos salários.

Aquele Sindicato dos Trabalhadores da Aviação Civil e Aeroportos afirmava num comunicado à imprensa de 1 de Fevereiro que, «aproveitando como pretexto a guerra do Golfo, o conselho de gerência da TAP pretende atingir velhos objectivos». No entender da direcção nacional do Sitava,

trata-se de «reduzir ou eliminar direitos e regalias conquistadas pelos trabalhadores ao longo de décadas, em alguns casos antes do 25 de Abril».

Diminuir o período de férias

Ao sublinhar que a gestão TAP «quer congelar salários e diminuir férias», os dirigentes do Sitava sublinham que os administradores tomam ao mesmo tempo «decisões ad-

ministrativas entre as quais se conta para já uma diminuição de 4 dias de férias».

Embora reconheça «a eventual retracção de alguns mercados face às incertezas provocadas pela guerra», o Sindicato não considera que «a situação da empresa seja significativamente afectada pela situação».

O Sitava, ao anunciar a concentração de hoje (entre as 11 e 30 e as 13 e 30) como «primeira iniciativa contra as atitudes da gestão», «protesta com toda a veemência» e lembra que «não é legítimo pretender fazer comparações com medi-

das eventualmente tomadas por outras companhias».

Reafirma a direcção nacional do Sindicato que nessas companhias, nomeadamente europeias, «o factor trabalho tem um peso muito mais significativo do que na TAP, pois os trabalhadores da companhia nacional são os que têm as mais baixas remunerações, em muitos casos 3 a 4 vezes inferiores, numa indústria — salientam — em que as tarifas obedecem às mesmas regras para todas as companhias».

Estão em causa o poder de compra e os direitos dos trabalhadores.

A cumprir-se o pré-aviso CP em greve amanhã

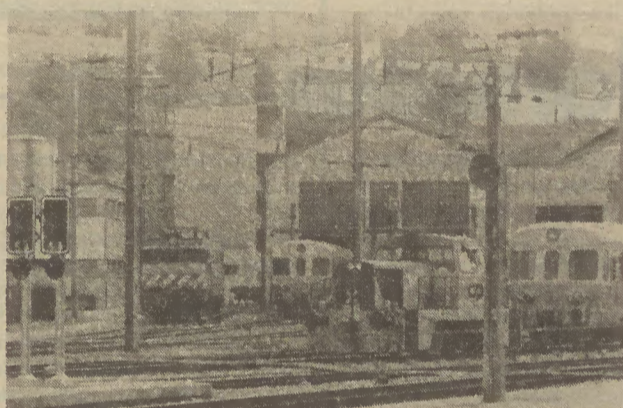
• Quinta-feira passada apenas um autocarro circulou em Lisboa durante a greve da Carris

Na próxima semana e até ao fim do mês, os trabalhadores da Carris efectuarão nova greve de 48 horas (24, quinta-feira passada) contra a insuficiência dos aumentos salariais que a direcção da empresa apresenta para o ano corrente.

Segundo a Festrú (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos), «os trabalhadores aderiram em massa à paralisação» de 31 de Janeiro. Apenas um autocarro circulou em Lisboa nesse dia.

Greve na CP

Depois de uma reunião nacional dos representantes dos



trabalhadores (sub-CTs) em Lisboa, em 5 do corrente, o conselho nacional da Federa-

ção dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) anunciava

para amanhã uma greve de 12 horas na CP.

Segundo a FSTFP, «o objectivo desta greve é o de lutar pela continuação das negociações do AE (acordo de empresa), tendo em vista a recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos».

Entre os objectivos anunciados conta-se também a recusa da discriminação nos prémios, a luta pela redução do horário de trabalho, a negociação do regulamento de carreiras, «e contra a retirada de direitos», prevista no «pacote laboral do Governo e nas propostas do conselho de gerência».

Tudor discrimina

Depois de uma concentração que noticiámos na semana passada, a administração da Tudor anunciava aumentos salariais que, segundo a direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), «discriminam cerca de 3 dezenas de trabalhadores, incluindo dirigentes sindicais, delegados e membros da CT». Depois da concentração em Lisboa (29 do corrente), as organizações representativas convocaram um plenário para quinta-feira pas-

sada. É previsível a continuação da luta, agravando-se as suas formas. Refira-se que, em Outubro passado, a Tudor Baterias, com instalações fabris em Castanheira de Pera e sede em Lisboa, foi condenada no tribunal de Vila Franca de Xira «por ter feito discriminações em 1990», mas muito menores, que abrangeram apenas uma dezena de pessoas. O SIESI recorda que a sua proposta de aumentos salariais é de 16,5 por cento. A empresa emprega 900 trabalhadores.



Além da Tudor (foto da concentração da semana passada em Lisboa), onde os trabalhadores não viram ainda resolvido o conflito que os opõe à administração, a Fequifa anunciou, por seu turno, dois períodos de greve de 24 horas cada um, em 5 e 8 do corrente, na Firestone Portuguesa. Os aumentos salariais reivindicados pelos sindicatos variam entre os 15 e os 16 por cento. As administrações não querem ir além dos 12/13 por cento: motivo central dos conflitos laborais

Hotelaria

Sindicato anuncia série de lutas

Depois de uma reunião quinta-feira passada, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa, manifestava total apoio «a todas as lutas que se desenvolvem no sector», e, invocando a luta mais generalizada

contra o «pacote laboral», anunciava com destaque:

- Greve na cadeia de hotéis Tivoli Lisboa, Tivoli Jardim, Tivoli Sintra e Tivoli Seteais, nos dias 4 e 5 de Fevereiro, pela negociação do caderno reivindicativo;
- Greve na Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, em 7 e 8 do mesmo

mês, pela aplicação de um acordo de empresa;

- Greve nacional no sector das cantinas pela negociação colectiva, em 20 do corrente;
- Perspectiva de greve no Hospital da Cuf pela negociação colectiva;
- Conflito nas empresas

Torraltá, SAAL, bares e restaurantes do Aeroporto, restaurante do Jardim Zoológico, Clube Shell, refectório da Móveis Olaio, Hotel Holliday Inn;

- Iniciativa para a readmissão de um dirigente sindical, despedido no restaurante Al-Tage, ex-Convés, em Lisboa.



Plenário na TAP (arquivo, 1988)

Mensagem à UNTA

Segundo o DIF (departamento de informação) da CGTP-IN, esta central sindical enviou «uma saudação à UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) pela passagem do dia 4 de Fevereiro, data do início da luta armada do povo angolano pela sua libertação nacional».

Num fax do próprio dia 4, o DIF acrescenta que «na mensagem enviada, a CGTP-IN congratula-se também com o empenhamento persistente da UNTA na procura da paz para a nação angolana».

Química pré-avisa

Dirigido com a data de 1 do corrente a todas as empresas e associações patronais subscritas do CCTV (contrato), invocando a iminência da aprovação do «pacote laboral» e incluindo diversas reivindicações por satisfazer, designadamente respeitantes a salários, horários de trabalho, carreiras profissionais, higiene e segurança, a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (Fequifa) publicou um pré-aviso de

greve de 24 horas para amanhã, sexta-feira, 8.

Subscrevem o pré-aviso, além daquela Federação, muitas outras organizações sindicais no âmbito da CGTP e outros sindicatos.

Contra tentativas patronais de conseguir baixos salários, a Fequifa sublinha que, «na maioria das empresas do sector químico, já foram alcançados aumentos médios da ordem dos 16 por cento, para além de outras melhorias nas condições de trabalho».

Ensino

Exposição ao ministro

Os funcionários administrativos da Escola Secundária Raul Proença, das Caldas da Rainha, tomaram a iniciativa de enviar ao ministro da Educação, Roberto Carneiro, uma extensa e pormenorizada exposição sobre o «tratamento discriminatório» a que estão sujeitos, segundo um despacho publicado no «Diário da República» (II série) de 3 de Janeiro findo. Aqueles trabalhadores fizeram-nos chegar, além de outra documentação, um apelo aos funcionários administrativos escolares na mesma situação para que se juntem à iniciativa, enviando por sua vez ao ministro cópias da mesma exposição assinada pelo menos por quem se sente discriminado nos termos assinalados no documento em circulação por vários estabelecimentos de ensino onde ainda continuam a trabalhar funcionários mal pagos e sujeitos a «disparidades no mínimo caricatas», como se lê na exposição.

PCP

DORL promove debate sobre a criança

Falta de meios immobiliza estruturas sociais de apoio

Mais de uma centena de pessoas, em representação de várias instituições, participaram num debate/colóquio promovido pela DORL na semana passada num hotel da capital, sob o lema Criança — Presente e Futuro. Nas dez nove comunicações efectuadas foram abordados temas como estruturas de apoio à criança e à família, maus tratos, abandono, delinquência, droga e prostituição, condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória e saúde.

A iniciativa inseriu-se no trabalho que o grupo de estudo para as questões da criança da DORL está a desenvolver e pretendeu recolher o máximo de informações e opiniões de pessoas e instituições voltadas para o trabalho com crianças no distrito de Lisboa.

Protecção

Nas palavras de um dos intervenientes, «a protecção é uma das maiores lacunas da nossa sociedade em relação às crianças e respectivas famílias. Criaram-se círculos viciosos que conduziram as mulheres a uma corrida ao trabalho remunerado, chamando a si mesmas o duplo emprego, um pago e outro gracioso».

A criança surge assim «indefesa, sem hipóteses de protestar, sem consciência dos seus direitos, e sofre directamente os efeitos da falta de disponibilidade da família, da desumanização da sociedade».

Embora a relação afectiva mãe-filho nunca seja substituída, o facto é que instituições como creches, infantários, serviços sociais, secretarias de Estado da Família, tornaram-se uma constante do quotidiano do dia-a-dia e o seu bom funcionamento é fundamental para a sociedade. Contudo, como se salientou no debate, não restam dúvidas quanto à sua insuficiência, o facto é que nem sempre é possível controlar a eficiência dessas instituições, não se efectuando uma vigilância rigorosa sobre a utilização da criança como fonte de receita de algumas instituições.

A falta de meios impede por

seu turno o funcionamento devido dos chamados serviços de assistência social. Uma das participantes, assistente social profissional, evocou a sua experiência dizendo que nem sequer dispõe de «autonomia suficiente para a aquisição de fraldas descartáveis» e que expressões como «não há nada», «não temos solução» são correntes no meio. Segundo concluiu, é triste que se formem serviços de apoio à criança e que depois eles não tenham «ovos para cozinhar as omeletes».

Para um membro da Junta de Freguesia de S. João dos Montes «é muito fácil criticar os jovens drogados, margi-

apontam para a garantia de condições às crianças para um acolhimento efectivo, tendo em conta o seu desenvolvimento nas várias vertentes, a formação, a educação e melhor e mais preparada inserção na escola e na sociedade, foi denunciada por Maria Natal Guerreiro do MDM.

Segundo dados que revelou, a taxa de cobertura por creches e amas a crianças de 0 aos 3 anos, filhos de mães trabalhadoras, é apenas de 11 por cento e de 35 por cento; no que respeita aos jardins de infância, públicos e privados, para crianças dos 3 aos 6 anos, enquanto na maioria dos países da Europa este índice atinge os 80 por cento.

Acompanhamento familiar

No entanto, acrescentou a oradora, «muitos há que para promoverem a volta das mulheres para casa, tentam culpabilizá-las por não dedicarem todo o seu tempo aos filhos».

diariamente se gastam horas preciosas que fazem falta à família, pelo agravamento das condições de vida, instabilidade no emprego e pela precarização de trabalho feminino bem como pelos horários de trabalho muito longos».

É neste sentido que se defendeu que o apoio à família no âmbito das creches e jardins de infância seja prestado mediante mensalidades acessíveis, oferecida melhor qualidade dos equipamentos, pessoal especializado, maior qualidade pedagógica.

Mas para que o acompanhamento familiar seja possível é indispensável criar disponibilidade aos pais para uma maior ligação e afectividade, para o que contribuiria a própria redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais.

Medidas urgentes

Se bem que o encontro não divulgasse conclusões, já que,



tes sublinharam a necessidade do seu melhoramento bem como do controlo de operacionalidade nas instituições existentes.

Foram apontadas insuficiências nos serviços sociais hospitalares e a urgência da coordenação e articulação dos recursos disponíveis.

Quanto ao cumprimento da escolaridade obrigatória, tema que mereceu especial atenção dos presentes, foi referido que «é necessário que se adequa a escassa rede escolar do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e secundário, se coloque em todos os estabelecimentos de ensino o número necessário de pessoal auxiliar de acção educativa com formação específica e se reduza a mobilidade do corpo docente, fundamentalmente em escolas de intervenção prioritária».

Por outro lado, é urgente proporcionar os apoios necessários no campo do ensino e educação especial, bem como se deverá criar e alargar a rede pré-escolar. Foi ainda sublinhado que o cumprimento efectivo da obrigatoriedade escolar só será possível se se criarem as devidas condições sociais e institucionais.

No plano legislativo apontou-se a necessidade da aplicação das leis de protecção à maternidade e paternidade, bem como do planeamento familiar.

Os participantes responsabilizaram o Governo para a implementação de uma política de desenvolvimento que enquadre uma política sectorial,

designadamente na educação de trabalho, segurança social e saúde.

Apesar do crescimento económico que se verifica no nosso país, o encontro concluiu que se agudizaram os problemas sociais de que as crianças são vítimas e interrogou-se sobre que resposta dar às situações das crianças maltratadas, negligenciadas e deficientes.

Entre as várias instituições que estiveram representadas no encontro organizado pelo PCP, refira-se o Instituto de Apoio à Criança, o Colégio Operacional Luís Rodrigues, a Secretaria Nacional de Reabilitação, o grupo de trabalho do Programa de Saúde Mental do Hospital Miguel Bombarda, o Hospital de Santa Maria, Hospitais Cívicos de Lisboa, a Voz do Operário, a Associação de Pais da Escola Primária n.º 14, a Associação de Inquilinos Lisboenses, entre outras.

Fizeram-se igualmente representar várias câmaras municipais do distrito de Lisboa, Juntas de Freguesia, Sindicatos e organizações sociais, como o Movimento de Educadores para a Paz, o Movimento Democrático de Mulheres e os Pioneiros de Portugal.

A mesa do encontro era integrada por Antónia Dimas, da DORL, que dirigiu os trabalhos, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, António Andrez, da Comissão Nacional Executiva do CC do PCP, Odete Santos, deputada na AR, Rui Godinho, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, e Helena Gonçalves, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.



nais, os que se prostituem, mas a grande maioria tiveram infâncias pouco invejáveis. Foram vítimas de maus tratos, obrigados a pedir esmola, entregues ao seu próprio destino, deixados ao abandono de uma sociedade que nada faz para os ajudar».

A ausência de cumprimento por parte do Estado das disposições constitucionais que

Para a dirigente do MDM esta é uma falsa ideia porque, afirmou, «se ouvirmos de algumas mulheres que não têm tempo para os filhos isto não se deve ao facto de trabalharem fora de casa, mas sim à falta de condições para exercerem o seu direito ao trabalho, nomeadamente, pela sobrecarga de utilização dos transportes públicos, em que

como a mesa referiu, existe a intenção de «prosseguir o trabalho nas várias frentes, tendo em conta as dissemelhanças de carácter regional», foram apontados, no final, vários aspectos que importa destacar e que serão aprofundados noutras iniciativas a anunciar futuramente.

Assim, na protecção à criança e à família os intervenien-

Não nos acomodamos ao alastramento das desigualdades

No encerramento do debate/colóquio Criança — Presente e Futuro, o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, fez uma intervenção da qual reproduzimos alguns extractos.



Numa sociedade onde se têm acentuadas as desigualdades sociais e regionais, onde o poder do dinheiro, o homem de sucesso e o salve-se quem puder são erigidos como marcos normais e venerados, não se pode estranhar que sejam precisamente os mais desprotegidos e vulneráveis os que mais sofrem as consequências de tal (des)ordem instituída.

A agressividade, o abuso do poder, o autoritarismo, a discriminação, a instabilidade no emprego, as exclusões, a competitividade e o elitismo na escola, no trabalho e na sociedade, são factores que se repercutem negativamente nos comportamentos, na vivência e na urbanidade, nas famílias e em toda a sociedade.

As deficientes condições de vida, as questões da habitação, do custo de vida, as dificuldades, são factores de desestabilização que levam muitas vezes a situações de crise, que se repercutem nos maus tratos das crianças.

Mas os maus tratos não são uma característica ou doença exclusiva dos pobres. O fenómeno é bem mais complexo e multicausal.

Os problemas das grandes urbes, os fenómenos do isolamento, do individualismo e do egoísmo, da solidão, estão também intrinsecamente ligados à criança, ao seu presente e ao seu futuro.

Um outro aspecto é o da situação das crianças no trabalho que se tem agudizado no nosso país.

À medida que alastram as áreas de pobreza aumenta a pressão sobre as crianças para que estas participem no processo de sobrevivência da família. Se bem que o número de crianças escolarizadas tenha aumentado significativamente, é também verdade que tem aumentado a percentagem de jovens que abandonam a escola no decurso da escolaridade. As dificuldades económicas, a exploração urbana, as deficientes e

insuficientes estruturas de protecção social, conduzem a que um número crescente de crianças nos bairros de lata ou nas ruas, sejam obrigadas a «desenrascar-se» para viverem. As políticas neo-liberais, o cavaquismo, procura camuflar este fenómeno ao mesmo tempo que vai acentuando as desigualdades na nossa sociedade, em nome de uma pretensa modernidade exibida no luxo tranquilo de algumas montras e restritos estratos da população.

Mas enganam-se aqueles que pensam que nos portugueses e nas portuguesas se caram os ideais da solidariedade, da justiça social e da liberdade, que aceitam sem indignação este retrato odiosamente farisaico da nossa sociedade, que se acomodam às crescentes desigualdades, que se habitam à injustiça quotidiana. Enganam-se. A classe operária, os trabalhadores, os democratas, os homens e mulheres de esquerda, não se resignam, não perderam a faculdade de revolta, de luta e de intervenção.

Assembleia da República**Jornadas Parlamentares do PCP
no Distrito da Guarda****Dar resposta aos problemas
apostar no desenvolvimento**

Na sequência das Jornadas Parlamentares do PCP no distrito da Guarda, cumprido que foi um dos seus objectivos centrais — contactar as populações e proceder ao levantamento dos seus problemas e aspirações —, a Direcção Regional da Guarda e os deputados comunistas empenham-se agora no estudo das questões inventariadas e consequente adopção das medidas políticas e legislativas a propor à Assembleia da República.

Trata-se, no fundamental, de dar resposta aos problemas que afectam a região, nomeadamente os que se prendem com o desenvolvimento, problemas esses que os deputados comunistas presentes nas Jornadas (Lino de Carvalho, Ilda Figueiredo, Victor Costa e Apolónia Teixeira) tiveram enjeito de conhecer mais profundamente, sobretudo através dos múltiplos contactos e encontros efectuados com representantes de autarquias, escolas, sindicatos, empresas, associações de agricultores e cooperativas.

Do balanço das Jornadas — iniciativa que uma vez mais põe em evidência a profunda ligação do PCP à realidade regional — e do quadro de problemas recensados que integrarão um dossier a apresentar em breve à Assembleia da República e ao Governo, destacam-se a necessidade de construir um novo bloco hospitalar (de modo a centralizar todos os serviços do Hospital Distrital da Guarda), a celebração de um contrato-programa entre o Executivo e a Câmara Municipal com vista à assunção pelo Estado da sua parte de responsabilidade na construção do edifício para os Paços do Concelho e ainda o cabal esclarecimento da situação relativa ao Terminal TIF.

Ensino

No plano da educação e ensino, os contactos realizados no decorrer das Jornadas, onde foram generalizadas as críticas à Direcção Regional de Educação do Centro pela sua incapacidade na resolução dos problemas, permitiram apurar as seguintes questões:

A grave ausência de aquecimento de muitas escolas do ensino básico, preparatório e secundário, com a agravante de que a maior parte dos edifícios serem pré-fabricados, ou completamente desadequados para o clima da região.

A inexistência de equipamento escolar desde o ensino básico (onde a situação é de uma ausência completa) até ao ensino técnico profissional, de que o melhor exemplo é a escola Sec. de V. N. de Foz Coa com a sua área de Contabilidade e Gestão a funcionar há 4 anos sem qualquer equipamento informático.

A necessidade de rever urgentemente as atribuições e o funcionamento dos transportes escolares no concelho de Gouveia e nalguns aspectos no concelho de Seia.

Escolas superlotadas

Quanto à rede escolar, de acordo com o documento de

conclusões das jornadas, a situação é considerada gravíssima nas escolas C+S de V. N. de Tázem, há 4 anos a funcionar em instalações pré-fabricadas e outras improvisadas, e sem que se veja o arranque de novas instalações.

Situação escandalosa é também a da C+S de Manteigas, estabelecimento do ensino público em que a DREC não inicia o cumprimento do protocolo assinado em Maio de 1990 com a Câmara Municipal, indiciando o prosseguimento do protecção à escola privada existente.

Por outro lado, há a assinalar a superlotação de diversas escolas em centros urbanos, como é o caso da Esc. Prep. de Seia a funcionar em instalações previstas para pouco mais de metade do actual número de alunos (800 actualmente) e o caso da Esc. Sec. de Gouveia a funcionar em instalações previstas para menos de metade do actual número de alunos (975 actualmente).

Na Esc. Sec. de Seia o grave problema de superlotação impõe um funcionamento por turnos (3 turnos) o que associado às deficientes condições dos transportes escolares obriga a que muitos alunos se tenham de levantar às 5,30 da manhã e o regresso a casa se faça apenas cerca das 21 horas.

Na Esc. C+S da Guarda, apesar da sua construção recente, os problemas são também muitos. A redução de verbas no orçamento da escola e a ameaça do corte de subsídios em Acção Social Escolar

leva a situações de rotura pondo em causa o seu funcionamento. Logo após o terceiro ano de actividade registou-se a sua superlotação passando a funcionar em períodos de desdobramento. A biblioteca, para além da grave carência de livros, foi sacrificada no presente ano lectivo passando a ser utilizada como sala de aula. A localização desta escola coloca uma situação de alto risco de sinistralidade. Não tem pavilhão gímnodesportivo.

Subsídios em atraso

No domínio do ensino, um destaque ainda para o atraso no pagamento dos subsídios da Acção Social Escolar por parte do IASE e a escassez de pessoal auxiliar acompanhada de dificuldades financeiras na Esc. Prep. de Seia, enquanto que as escolas primárias na zona de Seia e Celorico da Beira estão na iminência de encerrarem por falta de fornecimento de lenha por parte das Câmaras Municipais. Em Celorico, pede-se aos alunos que levem, cada um, um cavaquinho...

No ensino pré-escolar o panorama não é melhor, sendo particularmente notória nesta região a deficiente cobertura da rede pré-escolar. O número de equipamentos públicos é reduzido. Nos existentes não há vagas. Proliferam os jardins privados sem o mínimo de condições para as crianças e a preços incomportáveis para a maioria das famílias. Há concelhos no distrito em que não há um único jardim-escola como é exemplo F. Castelo Rodrigo, Trancoso ou Vilar Formoso no concelho de Almeida.

A institucionalização do ensino superior politécnico por sua vez, no contexto do ensino superior universitário, causa profundas preocupações, nomeadamente quanto à inexis-

tência de subsídios às cantinas.

Motivo de preocupação é ainda o deficiente apoio central e dos municípios às colectividades, facto que reflecte a política da Secretaria de Estado da Cultura, como foi verificado nas diversas visitas efectuadas.

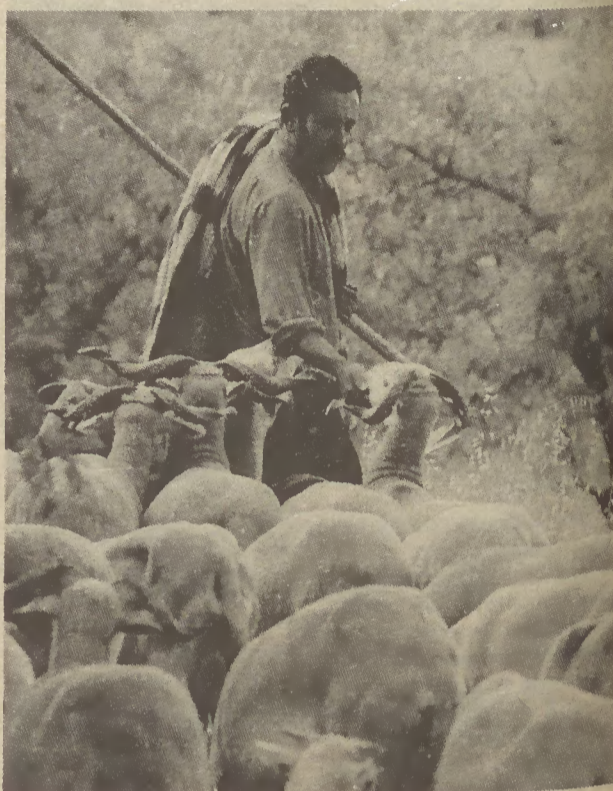
Poder Local

No que diz respeito às autarquias locais, as referências vão para as dificuldades financeiras dos Municípios resultantes da escassez de verbas do FEF transferidas do Orçamento do Estado e dos elevados encargos transferidos para os Municípios, de que é exemplo o que se passa no âmbito da educação. As dificuldades financeiras impedem que o Município de Seia, por exemplo, possa avançar com os projectos de infra-estruturas participadas pelos fundos comunitários constituindo estrangulamento ao desenvolvimento da zona.

Os estrangulamentos para o desenvolvimento da região e o agravamento da desertificação foram aliás preocupações expressas por autarcas, empresários e activistas sindicais, empresas de lanifícios e de metalurgia com quem reunimos.

É que faltam incentivos e apoios a novos investimentos numa região onde o sector de lanifícios atravessa dificuldades, prevendo empresas de grande dimensão que ainda não conseguiram os necessários acordos de reestruturação como acontece com a Fisel em Seia.

Por outro lado, às pequenas e médias empresas de lanifícios e de metalurgia estão a ser negados apoios do IAPMEI de que é exemplo a Metalurgia Vaz Leal, Lda., em Loriga.

**Preocupações
na agricultura**

No plano da agricultura, merece nota de referência a necessidade de apoio à vitivinicultura da região, designadamente o fim da dependência de produtores de vinho fino (vinho do Porto) em relação às grandes casas exportadoras, criando-se a possibilidade dos produtores intervirem directamente na exportação; o esclarecimento da entrada de vinho de pasto espanhol em claro prejuízo dos produtores da região e em condições não compatíveis com a legislação comunitária.

A integração plena da agricultura portuguesa na Comunidade, com a passagem à 2.ª etapa do período de transição, salientam as conclusões, arasta também preocupações sérias quanto ao futuro da agricultura e dos agricultores do Distrito a quem tem faltado in-

formação por parte do MAP e apoios para poderem enfrentar o novo quadro concorrencial: a baixa do preço do leite ao produtor de 46\$99/litro para 45\$00; o novo sistema quotas e o fim de recolha ao domicílio nalgumas zonas como Trancoso e Almeida; a quebra do preço pago ao produtor pela batata e pela amêndoa; o não acesso da generalidade dos agricultores a fundos comunitários para investimento; as demoras nas indemnizações por abate de gado e o não pagamento a muitos agricultores da compensação pelos prejuízos sofridos com as intempéries; a dificuldade de legalização de vinhas novas na zona demarcada; a invasão dos mercados por fruta de Espanha e a existência de focos de contrabando de gado, foram algumas das questões suscitadas pelos agricultores.

Registado foi também o acordo quanto à necessidade de ser defendida a qualidade e genuinidade do Queijo da Serra, embora existam preocupações quanto à forma e ao método como irá ser certificado e entregue o selo de garantia.

Defesa da floresta

No plano do ambiente foi salientada a necessidade de preservação e defesa do Parque Natural da Serra da Estrela com o reforço dos meios de combate ao fogo, da rede de rádios, de guardas e vigilantes da natureza e das magríssimas verbas inscritas no Orçamento de Estado para 1991, com a necessidade de promover a educação ambiental nas escolas.

Uma nota final para a necessidade de ser construído um novo quartel para os Bombeiros Voluntários da Guarda acompanhado da melhoria de equipamento e estudo para a eventual criação de uma Brigada de Descontaminação tendo em conta o grande tráfico de camiões TIR carregados com matérias tóxicas.



Assembleia da República

Lei do arrendamento urbano

Governo subverte protecção ao inquilino

Um novo cortejo de acções de despejo aproxima-se dos tribunais em consequência da aplicação do decreto-lei sobre o regime de arrendamento urbano, alertou na semana finda em plenário a deputada comunista Odete Santos, para quem o diploma constitui mais uma afronta à garantia constitucional do direito à habitação.

Uma afronta que a parlamentar comunista denunciou energicamente no debate realizado em torno da ratificação do referido diploma, requerida pela sua bancada, no decorrer do qual foram postas a nu as suas «imperfeições, erros técnicos e imprecisões», os quais, do seu ponto de vista, «acabam por deixar a maior obscuridade relativamente a determinadas questões», deste modo falhando o objectivo invocado na autorização legislativa de clarificar as leis.

O diploma agora submetido à ratificação, na opinião de Odete Santos, constitui mesmo um desmentido a todas as afirmações feitas pelo ministro Ferreira do Amaral na altura do debate sobre a autorização legislativa, autorização esta que, em bom rigor, mais não foi do que um cheque em branco utilizado pelo Governo para esconder os seus verdadeiros objectivos à Assembleia da República, objectivos esses que não podem ser dissociados do propósito de subverter na legislação sobre arrendamento urbano mais umas quantas disposições de protecção ao inquilino.

De que modo, foi o que Odete Santos se deteve a explicar, sumariando alguns exemplos concretos que atestam o «saldo altamente negativo do diploma». É o caso do

artigo 86.º onde está subjacente, disse, a intenção de reduzir as transmissões por morte.

«Se por hipótese, Francisco residia em Setúbal em casa diversa de seus pais, residentes também em Setúbal — exemplificou Odete Santos traçando um cenário possível a partir de agora —, Francisco se resolver deixar a sua residência para ir habitar com a mãe, a quem se transmitiu o arrendamento, deixará de ter esse direito, ao contrário do que sucedia até hoje, à transmissão do arrendamento por morte da mãe».

Sem esquecer os preceitos respeitantes ao objectivo social de protecção do inquilino que estão por clarificar ou a desprotecção que continua a existir aos grandes inválidos, é, no entanto, nas malfetorias que encerra que o diploma constitui, na expressão de Odete Santos, um terreno armadilhado contra o inquilino.

Como, é o que veremos a seguir, através de alguns dos exemplos enumerados pela deputada comunista.

Relativamente à prova do contrato de arrendamento, mesmo para os arrendamentos antigos, ela passa a poder fazer-se apenas pelo contrato escrito ou pelo recibo de renda.

Assim se acabou com a pro-



tecção do inquilino, que podia, até ao diploma em apreciação, fazer a prova da existência do arrendamento através de testemunhas.

Sabendo-se, como se sabe, que não é rara a escusa do senhorio em passar recibo de renda, na mira de obter uma fácil desocupação do prédio, podemos antever como poderá haver contratos a prazo incerto, a somarem-se à praga dos contratos a prazo certo.

E a isto também não escapam pelo novo diploma os arrendatários comerciais, que apenas poderão fazer a prova através de escritura pública.

O diploma amarra ainda os inquilinos mesmo os dos arrendamentos antigos a aumentos de rendas ilegais se dentro do prazo de 15 dias não manifestarem a sua recusa.

Obriga os inquilinos a aumentos de rendas brutais, resultantes, por exemplos, de obras determinadas, por exemplo, por inundações. É o caso da recém-criada figura de

obras de conservação extraordinária. E isto mesmo para os arrendamentos antigos.

O diploma eleva brutalmente as rendas nos casos de transmissão do arrendamento por morte a descendentes com mais de 26 anos de idade e menos de 65, e a ascendentes (pais e avós) com menos de 65 anos.

O diploma facilita o desalojamento de inquilinos, ao elevar de 20 para 30 anos a duração do arrendamento que impõe o direito de denúncia por parte do senhorio, transformando em aflição a segurança dos inquilinos dos contratos antigos que já viviam na casa há 20 anos, no momento em que o diploma entrou em vigor.

O Decreto-Lei permite, por exemplo, que um senhorio, tendo residência sua, cinco casas dadas de arrendamento e cinco filhos com ele convivendo, proponha cinco acções de despejo, de uma penada. E isto para os arrendamentos antigos.

Alta Competição

Governo mantém falta de apoios e estruturas

Em matéria de alta competição, no essencial, tudo vai permanecer como até aqui, que é como quem diz, os grandes problemas sentidos por técnicos e atletas vão continuar a marcar o seu quotidiano, persistindo a ausência de estruturas, de apoios e, acima de tudo, a falta de medidas articuladas que configurem uma política orientada para apoiar este sector.

Do debate travado no final da passada semana em torno da ratificação do decreto-lei que estabelece medidas de apoio à alta competição, esta será, porventura, a principal conclusão a tirar relativamente a um diploma que, contrariamente aos objectivos enunciados e às expectativas geradas, está longe de instituir uma gestão racional e eficaz capaz de sustentar os apoios de que o País carece neste domínio.

Inevitável, face a este quadro, será, pois, a manutenção do atraso que nos separa dos países desportivamente mais desenvolvidos, atraso cuja res-

ponsabilidade, como salientou no debate o deputado comunista António Filipe, não pode deixar de ser atribuído ao Governo, quer pela improvisação de que tem dado mostras, quer pelo miserabilismo dos meios que coloca à disposição das Federações e clubes, quer ainda pela menorização com que interpreta o papel indispensável e insubstituível do movimento federativo.

Este é, aliás, um dos aspectos mais chocantes do diploma, constituindo mesmo uma afronta ao movimento federativo e associativo — é essa inequivocamente a opinião da bancada comunista —, ao inviabilizar a sua participação na definição da política para a alta competição, deixando-a à discrecionabilidade da Direcção-Geral dos Desportos.

Em suma, retomando as palavras de António Filipe, que anunciou a apresentação para breve de um projecto de lei do PCP sobre esta matéria, trata-se de um diploma que não re-

solve, no fundamental, os «complexos problemas emergentes da necessária conciliação entre o emprego e o desporto ou o estudo e o desporto», integrando simultaneamente de forma deficiente, em todos os casos, «outros elementos do subsistema, como o apoio a técnicos e dirigentes, os fundos federativos de apoio à Alta Competição, o seguro desportivo, o apoio médico», para não falar do facto de nem sequer tratar outros, como seja a investigação ou a segurança social de atletas não profissionais.

Autonomia

Alvo de severas críticas por parte da totalidade dos partidos da oposição e, desta feita, dos deputados insulares do PSD, foi ainda na mesma sessão plenária o decreto-lei governamental, chamado à ratificação, que fixa limites ao endi-

vidamento das Regiões Autónomas.

Para a deputada comunista Ilda Figueiredo, «são imposições desnecessárias e incorrectas», porquanto, sustentou, há Estatutos aprovados para as Regiões Autónomas e «existem mecanismos normais que permitem o acompanhamento da situação, seja a nível regional, através das Assembleias Regionais, seja a nível central, através da Assembleia da República que aprova os empréstimos externos».

«Se o Governo acha que em relação à Madeira precisa de estabelecer controlos à actuação financeira do dr. Alberto João Jardim — observou Ilda Figueiredo, definindo a posição da sua bancada — não pode com isso pôr em causa a autonomia financeira das Regiões Autónomas e o que pode clarificar são os critérios de atribuição de verbas às Regiões de forma a que com base nos princípios da solidariedade nacional se definam critérios transparentes.»

Agricultura Governo falha PCP propõe medidas

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo, em conferência de imprensa, realizada terça-feira, de ter falhado redondamente nos seus objectivos de política agrícola e de estar a conduzir uma acção neste domínio que não serve os interesses nem dos agricultores nem do País.

Para a bancada comunista, que desafiou o Governo para um debate sobre o assunto na Assembleia e que neste mesmo dia apresentou quatro projectos de lei destinados a preencher esse vazio deixado pelo Executivo, a agricultura nacional está mesmo hoje mais longe dos níveis europeus do que estava aquando da adesão.

Em sua opinião, a não haver alterações de política, corre-se inclusive o risco de nos virmos a situar neste campo num plano ainda mais periférico, marginal no contexto europeu, cujas consequências, admite-se, empurrarão os agricultores e a agricultura nacional para o desastre.

A incapacidade do Governo para apresentar um programa global de fomento agrícola — capaz de reduzir o grave défice da balança agrícola, aumentar a produtividade, ganhar competitividade no mercado externo, apoiar os agricultores, melhorar a sua formação e rendimentos —, é assim apontada como uma causa determinante para a situação presente, uma situação que os deputados comunistas querem ver rapidamente alterada.

Nesse sentido vão, aliás, os projectos agora por si apresentados, iniciativa legislativa cuja elaboração foi regulada pela ideia de dotar o País com um programa de orientação para sectores importantes da agricultura nacional, assegurando simultaneamente a participação de todos os interessados na definição da política agrícola.

No próximo número do «Avante!» daremos a conhecer as linhas gerais desses quatro diplomas: Programa de Orientação e Fomento das Produções Hortícolas e Frutícolas; Programa de Orientação e Fomento da Produção Agrícola Arvense para o Sul do Ribatejo e Alentejo; Programa de Valorização e Fomento das Raças Bovinas Autóctones-Arouquesa, Maronesa, Barrocã e Mirandesa; projecto de lei que «assegura a participação dos agricultores e trabalhadores rurais na definição da política agrícola».

Na passagem do 1.º centenário Parlamento evoca 31 de Janeiro

O carácter patriótico, popular e democrático da Revolta do 31 de Janeiro, inspirador de gerações de combatentes pela liberdade, foi evocada na Assembleia da República em sessão comemorativa inteiramente dedicada à passagem do primeiro centenário deste acontecimento.

Efectuada na sequência de uma proposta nesse sentido apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, esta sessão solene constituiu assim um ensejo para recordar as grandes movimentações populares que então ocorreram como resposta ao ultimatum inglês e ao papel desempenhado pelos monárquicos nessa humilhação infligida a Portugal.

Ao homenagear em nome da sua bancada o «patriotismo, bravura determinação e coerência dos revoltosos do Porto», para este aspecto chamou Carlos Brito em primeiro lugar a atenção da Câmara, pondo em relevo nomeadamente que ele se inseriu na «onda de indignação que percorreu o País e no profundo repúdio que tomou por alvo tanto a arrogante prepotência inglesa como a cobardia e a submissão das autoridades monárquicas».

A reter desta grande afirmação em defesa da independência e dignidade nacional, na opinião do líder parlamentar comunista, é ainda o facto de ela exprimir a «republicanização» do movimento de protesto contra o ultimatum ou seja, a primeira vez que o Partido Republicano consegue assumir-se como porta-voz dos

interesses e aspirações nacionais.

«A onda de indignação nacional abarcou naturalmente gente de todas as classes e camadas e de todas as convicções políticas», assinalou a propósito Carlos Brito, não deixando contudo de lembrar que o Partido Republicano procurou e conseguiu, «até certo ponto», conferir expressão política ao «protesto patriótico, imprimir-lhe uma perspectiva, apontar-lhe uma saída — a queda da monarquia, a proclamação da República».

O carácter eminentemente popular do 31 de Janeiro constituiu outra das notas realçadas pelo dirigente comunista, tendo a este respeito citado uma passagem de Joel Serrão, no seu Dicionário da História de Portugal, quando este afirma, referindo-se ao aspecto social da revolta do 31 de Janeiro, que esta foi «efectuada por sargentos e cabos e enquadrada e apoiada pelo povo anónimo das ruas» e «hostilizada ou minimizada pelos oficiais, pela alta burguesia e até, pela maior parte da inteligência portuguesa».

O papel decisivo desempenhado pelos sargentos no movimento foi, aliás, objecto de especial referência na intervenção de Carlos Brito, que aproveitou o momento para expressar o total apoio e disponibilidade da sua bancada para encetar os passos necessários à concretização do desejo manifestado pela Associação Nacional dos Sargentos no sentido de que o 31 de Janeiro seja considerado o Dia Nacional dos Sargentos.

Guerra no Golfo

O Porto em defesa da Paz

Da Praça dos Leões à Ribeira, foi em longo desfile que, no passado sábado, vários milhares de pessoas se manifestaram de novo na cidade do Porto em defesa da paz, correspondendo ao apelo de mais de sessenta organizações representativas dos mais variados sectores de opinião, sindicatos, associações de moradores, organizações culturais, juvenis, de reformados e de mulheres, ecologistas e religiosas.

«Cristãos dizem não à guerra», «Reformados pela paz», «Nós que damos a vida

recusamos a guerra», «Com a guerra a natureza chora», «Miragaia pelo fim da guerra»,

«Por uma rápida solução pacífica» e «Sim à conferência internacional» foram expressões multiplicadas em panos, cartazes e inscrições, que se prolongaram nas ruas do centro histórico do Porto, num percurso muitas vezes silencioso, sinónimo de con-denação e de profunda preocupação e horror com que se assiste ao desenvolvimento da guerra no Golfo, com consequências terríveis

em perdas de vidas humanas e de importantes recursos económicos.

Vozes diferentes contra a guerra

Já na Praça da Ribeira, tomaram a palavra representantes das organizações que deram apoio à iniciativa e foi dado conhecimento das mui-



tas saudações recebidas.

Um grupo de cristãos da diocese do Porto (entre os aderentes à manifestação encontravam-se a JOC (Juventude Operária Católica) e a

LOC (Liga Operária Católica) leu uma mensagem e, simbolicamente, fez uma largada de balões coloridos.

João Teixeira Lopes, presidente da Associação de Estu-

O império americano e a H

Esta guerra no Golfo criou condicionamentos que dificultam a abordagem de situações e factos que contrariam o discurso mediático repetido com leves variações de Washington a Paris, de Lisboa a Tóquio.

É difícil mas necessário.

A quase totalidade desse discurso está a ser preenchida por jornalistas, militares e políticos despreparados para reflectir sobre a História. A responsabilidade do bombardeamento desinformativo e a modelagem e inspiração do mesmo têm, entretanto, a sua fonte em núcleos de poder controlados por homens com uma consciência nítida dos fins a atingir e dos efeitos produzidos pelas imagens e palavras da mensagem global difundida.

Incluo-me entre aquele segmento da humanidade que abomina a guerra. Desde que, jovem, vi pela primeira vez correr o sangue de gente abatida pelas armas, odeio a guerra.

Neste Inverno português do ano 91, ao acompanhar o frenesi histórico com que os *media* europeus e norte-americanos cobrem o dia-a-dia da guerra no Golfo, uma das poucas certezas que tenho é a de os historiadores do início do século XXI vão emitir sobre este conflito irracional opiniões não apenas muito diferentes daquelas que ouvimos há meses do presidente George Bush e dos governantes europeus, mas incompatíveis com elas. Direi mesmo antagónicas.

A guerra do Golfo será dentro de poucos anos vista como uma monstruosidade que poderia ter sido evitada. O que hoje dificulta a avaliação serena de uma dramática cadeia de acontecimentos (a deformação mediática) nem será então parte significativa da memória da História. Para a humanidade do início do século XXI será transparente que esta guerra somente eclodiu porque os EUA, com premeditação, decidiram desencadear-la.

Os historiadores — incluindo os mestres das velhas universidades norte-americanas — não terão dúvidas em atribuir ao governo de George Bush a responsabilidade por esta guerra no Golfo, tal como hoje reconhecem ser sobretudo de John Kennedy a responsabilidade pela política de envolvimento dos EUA no Vietnam.

A *intelligentsia* não terá dúvidas de que a Casa Branca preparou a guerra e fez tudo o que pôde para inviabilizar uma saída negociada que preservasse a paz.

Uma característica comum a todas as guerras é a incapacidade do seu desenvolvimento ser avaliado com lucidez por aqueles que as planeiam e iniciam. O historiador russo Evgueni Tarlé conta que se bebeu champagne em Berlim e Viena quando a Áustria invadiu a Sérvia e houve bebedeiras quando a Alemanha atacou a França em 1914. Em Berlim afirmava-se que os soldados festejariam o Natal em casa. A guerra fez 20 milhões de mortos e durou quatro anos.

Como sublinhou na época o social-democrata Karl Kautsky, *qualquer pessoa com um mínimo de bom senso poderia ter previsto o que iria acontecer*. Mas a engrenagem, posta em movimento, não foi detida.

A invasão do Kuwait foi um crime gravíssimo que justificou a repulsa e condenação gerais. Ofereceu também aos EUA o pretexto que eles aguardavam com ansiedade; permitiu-lhes o desencadeamento da primeira guerra de novo tipo.

O facto de o Kuwait ser um país artificial (inventado pelo imperialismo britânico) não deve ser invocado como atenuante da violação do direito internacional, do desafio iraquiano à Carta da ONU. Mas a condenação indispensável da agressão cometida por Saddam Hussein e da sua recusa em cumprir a Resolução do Conselho de Segurança que o intimou a sair do Kuwait não reduz também minimamente a culpabilidade dos EUA no processo que levou à guerra.

Os EUA são uma grande nação civilizada. Cada opção dos seus dirigentes tem um peso enorme em todo o mundo. E Washington jogou desde o início da crise com cartas viciadas. Ao exigirem a guerra como a única resposta à intransigência de Saddam,

os governantes norte-americanos fecharam as portas da paz e erigiram um autocrata megalomano (e portanto perigoso) em inimigo prioritário da humanidade.

Os historiadores, amanhã, perguntarão como foi possível a George Bush impor a sua vontade ao Conselho de Segurança, instrumentalizá-lo e obter o seu aval para uma situação alucinatória: a concentração em torno das fronteiras iraquianas da mais poderosa máquina bélica de todos os tempos. A desproporção entre o objectivo enunciado — forçar o Iraque a retirar do Kuwait — e a estratégia que empurrou a humanidade para a guerra ilumina o projecto imperial dos EUA. Os verdadeiros objectivos não são os da ONU.

Os historiadores culpabilizarão os EUA pela sua pressa, ou seja, pela galopada para a guerra. As sanções principiavam a produzir efeitos. O Iraque não é um país industrial. Nem no sector modesto da construção civil é auto-suficiente. Importa quase tudo que consome. Isolado, teria de ceder. Sem vender o petróleo não teria sequer condições para fazer funcionar as estruturas sociais e económicas próprias de um país do final do século XX com bom padrão de vida. Mas Washington bloqueou o caminho do diálogo e da paz. O presidente dos EUA impôs a guerra. E ao desencadear-la, tripudiando sobre a letra e o espírito da Resolução 678 de 29.11.90, voltou a violar o direito internacional que tanto invoca.

Os bombardeamentos maciços de Bagdad, Bassorá e outras cidades evidenciam que o objectivo estratégico dos EUA não é libertar o Kuwait, mas *aniquilar o Iraque*.

A guerra, entretanto, não foi a intervenção de pequena cirurgia que as cadeias de televisão norte-americanas previram na noite de 16 de Janeiro. O Iraque resistiu ao vendaval de metralha que se abateu sobre o seu território.

Essa resistência, legítima, coloca à humanidade angustiantes indagações.

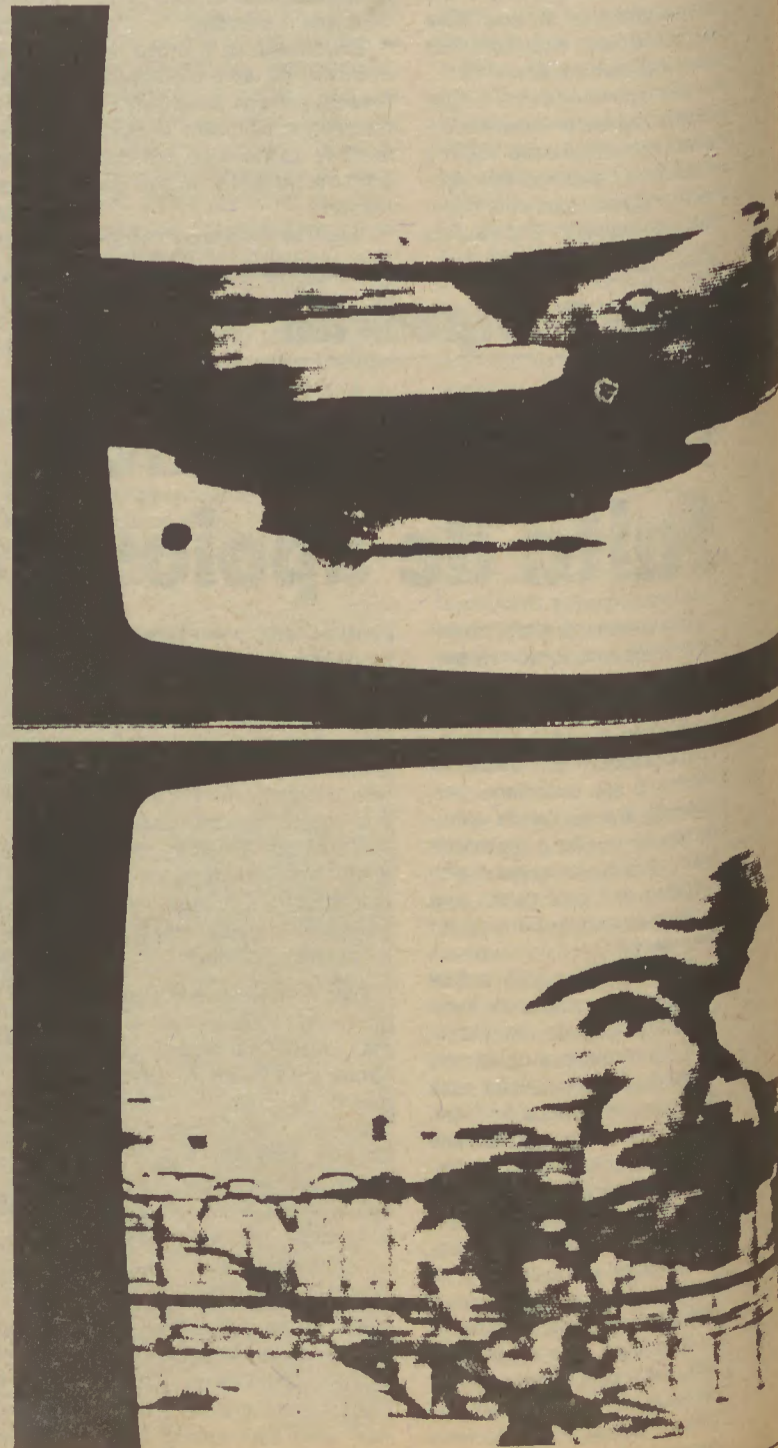
O comportamento dos EUA (falar dos «aliados» e das «forças multinacionais») é colaborar no jogo de Bush) dificultou o isolamento de Hussein.

O Iraque não pode ser confundido

com o seu ditador. E a grande vítima da guerra é, no momento, o povo iraquiano, ou seja, mais de 17 milhões de homens e mulheres que habitam um território do qual os EUA fizeram

campo de ensaio das mais destruidoras armas do seu arsenal electrónico.

A cada dia que passa as proporções do conflito ampliam-se. Era pre-



Em Foco

Avante!

Ano 61 — Série VII
N.º 894

7 de Fevereiro de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Reunião do Comité Central do PCP

RESOLUÇÕES APROVADAS

Com o PCP

para a Alternativa Democrática

O 70.º Aniversário do PCP



Com o PCP para a Alternativa

O Comité Central, reunido em 1 de Fevereiro, analisou os desenvolvimentos da política de direita e o combate para lhe fazer frente; debateu a viabilidade de uma alternativa democrática e as ambiguidades e contradições do PS nessa matéria; definiu as linhas de actuação para intervenção dos comunistas nos próximos meses, no movimento popular de massas, na Assembleia da República, na autarquias locais, no Parlamento Europeu e nas Assembleias da Região Autónoma dos Açores; estabeleceu o calendário de iniciativas e orientações para intervir na batalha das eleições para a Assembleia da República de 1991; considerou aspectos da situação internacional, com destaque para a guerra do Golfo; aprovou orientações para o reforço do PCP e para a sua actividade, em particular para as comemorações do 70º aniversário da sua fundação.

O Comité Central manifesta a sua confiança na luta popular e democrática, na viabilidade de derrotar a direita e conseguir uma solução alternativa de Governo em 1991 e no claro avanço eleitoral do PCP e dos seus aliados.

I A guerra do Golfo e a situação internacional

O Comité Central do PCP examinou alguns aspectos de maior actualidade da situação internacional.

Recordando a sua condenação da invasão do Kuwait e a exigência da retirada do Iraque, assim como a sua advertência quanto à necessidade de levar em consideração toda a complexa problemática da região, o CC do PCP considera que a guerra desencadeada pelos EUA no Golfo e o seu desenvolvimento estão no centro do agravamento da situação internacional e encerram para o mundo catastróficas consequências que é imperativo conjurar.

O PCP insiste na necessidade e urgência de pôr termo à guerra e encetar negociações com vista a assegurar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. É urgente pôr termo à perda de vidas humanas e à destruição de bens materiais que seguramente ocorreram já em escala incomparavelmente maior que o revelado. É urgente impedir que a guerra assuma ainda mais vastas proporções, designadamente as que resultariam de um envolvimento militar directo de Israel, Turquia (e por seu intermédio justificar a entrada da NATO como tal no conflito) e outros países. A Humanidade não pode permitir quer o prosseguimento de bombardeamentos maciços de consequências devastadoras, quer a eventual utilização de armas de extermínio em massa, nomeadamente nucleares, químicas e biológicas.

O CC do PCP denuncia uma vez mais a monumental operação de desinformação, censura e manipulação visando justificar a guerra e dificultar a tomada de consciência sobre a sua verdadeira natureza e dramáticas consequências.

Sem diminuir as responsabilidades do regime iraquiano, o CC do PCP responsabiliza a administração norte-americana pela sabotagem de sucessivas tentativas de solução pacífica negociada e alerta os trabalhadores e o povo português para os objectivos de dominação e hegemonia regional e mundial prosseguidos pelos EUA.

O imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, está a aproveitar o desequilíbrio da correlação mundial de forças para passar à ofensiva contra o movimento nacional e social no Médio Oriente e no mundo, reconquistar e alargar esferas de influência e de domínio, construir uma «nova ordem mundial» por si ditada e hegemónica.

O desencadeamento da guerra no Golfo, tal como se processou, confirma a natureza exploradora, agressiva e profundamente desumana do imperialismo. Confirma também e traduz graves consequências do enfraquecimento, ainda que temporário, das posições do socialismo para a própria causa da paz. Os importantes progressos alcançados no plano do desarmamento e do desanuviamento entre os EUA e a URSS e no continente europeu estão a ser postos em causa pela pretensão dos EUA, assim como da NATO, de alcançar vantagens militares e modificar decisivamente em seu favor a correlação de forças no plano militar. Facto tanto mais inquietante quanto se multiplicam e assumem um carácter cada vez mais arrogante as pressões e ingerências do imperialismo nos assuntos internos de Estados soberanos, incluindo da própria URSS onde a situação continua a causar sérias preocupações.

Entretanto nos EUA, na Grã-Bretanha e noutros países capitalistas desenvolvidos não estão superadas as tendências de recessão económica, que vinha a processar-se desde antes do conflito do Golfo e cujos custos recairão

como sempre sobre os trabalhadores desses países e os povos do Terceiro Mundo. Importantes lutas da classe operária e dos trabalhadores têm tido lugar em numerosos países. Na Ásia, África e América Latina, num processo contraditório em que se verificam avanços e recuos, prossegue a luta dos povos pela independência, a democracia e o progresso social. A luta contra a guerra no Golfo e em defesa da paz generaliza-se em todo o mundo com acções de grande envergadura.

Apesar da complexidade e gravidade da situação, o CC do PCP confia na possibilidade de — pela luta conjugada de todas as forças do progresso e amantes da paz — fazer recuar o imperialismo, e em primeiro lugar os EUA, nos seus propósitos de hegemonia.

O CC confia que a acção de todos os países e a luta de todas as forças interessadas numa solução política negociada pode fazer cessar as hostilidades e abrir caminho à negociação, impor a realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente sob condição de ser orientada para uma paz justa e duradoura em toda a região, o que passa necessariamente também pela retirada de Israel dos territórios árabes ocupados e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, incluindo do seu próprio Estado independente e soberano.

O CC do PCP insiste em que Portugal se deve empenhar e contribuir com iniciativas autónomas para negociações que conduzam à paz.

Saudando e valorizando as importantes acções pela paz que têm tido lugar em Portugal, e em particular a manifestação do passado dia 26 em Lisboa, o CC do PCP apela aos trabalhadores, aos jovens, às mulheres, aos intelectuais, ao povo português para prosseguirem com confiança a luta para pôr termo à guerra no Golfo e encetar negociações, para impedir o envolvimento de Portugal no conflito, pelo desarmamento, o desanuviamento e a paz.

II Política de direita contra a democracia

O Governo Cavaco Silva aproveitou os mútuos apoios que conseguiu com a candidatura de Mário Soares e a trégua que lhe foi concedida pelo próprio PS (parceiro no PSD no MASP) durante o período de pré-campanha e de campanha eleitoral das presidenciais para aprofundar a política de direita em todas as áreas e preparar a sua estratégia para as legislativas.

O Comité Central salienta que a actuação do Governo Cavaco Silva apresenta, neste momento, quatro traços essenciais seguintes:

a) Prosseguimento e intensificação das orientações e medidas visando a reconstrução e restauração do capitalismo monopolista com as inerentes consequências no agravamento das desigualdades económico-sociais, na crescente dominação do capital estrangeiro sobre a economia portuguesa, nas limitações da soberania nacional e no alastramento do tráfico de influências e corrupção;

b) Prosseguimento da política de limitação e liquidação de direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores, de que é significativo exemplo o «pacote laboral», e do agravamento da situação social, como elemento integrante da política de reconstrução e restauração do capitalismo monopolista;

c) Prosseguimento da ofensiva contra elementos fundamentais integrantes da democracia política, tendo particular gravidade a continuação do processo de governamentalização e partidarização do Estado, com a invasão por parte do Governo de áreas de competência de outros órgãos de soberania e instituições, de propostas de novas leis eleitorais, o bloqueio da regionalização e a apresentação de uma lei-quadro de propósitos centralizadores, as ingerências nas autarquias locais, a monopolização governamental da gestão da integração europeia e da orientação da política externa;

d) Desencadeamento de uma vasta operação eleitoralista, compreendendo um intenso programa de inaugurações, viagens e visitas ministeriais, novas promessas de carácter demagógico e em alguns casos a satisfação de aspirações e reivindicações populares até agora persistentemente contrariadas pelo Governo, tudo isto feito com a extrema partidarização dos meios e do aparelho do Estado,

com especial destaque para a instrumentalização ao serviço dos objectivos eleitorais do PSD da RTP e outros órgãos de comunicação social.

III Combate à restauração monopolista e à política social do grande capital

Em relação à política de restauração monopolista e aos seus múltiplos aspectos e consequências, designadamente à política social que vem sendo realizada subordinada aos interesses do grande capital, o Comité Central do PCP considera imperioso no imediato:

— travar o desastroso processo de privatização de empresas estratégicas em sectores fundamentais para o desenvolvimento económico do país e de transferências para a dominação estrangeira de centros nevrálgicos da decisão económica nacional, e promover um sector empresarial do Estado dinâmico, eficiente e modernizado que, em complementaridade com o sector privado e o sector cooperativo, possa garantir a soberania nacional nos centros estratégicos da economia portuguesa;

— exigir que a concretização da coesão económica e social, o efectivo paralelismo das vertentes económica e monetária, o reforço da dimensão social e a defesa da soberania nacional — nomeadamente no âmbito do sistema monetário, da política orçamental e das políticas externa e de segurança — determinem as orientações e os objectivos essenciais de Portugal no processo da União Económica e Monetária e da dimensão política da integração comunitária;

— rejeitar frontalmente e combater a aprovação da nova versão do «pacote laboral» que, como o PCP alertou publicamente quando da assinatura do «Acordo Económico e Social» e agora se torna mais claro, visa fundamentalmente atacar os direitos dos trabalhadores e agravar a precarização do emprego através da consagração legal do despedimento por inadaptação e por falta de confiança da entidade patronal, do efectivo aumento do tempo de trabalho e do alargamento do período experimental de trabalho;

— promover uma política de preços e rendimentos mais justa e adequada aos interesses dos portugueses e de Portugal, impedindo que excessivas margens de lucro continuem a provocar as elevadas taxas de inflação actuais e que sejam impostos tectos salariais nas negociações colectivas; uma política monetária coerente que possibilite maior disponibilidade de crédito interno e taxas de juro mais baixas; e uma política fiscal de maior justiça social que alivie o peso da carga que incide sobre os rendimentos do trabalho, incentive o investimento produtivo e penalize a especulação imobiliária e financeira;

— garantir que os fundos comunitários colocados à disposição do país sejam total e atempadamente utilizados, de forma eficaz e transparente, tendo em conta as prioridades nacionais e o estágio actual do desenvolvimento do país, que a eles tenham acesso efectivo e a necessária informação os pequenos e médios empresários e agricultores, as autarquias locais e outras entidades, que a sua aplicação seja alargada a novas áreas e que o nível da comparticipação orçamental nacional seja reduzido através do aumento das comparticipações comunitárias;

— reclamar uma política agrícola adequada à defesa dos interesses nacionais que promova as transformações estruturais indispensáveis ao desenvolvimento da agricultura, à redução da dependência alimentar e energética do país, à travagem do processo de desertificação do mundo rural, à defesa e melhoria dos rendimentos dos pequenos e médios agricultores;

— encarar as carências habitacionais como um dos mais graves e prementes problemas nacionais, cuja solução só é possível com a complementaridade da promoção privada, cooperativa e estatal e exige orientações, medidas e acções inseridas numa estratégia nacional de desenvolvimento que tenha em vista o melhoramento das condições de vida dos portugueses;

— melhorar a qualidade do ensino e os cuidados de saúde e democratizar efectivamente o seu acesso; lutar

Democrática

contra a progressiva degradação das instituições e serviços na área da educação e saúde públicas, defender o seu adequado financiamento pelo Orçamento de Estado e combater a política de transferência das suas funções (e do apoio do Estado) para o sector privado; assegurar e defender a gestão democrática das instituições e serviços;

— agir no sentido da elevação da qualidade de vida urbana, nomeadamente no que se refere aos transportes e trânsito, ambiente e infra-estruturas sociais e culturais;

— assegurar aos idosos e reformados e aos deficientes níveis de vida dignos, através da valorização das reformas e pensões e de outras prestações sociais, de alteração das fórmulas de cálculo e da concessão de condições especiais na utilização dos transportes públicos e na aquisição de medicamentos e próteses;

— exigir que as comissões parlamentares de inquérito actuem de forma mais célere e eficaz, e garantir que todos os casos de tráfico de influências e de corrupção sujeitos a investigação sejam levados até ao fim com todas as suas consequências legais.

IV

Defesa da democracia contra a governamentalização do Estado pelo funcionamento democrático das instituições

Para defesa do regime democrático é imperioso, no momento actual, não só continuar a defender caso a caso e firmemente as liberdades e direitos dos cidadãos, mas também fazer frente à crescente governamentalização do Estado e garantir o rigoroso cumprimento do princípio constitucional sobre a separação e a interdependência dos órgãos de soberania.

Durante a campanha das presidenciais, o PCP alertou o país para a necessidade de se preservar o estatuto constitucional do Presidente da República como condição do normal funcionamento das instituições democráticas.

Reveste também da maior importância, em face das tendências usurpadoras do Governo, que a Assembleia da República desempenhe as suas competências legislativas e exerça os seus poderes de fiscalização sobre a actividade governamental.

Adquire grande actualidade, perante recentes iniciativas governamentalizadoras, a defesa da independência e a autonomia das magistraturas dos tribunais a quem importa proporcionar os meios necessários para que seja assegurada uma justiça célere e acessível.

Compete ao conjunto dos órgãos de soberania, com competências diversificadas, e não apenas ao Governo, assegurar a existência de Forças Armadas ao serviço do povo, da independência nacional e da integridade territorial, assim como de uma política de segurança e ordem públicas baseada no primado da prevenção e no respeito e garantia efectiva dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e dos trabalhadores.

O Comité Central considera da maior importância, para os interesses populares e o regime democrático, combater e fazer recuar a governamentalização em relação ao poder local e à regionalização. Importa, com este objectivo, desmascarar as ingerências governamentais, directas e indirectas, nas autarquias locais, mobilizando eleitos e populações na protecção das suas competências e reclamando os meios para que possam ser exercidas. Importa, também, pressionar o desbocamento do processo legislativo da regionalização, com a exigência da aprovação a curto prazo da Lei Quadro das Regiões Administrativas de acordo com a Constituição, que representará uma forma importante para contrariar as tendências centralistas e governamentalizadoras da política de direita.

O Comité Central alerta o país para a extrema governamentalização e partidarização a que foi reduzida pelo PSD toda a área da comunicação social. O Governo arroga-se o absoluto controlo dos órgãos que permanecem no sector público, é a única entidade que decide nas privatizações, domina completamente a atribuição de frequências de rádio e dos canais de televisão. É um imperativo do Estado democrático alterar esta situação escandalosa. Pôr cobro à manipulação da RTP e da RDP ao serviço do Governo e do partido do Governo. Parar as privatizações de jornais e a atribuição de frequências de rádio a favor de grupos de apa-

niguados do PSD, como aconteceu com o Jornal de Notícias e rádios regionais. Garantir transparência, rigor e a salvaguarda do interesse nacional na atribuição de novos canais de televisão.

O Comité Central considera da maior importância para o país que a Assembleia da República, de acordo com as suas competências constitucionais, acompanhe e fiscalize a actuação do Governo em relação à integração europeia, especialmente, nas conferências intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária e a União Política.

Nada pode justificar também, em face do quadro constitucional português, que o Governo fuja a qualquer debate no plenário da Assembleia da República sobre o posicionamento que definiu em relação à guerra do Golfo, designadamente a cedência de bases e os apoios de natureza logística que podem representar o risco de maior envolvimento no conflito de imprevisíveis consequências.

V

Caminho e condições para uma alternativa democrática

Após as eleições presidenciais e com a aproximação no horizonte político das eleições legislativas, intensificam-se as operações de propaganda e de mistificação pré-eleitoral, quer por parte do PSD procurando apresentar-se como imbatível e como sério candidato à repetição da maioria absoluta, quer do PS procurando igualmente apresentar-se (tal como em 1985) como candidato à maioria absoluta, ou em qualquer caso, como sendo alegadamente a única alternativa de «voto útil» para a derrota do PSD (tal como fez em 1987).

O PCP lamenta que o PS, a avaliar por orientações definidas e afirmações feitas por dirigentes seus, pareça resistir a compreender e aceitar que o pluralismo e a diversidade partidária no campo democrático são um facto natural e positivo, pareça não compreender que não há vitória eleitoral sobre a direita sem uma deslocação para o voto nas forças democráticas de uma parte importante do eleitorado que em 1987 concedeu a maioria absoluta ao PSD, e, em consequência, pareça por vezes preferencialmente empenhado em tentar novamente concretizar a sua antiga aspiração a uma sua asfixiante hegemonia do campo democrático, conseguida com um drástico enfraquecimento eleitoral do PCP que permitiria libertar o PS do principal obstáculo hoje existente ao impune aprofundamento das suas convergências, compromissos ou alianças com a direita.

Com integral respeito pela verdade e com pleno fundamento na realidade política e na experiência nacionais, o PCP entende oportuno e útil salientar cinco ideias fundamentais sobre a questão da alternativa democrática e sobre o caminho para a alcançar:

1. Nas próximas eleições legislativas, o resultado eleitoral básico, indispensável e decisivo para, no plano institucional, possibilitar uma alternativa democrática é a colocação do PSD (e do CDS) em minoria na Assembleia da República e a correspondente verificação de uma maioria democrática. Não tem assim qualquer fundamento, seja institucional seja político, a insistência do PS em apresentar erroneamente as eleições legislativas como visando a eleição do Primeiro-Ministro e em apresentar como factor decisivo de viragem o PS passar a ser o partido mais votado, quando a verdade é que, não atingindo o PS um tal objectivo, pode entretanto verificar-se uma maioria de deputados do PS e do PCP.

2. Uma nova maioria parlamentar democrática não podendo com realismo ser alcançada por qualquer partido democrático sozinho, só pode ser alcançada pelo conjunto dos partidos democráticos, designadamente pelo PS e pelo PCP. A pretensão do PS, repetidas vezes anunciada e repetidas vezes fracassada, de alcançar sozinho a maioria absoluta constitui uma ilusão em que os próprios dirigentes do PS não acreditam. Equivaleria a mais do que duplicar o número dos seus deputados. A insistência em tal absurdo tem por exclusiva finalidade servir de alibi do PS para não explicitar a sua política de alianças e tentar captar votos à sua esquerda que representam já a mais segura contribuição para a derrota da direita e para a alternativa.

O PS assume a grande responsabilidade de, com tais posições, poder enfraquecer a credibilidade da alternativa.

3. A existência de uma maioria parlamentar democrática, sendo do ponto de vista numérico e no plano ins-



titucional, um elemento determinante para a viabilidade de uma alternativa, não é por si só, politicamente, bastante ou suficiente, sendo necessário e indispensável que essa maioria numérica se assuma como maioria política, ou seja, que as forças que a integram se entendam e convirjam quanto à política a realizar e quanto à solução governativa a concretizar. Neste quadro, uma alternativa democrática pode comportar soluções diversas ou graus diversos de entendimento ou convergência das forças democráticas, mas não existe sem convergência entre PS e PCP. Fora deste quadro, podem ser ressuscitadas desgastadas fórmulas de compromisso entre o PS e o CDS ou PSD mas, em rigor, defraudando de novo a aspiração a uma verdadeira alternativa à política de direita.

4. Uma alternativa democrática exige não apenas uma nova maioria e uma nova solução governativa que lhe corresponda mas também a definição de uma nova política alternativa à praticada pelo Governo do PSD e comportando uma profunda viragem em relação aos seus objectivos fundamentais, critérios e métodos. Dadas as amplas zonas de contacto e convergência que o PS manifesta com o PSD em questões fulcrais da vida nacional e às perspectivas da sua evolução, não é obviamente o PS, sozinho, que dá garantias de formulação da nova política necessária, cabendo ao PCP, que tem avançado múltiplas iniciativas e propostas para responder aos mais importantes problemas do país, um papel fundamental para que, num quadro de diálogo e negociação democráticos, possa ser primeiro definida e acordada e depois respeitada e concretizada uma nova política.

5. É a votação no PCP, a representação parlamentar do PCP e o seu reforço que mais seguramente contribuem para a formação de um Governo democrático e para a concretização de uma alternativa — pela contribuição directa, eficaz e insubstituível que sempre representam para a derrota não só eleitoral mas também política da direita; pela sua sempre necessária participação numa maioria parlamentar democrática, pelo seu antecipadamente assegurado empenho na transformação de uma maioria numérica em maioria política; pela sua vinculação à convergência das forças democráticas que é o único caminho para a alternativa; e por que é o PCP que sustenta propostas, ideias e orientações para uma política de governo verdadeiramente alternativa da política de direita.

O PCP não propõe hoje ao PS — nem nunca propôs antes — a formação de uma coligação eleitoral para as legislativas, embora uma tal hipótese só pudesse ser considerada como um facto natural na vida democrática do país.

Mas considera que o aprofundamento do diálogo entre os dois partidos antes das eleições visando obter aproximações ou consensos em torno da política necessária para a solução dos problemas do país e uma eventual declaração de comum empenho numa cooperação pós-eleitoral com vista à concretização de uma alternativa seriam seguramente elementos favoráveis à ampla mobilização de votos que a vitória democrática sobre a direita nas próximas eleições legislativas inegavelmente requer.

Entretanto, o PCP chama a atenção para que, para além das posições actuais das direcções partidárias, uma palavra decisiva cabe aos eleitores que, com a sua opção de voto, influenciarão decisivamente o curso e a natureza das soluções políticas a adoptar.

A importância, utilidade e eficácia da votação no PCP não dependem nem estão condicionadas pelas atitudes do



PS face às propostas de entendimento e cooperação formuladas pelo PCP.

A importância, utilidade e eficácia do voto no PCP e nos seus aliados está sempre autónoma e indubitavelmente assegurada pelos valores que assim se apoiam e fortalecem, pela defesa dos interesses populares que assim se garante, pela exigência de uma nova política que assim se reforça e amplia, pela acção competente, firme e dedicada dos deputados comunistas que assim se elegem, pelo papel que, verificada a derrota da direita, para a concretização da alternativa democrática, o PCP inevitavelmente será chamado a desempenhar.

VI

A luta de massas essencial para a alternativa

À luta popular de massas pelos seus interesses imediatos e específicos e pela satisfação das suas aspirações mais profundas continua e continuará a caber, como a experiência confirma, um papel determinante na evolução da vida política nacional.

Do mesmo modo, a estreita conexão entre o desenvolvimento da luta de massas contra a política do governo PSD/Cavaco Silva, a sua derrota eleitoral e a concretização da convergência necessária das forças democráticas, impõe a dinamização da luta dos trabalhadores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos deficientes, das populações em torno dos seus interesses específicos.

Aos trabalhadores, principais vítimas da política de direita e dispendo de fortes organizações de classe, cabe um papel muito particular no desenvolvimento da luta contra a política do governo PSD/Cavaco Silva.

Assume particular relevo e importância no momento actual a intensificação do combate ao novo-velho «pacote laboral» que o governo procura fazer vingar com o colaboracionismo da UGT, como decorrendo dos compromissos assinados com o patronato no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social em torno do chamado Acordo Económico e Social.

O «pacote laboral», visando facilitar ainda mais os despedimentos e a concentração de maiores poderes repressivos nas mãos do patronato, o que irá aumentar a precarização do mercado do trabalho e intensificar a exploração dos trabalhadores, inclusive através de uma nova forma de organização da duração do tempo de trabalho, constitui um novo passo na escalada contra os direitos dos trabalhadores.

O «pacote laboral», pela natureza dos diplomas que o integram, pelos processos ilegais e inconstitucionais usados pelo governo para o fazer aprovar, é parte integrante da política de direita de reconstituição e restauração dos grupos monopolistas e do capitalismo monopolista.

O Comité Central apela aos trabalhadores, às organizações sindicais, às forças democráticas para que em unidade e cooperação e de forma diversificada desenvolvam enérgicas acções contra esta operação do governo PSD/Cavaco Silva contra os direitos e conquistas democráticas.

As lutas em curso dos trabalhadores metalúrgicos, da química, dos têxteis, dos transportes, da hotelaria e do sector aduaneiro em torno da contratação colectiva, contra a degradação dos salários, pelo horário de 40 horas semanais, contra o desemprego, a crescente precarização do mercado do trabalho e a reestruturação de empresas e sectores à custa do emprego e da componente social, contra a violação de direitos e liberdades e pela reposição da legalidade em numerosas empresas, por uma maior e melhor protecção social, devem ser dinamizadas e ampliadas a outros sectores.

O desenvolvimento da importante e combativa luta que vêm desenvolvendo os médicos, os professores e outros sectores de quadros técnicos e intelectuais, pela importância social que têm, poderá, se inserida nas lutas gerais em curso, revestir-se de grande importância para o alargamento da frente social que se opõe à política governamental.

Os agricultores esmagados entre custos dos factores de produção em subida (gasóleo, adubos, rações) e a queda dos preços na produção (madeira, leite, carne, vinho) e a que se somaram crescentes importações agrícolas, continuam a travar uma batalha com expressões muito diversificadas. Momento alto de convergência será certamente o anunciado V Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, a realizar a 24 de Fevereiro em Lisboa.

Os jovens sujeitos à precariedade do trabalho, à degra-

dação do ensino, ao insucesso escolar, às dificuldades de acesso ao ensino superior, sem saídas profissionais dignas, vendo negado o direito à habitação, têm afirmado o seu protesto em diversificadas acções de luta.

Os estudantes do ensino secundário por condições dignas de ensino, contra a degradação das escolas, pelo acesso ao ensino superior em Lisboa, Setúbal...

Os estudantes do ensino superior, contra a degradação de instalações, por condições dignas de ensino, pela garantia de apoios sociais e de saídas profissionais (direito, letras, arquitectura, electrotecnia, ciências sociais e humanas, ensino superior politécnico) no Porto, Lisboa, Coimbra e Beja.

Os jovens têm tido um papel relevante nas múltiplas acções levadas a cabo pela paz e contra a guerra no Golfo.

As mulheres, que têm tido um papel destacado na luta pela melhoria das condições de vida, particularmente em torno das questões do emprego e da formação profissional, pela elevação dos salários, a redução do horário de trabalho e cuja participação nas recentes acções a favor da paz é de realçar, dão uma importante contribuição para a luta geral contra a política de direita.

Para uma ainda mais larga participação das mulheres na luta, reveste-se de grande importância a mobilização em torno de reivindicações específicas, o reforço das suas organizações, uma melhor informação sobre os seus direitos, bem como a luta pelo seu cumprimento.

A mobilização e a intervenção das populações pela solução de problemas que as afectam, contra a degradação e liquidação de serviços sociais e pela preservação do ambiente constituem importantes direcções para o desenvolvimento do movimento popular de massas.

O potenciar o desenvolvimento de todas estas lutas em combate à demagogia governamental, em esclarecimento das massas populares, na transformação das batalhas sectoriais em energia e esforço combativo e confiante pela defesa dos interesses vitais imediatos dos trabalhadores, de todas as camadas atingidas pela política de direita, por uma alternativa democrática é responsabilidade e tarefa dos comunistas. Fortalecidos pelos resultados políticos e eleitorais da candidatura de Carlos Carvalhas que, traduzindo também a vontade de amplas massas de derrotar a direita, assestou um golpe nas teses da bipolarização e de pretensão hegemónica no campo da esquerda, os comunistas, sem sectarismos ou jactâncias, empenhar-se-ão num profundo trabalho de massas, ao nível social, político e eleitoral, para a derrota do PSD/Cavaco Silva e por uma solução democrática para o governo do país.

VII

Intervir nas instituições em defesa do povo e dos interesses nacionais

A intervenção do PCP através dos seus representantes no plano institucional (Assembleia da República, autarquias, Assembleia Legislativa Regional dos Açores e Parlamento Europeu), processando-se em estreita articulação com o desenvolvimento da luta de massas, deve dar expressão a propostas e orientações do Partido para a resolução dos problemas nacionais e ser voz activa na defesa das reivindicações e dos interesses das massas populares.

Na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP prosseguirá e intensificará a sua acção tanto no domínio legislativo como na fiscalização da acção governativa, nomeadamente, desencadeando uma interpelação para um debate político de fundo com o Governo sobre as questões de crescimento e do desenvolvimento económico-social, continuando a luta contra o «pacote laboral», tomando novas iniciativas relativamente ao aumento das reformas e pensões, a melhoria da situação dos deficientes, a defesa do poder local, do desbloqueamento da regionalização, a protecção do ambiente, e apresentará novos projectos de lei na área da agricultura, da habitação, da saúde, do ensino, dos interesses da juventude e das mulheres e a garantia dos direitos, liberdades e garantias.

Nas Autarquias Locais impõe-se: reforçar o contacto com as populações e o movimento popular e a auscultação dos seus problemas e anseios e a informação sobre o trabalho realizado; melhorar o atendimento das populações; alargar o papel das Assembleias Municipais e de Freguesia, a descentralização para as freguesias e a democraticidade da gestão autárquica; prestar mais atenção, a par das grandes obras, à imagem urbana, à conservação de equipamentos, infra-estruturas e rede viária, às actividades culturais, des-

portivas e para a infância e terceira idade; assegurar um crescente empenho das autarquias na luta pelo desenvolvimento quer nas questões dependentes da Administração Central; prosseguir a luta pela regionalização, pela descentralização administrativa e em defesa dos direitos e recursos do poder local.

Na Assembleia Legislativa Regional dos Açores a representação parlamentar do PCP continuará a desenvolver uma intensa acção, por meio de iniciativas legislativas e de intervenção fiscalizadora, com vista a contribuir para uma melhor solução dos grandes problemas económicos e sociais da região e das suas populações.

No Parlamento Europeu, numa altura em que se debate a União Económica e Monetária, a União Política, um novo «espaço europeu», em que se aproxima o mercado único e em que a unificação alemã dá a estas questões uma nova dimensão, impõe-se: intensificar a acção com vista à defesa dos interesses nacionais; lutar pelo reforço do Orçamento Comunitário e, neste, dos fundos estruturais, assegurando que as transferências para a Alemanha não colidam com os interesses dos países menos desenvolvidos e das políticas que dêem corpo ao princípio da coesão económica e de dimensão social do desenvolvimento; acompanhar as reformas dos Tratados defendendo nomeadamente o reforço dos mecanismos institucionais que possibilitem o estreitamento da cooperação entre os Parlamentos Nacionais e o Parlamento Europeu, e o aumento dos seus poderes à custa da Comissão e no sentido do maior controlo democrático da actividade comunitária; defender uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que respeite a especificidade da agricultura portuguesa e dos países do Sul; acompanhar as prováveis evoluções das negociações ao nível do GATT e as implicações para Portugal, em especial no que respeita aos têxteis e agricultura; contribuir para a aproximação e acção conjunta dos comunistas e outros democratas e para a defesa da solidariedade, do desenvolvimento e da paz.

No Conselho de Estado o PCP continuará a dar uma contribuição responsável para o exame de importantes questões nacionais.

VIII

A batalha eleitoral para a Assembleia da República rumo à alternativa democrática

Nos próximos meses as diversas batalhas políticas e pelos direitos dos trabalhadores e das populações convergirão num objectivo central: deixar a direita em minoria na Assembleia da República, reforçar as posições do PCP, assegurar a alternativa democrática.

No âmbito do trabalho específico de preparação da intervenção eleitoral do PCP, assumirá particular relevo a prestação de contas das iniciativas e do trabalho realizado pelos deputados comunistas na Assembleia da República, a elaboração de listas e a preparação do programa eleitoral para a VI Legislatura. Para a elaboração do programa terão grande valor encontros, seminários, debates, entrevistas e audições com organizações, ou especialistas interessados nos vários sectores da vida nacional. Desta forma, o PCP está certo de juntar o empenho na resolução dos problemas nacionais e na luta pelos direitos dos trabalhadores, dos cidadãos e das populações com o conhecimento e especialização técnica e científica e com a participação democrática no aprofundamento das suas propostas. Neste sentido, estão desde já previstos seminários e encontros sobre a Habitação, a Justiça, o Poder Local, a Regionalização, a Administração Pública, os direitos das mulheres, dos jovens, dos reformados, das crianças, os problemas da Área Metropolitana de Lisboa, Portugal e a integração europeia.

A fim de debater a intervenção dos comunistas na batalha eleitoral de 1991, com uma larga participação de militantes, será realizada uma Conferência Nacional do PCP. O Comité Central deliberou propor ao Partido Ecologista «Os Verdes» e à Intervenção Democrática, e a numerosos e destacados independentes, encontros com vista a analisar a eventual conjugação de esforços para alcançar uma alternativa democrática, através da intervenção nas eleições para a Assembleia da República de 1991.

O Comité Central considera, entretanto, da maior importância a dinamização das estruturas existentes da CDU-Coligação Democrática Unitária, com vista a melhorar a intervenção nos órgãos autárquicos e em defesa dos interesses das populações.

A votação na candidatura de Carlos Carvalhas veio confirmar o apoio popular à luta do PCP em defesa dos inter-

Agenda

Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 894

7 de Fevereiro de 1991
4.º Caderno

Situação internacional em debate em Aveiro

Com a participação do camarada **Domingos Lopes**, da Secção Internacional do CC, realizam-se esta semana no distrito de Aveiro dois debates sobre a situação internacional.

O primeiro tem lugar já hoje, com início às 21.30, no Salão Cultural da Câmara Municipal de **Aveiro**. O segundo realiza-se amanhã em **S. João da Madeira** - às 21.30 no Salão da Biblioteca Municipal.

Ainda no distrito de Aveiro: está marcado para amanhã, às 21.30, no Centro de Trabalho de **Águeda**, um plenário de militantes da organização concelhia.

Professores de Almada

Realiza-se hoje no Centro de Trabalho concelhio (Cova da Piedade), com início às 21.00, um **plenário da organização dos professores**, preparatório do próximo Encontro Nacional de Professores do PCP.

Participa o camarada **Edgar Correia**, da Comissão Política.

Deputado visita Viseu

Por iniciativa da Organização Regional de Viseu, o camarada **Vítor Costa**, deputado do PCP, visita na sexta-feira e no sábado localidades e instituições do distrito.

Estão previstas sessões de trabalho em **Lamego** (conselho directivo e associação de estudantes da Escola Secundária da Sé, e CM de Lamego), **Avões** (encontros com o executivo da Junta de Freguesia e com a imprensa local e, cerca das 17.30 de amanhã, com a população), **Armamar** (Junta de Freguesia) e **Travanca**.

Movimento pela Paz

A guerra no Golfo: que caminhos para o fim das hostilidades? Procurar as respostas para esta pergunta e mobilizar a opinião pública para a luta pela paz é o objectivo da mesa-redonda que o Movimento pela Paz e Contra a Guerra no Golfo promove hoje



ENCONTRO DE JOVENS DE SETÚBAL

PELA PAZ
CONTRA A GUERRA
NO GOLFO

Sexta-Feira

8 de Fevereiro

16.30 horas

Largo da Misericórdia

SETÚBAL

Grupo de Jovens Pela Paz

a partir das 21.00 no Espaço CESL (R. Almirante Barroso, 1, à Estefânia).

Portugal-Cuba

Assinalando o 32º aniversário da Revolução cubana e na sequência da sessão realizada no passado dia 31 no Espaço CESL, a Associação de Amizade Portugal-Cuba promove hoje, quinta-feira, um jantar comemorativo no Restaurante «A Valenciana».

Inscrições podem ainda ser feitas através do telefone 657305, de Lisboa.

Carnaval em Ermesinde

A organização do PCP de Ermesinde (Valongo) promove no próximo domingo à noite uma **Festa de Carnaval** no seu Centro de Trabalho.

CGTP na defesa dos consumidores

O Grupo Sindical para o Ambiente e Defesa do Consumidor promove hoje durante todo o dia no Instituto Franco-Português um Colóquio Nacional que pretende «reflectir sobre a temática de defesa do consumidor e, ao mesmo tempo, sensibilizar os sindicalistas e técnicos sindicais para que, no âmbito da sua intervenção, levem em linha de conta as questões do ambiente e da defesa do consumidor».

Nestê colóquio - anunciado como a primeira de uma série de iniciativas a levar a cabo com o mesmo objectivo durante o ano corrente - está prevista a participação de representantes das organizações nacionais de defesa do consumidor.

TV Programa

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte (curso)
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model (73º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas - «O Tal Canal»
- 14.25 - Primeira Matinée - «Começou em Nápoles», real. Melville Shavelson, interpr. Clark Gable, Sophia Loren (EUA/1960, 96 min.)
- 16.20 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mar Cercado (2º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Tieta (72º epis.)
- 21.05 - Desenhos Animados



21.15 - Twin Peaks (11º epis.)
22.05 - Vossa Exa. Chamou? (3º epis.)
23.00 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

- 12.00 - A Força Astral (21º epis.)
- 12.25 - Curso de Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas (659º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (21º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (21º epis.)
- 16.20 - A Ilha das Borboletas (15º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tudo Menos Isso (3º epis.)
- 18.55 - Ti-ti-ti (119º epis.)
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Regiões Magazine
- 20.50 - Dick Tracy (101º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Precedente (uma história contada por marionetas)

- 22.00 - Fora de Jogo
- 23.00 - Cineclub - «A Princesa Yang-Kwei-Fei», real. Kenji Mizogushi (Japão/1955, 85 min.)
- 00.30 - Boletim Meteorológico

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas - «O Tal Canal»
- 14.45 - Primeira Matinée - «O Gendarme Casa-se», real. Jean Girault (Fr-It/1968, 86 min.)
- 16.15 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Festivais do Mundo (3º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Tieta
- 21.15 - Sessão da Noite - «A Jóia do Nilo», real. Lewis Teague (EUA/1985, 97 min.)
- 23.05 - Querido John (7º epis.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.10 - Remate
- 00.30 - Pela Noite Dentro - «Sexta-feira, 13»

RTP2

- 12.00 - Universo Juvenil (12º epis.)
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - O Caminho das Estrelas - Nova Geração (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.50 - Caçador de Sonhos (4º epis.)
- 16.25 - Novos Horizontes
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Charlot (17º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.30 - Via Rápida
- 19.40 - Circo
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (19º epis.)
- 22.15 - Rotações
- 23.15 - Pop-Off
- 23.40 - As Telas da Lei (14º epis.)

Sábado

RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem

- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Quem Manda Sou Eu (2º epis.)
- 14.30 - Festival Rock-in-Rio - I
- 15.35 - Primeira Matinée - «O Leão e o Vento», real. John Milius, interpr. Sean Connery, Candice Bergen (EUA/1975, 114 min.)
- 17.30 - Hooperman (19º epis.)
- 17.55 - Palavras Vivas (série de Mário Viegas)
- 18.30 - A Volta ao Mundo em 80 Dias (5º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Terra Instável (3º epis.)
- 22.00 - Casa Cheia (curso)
- 22.40 - A Irmandade da Rosa (últº epis.)
- 23.35 - Última Sessão - «Até ao Fim», real. Peter Sasdy (GBR/1989, 84 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - Festivais do Oriente (3º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.00 - Agarra o 2
- 14.05 - Cine-Sábado - «A Foca Dourada», real. Frank Zuniga (EUA/1983, 90 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (curso)
- 19.45 - Manimal (3º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio
- 23.30 - Homenagem da América a Bob Hope
- 00.20 - Retrato de um Casamento (últº epis.)
- 01.10 - Boletim Meteorológico

Domingo

RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Dick Turpin (6º epis.)
- 13.40 - Volta ao Mundo em 80 Dias (documental - 5º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.35 - Primeira Matinée - «O Sonho Americano», real. Rick Rosenthal (EUA/1984, 100 min.)
- 17.20 - Que Família (14º epis.)
- 17.50 - Regresso ao Passado
- 19.00 - McGyver (33º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 21.00 - Kananga do Japão (20º epis.)
- 22.20 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu
- 18.05 - Vida Nova (21º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - Grandes Processos Históricos (últº progr.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra
- 21.45 - Artes e Letras - «O Carnaval dos Carnavais»



22.35 - Noite de Cinema - «Célebres e Ricas», real. George Cukor, interpr. Candice Bergen, Jacqueline Bisset (EUA/1981, 113 min.)

- 00.30 - Boletim Meteorológico

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.40 - Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.35 - Primeira Matinée - «Aventura em Junho», real. Ralph Thomas (GBR/1963, 97 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.45 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal



20.10 - Tieta
21.15 - O Preço Certo
22.30 - Vagas Revoltas (2º epis.)
23.30 - Hale and Page
00.00 - 24 Horas
00.35 - Remate

RTP2

- 12.00 - Johnny Quest
- 12.15 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - A Todo o Gás (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - África (2º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 19.00 - Ti-Ti-Ti
- 19.30 - Via Rápida
- 19.40 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.30 - Teatro - «A Hipótese», de Robert Pinget

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Crime na Pensão Estrelinha

Filmes

- «Começou em Nápoles» - 5ª, 14.25, RTP-1
- «A Princesa Yang-Kwei-Fei» - 5ª, 23.00, RTP-2
- «O Gendarme Casa-se» - 6ª, 14.45, RTP-1
- «A Jóia do Nilo» - 6ª, 21.15, RTP-1
- «A Foca Dourada» - sáb., 14.05, RTP-2
- «O Leão e o Vento» - sáb., 15.35, RTP-1
- «Até ao Fim» - sáb., 23.40, RTP-1
- «O Sonho Americano» - dom., 15.35, RTP-1
- «Célebres e Ricas» - dom., 22.35, RTP-2
- «Aventura em Junho» - 2ª, 14.45, RTP-1
- «1941-Ano Louco em Hollywood» - 3ª, 16.00, RTP-1
- «Uma Pedra no Bolso» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «As Aventuras de Till» - 4ª, 14.45, RTP-1
- «O Dueto da Corda» - 4ª, 21.30, RTP-1

Música

Quinta
19.25, RTP-2: Via Rápida

Sexta
19.25, RTP-2: Via Rápida
23.15, RTP-2: Pop-Off

Sábado
11.50, RTP-2: Forum Musical
14.30, RTP-1: Rock In Rio-I

Domingo
09.00, RTP-2: Outras Músicas

Segunda
19.45, RTP-2: Via Rápida

Terça
19.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta
19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (23.35), 6ª (00.10), 2ª (00.35), 3ª (23.20), 4ª (00.20)
Rotações - RTP-2, 6ª, 22.15
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

Teatro

LISBOA

Comuna, Pç. de Espanha. De 5ª a sáb. às 21.30: **A História do Tigre**, de Dário Fo, encen. e interpr. Filipe Crawford. **Café Teatro** - Sáb. às 23.30: **Festival da Otite - II**, encen. Carlos Paulo.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Ai Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16: **Quem Tem Medo de Virginia Woolf?**, de Edward Albee, encen.

Fernanda Lapa, - 5ª e 6ª às 19, sáb., dom. e 2ª às 22: **Terminal Bar**, de Paul Selig, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória!** **Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Casa de Boneca**, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso. **Sala Estúdio** - 6ª, sáb. e dom. às 19: **A Birra do Morto**, de Vicente Sanches - 2ª às 21.30: **Mário Gin Tónico Volta a Atacar** - Sáb. às 16 e

21.30, dom. às 16: **Três Actos de Beckett**, interpr. Carmen Dolores e Mário Viegas (encenações de Mário Viegas)

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. **A Grande Festa** (revista), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

ALMADA
Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 10.30 e 14.30. **Histórias para Meninos sem Juízo**, de Jacques Prévert, pela Companhia de Teatro de Almada

PORTO

Audatório Nacional Carlos Alberto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **História de Um Cavalo**, de Leon Tolstoi, encen. Norberto Barroca, pela Seiva Trupe.

Para crianças

LISBOA
Til, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **O Sabor dos Sonhos**, de Carlos Correia, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

ALMADA
Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 10.30 e 14.30. **Histórias para Meninos sem Juízo**, de Jacques Prévert, pela Companhia de Teatro de Almada

RTP2

- 12.00 - Os Centuriões
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.00 - Ling Shung (3º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Açores - Gente Nossa
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Moda (3º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 22.00 - Cinemadois - «Uma Pedra no Bolso», real. Joaquim Pinto (Port/1988, 87 min.)



21.30 - Ele Há Coisas! (2º epis.)
22.00 - Joaquim Letria
23.30 - Universidade Aberta

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
B	Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
C	Palombella Rossa	—	★★★	—	★★★
D	Tudo Bons Rapazes	★★★	★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Eric Rohmer — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Nanin Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) — Lisboa.
- D — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/10 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 00.30), Quarteto/2 (14.15, 17.20, 22.30) — Lisboa.



DOUMANOV, Ghorghi (Bulgária) in Catálogo da 1.ª Bienal Internacional de Caricatura — Gabrovo, Bulgária 1973

...e ainda Música, debates, etc.

Hogan na Voz do Operário

Assinalando o 2º aniversário da Galeria João Hogan, a Voz do Operário vai ali inaugurar amanhã uma exposição de gravuras do grande pintor e gravador. A exposição estará patente ao público até 3 de Março no horário habitual da galeria: de segunda a sexta-feira das 14 às 20 horas e ao sábado das 15 às 19 horas. Entretanto, a Voz do Operário anuncia uma série de actividades coincidentes com a passagem do seu 108º aniversário, em fins de Fevereiro. Entre outras, estão programadas uma outra exposição — «Comunicação Social e Censura», a inaugurar no dia 23,

um jantar de aniversário (nesse mesmo dia) e uma sessão solene, a 1 de Março, que assinalará a reabertura do salão de festas, após obras de beneficiação.

Fantaspporto

Começa amanhã e prolonga-se até dia 17 o XI Festival Internacional de Cinema do Porto, o **Fantaspporto**, que este ano se distribui também por uma nova sala: além do Carlos Alberto, do Ins-

tituto Francês e das duas salas do Lumière, o Rivoli.

Na programação é dado relevo a filmes premiados neste ano noutros festivais, assim como a obras recentes de grandes realizadores enquadráveis no fantástico, na ficção científica, no terror. Ainda ciclos temáticos (de «A Banda Desenhada no Cinema» a «Terror Urbano») e uma secção dedicada a Novos Realizadores.

Música

Na **Gulbenkian**, Mozart e Tchaikovsky continuam a brilhar, esta semana com novas composições e novos intérpretes. Solista em violino nos concertos que se realizam no Grande Auditório — hoje às 21.30 e amanhã às 18 — é **Uto Ughi**, que interpreta, acompanhado pela Orquestra Gulbenkian e com direcção do maestro **Muhai Tang**, o Concerto em ré maior de Tchaikovsky e a Sinfonia nº 36, de Mozart.

No **Palácio de Queluz**, a Nova Filarmonia Portuguesa dá um concerto amanhã, dia 8.

Ópera

Na próxima segunda-feira, dia 11, o Teatro Nacional de S. Carlos estreia na sua sala um novo espectáculo: a ópera **Rinaldo**, de Haendel, uma produção do Teatro Municipal de Reggio Emilia (Itália). Cantores solistas são, entre outros, **Michael Chance**, **Maria Bayo** e **Teresa Berganza**.

O calendário Integral de apresentação deste espectáculo é o seguinte: dias 11, 15 e 19 às 20.30; dia 23 às 16 horas.

O Carnaval do TIL

No sábado e no domingo o TIL vem até ao Maria Matos para apresentar (às 11 da manhã) a peça **Feliz Aniversário**, em espectáculo que incluem também desfile de crianças mascaradas.

Mas nem por isso o TIL deixa o Calvário, onde continua até ao dia 12 a representação de **O Sabor dos Sonhos**. Aqui o espectáculo que tem início às 16 horas.

LISBOA

Alberto Carneiro - Escultura; desenho. Exposição retrospectiva em três espaços: na SNBA (até 15/2), na Gulbenkian e na EMI-Valentim de Carvalho (até 2/3)

Albuquerque Mendes - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19

António Carmo - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 23/2)

António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro)

António Matos - Escultura. Centro Comercial Libersil, Lj. 48, Av. da Liberdade (até 18/2)

Arshile Gorky - Pintura e desenho. Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 10/2)

Bruno Sequeira e Pedro Bidarra Silva - «A Pele - Silêncio da Luz e Segredos da Sombra», fotografia. Casa da Memória, Calç. do Galvão, 121 (até 16/2)

Carlos Ferreira - Pintura. Galeria Noyo Século, R. do Século, 23. De 2ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/2)

Carlos Vidal - Fotografia. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/2)

Colecção de Fotografias da SEC (internacional). Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3)

Colectiva de Pintura (Alvaro Carneiro, Carlo Pólora, Costa Martins, Edgardo Xavier, Elisabete Góis, Isabel Pena, Lurdes Leite, Man, Rogério de Freitas, Ana Galvão, Cecília Guimarães, Duarte Saraiya, Eduardo Pedroso, Hilário Teixeira Lopes, Luisa Nogueira, Lurdes Sousa, Maria José Camões, Trindade Silva). Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/2)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

Fernando Calhau - Objectos em ferro e néon. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 23/2)

Grça Moraes - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 2/3)

Guilherme Silva - «Guarda-chuvas», fotografia. Fotogaleria 12A, Costa do Castelo, 12-A (até 1/3)

Hélio Cunha - Pintura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 14/2)

Homenagem a Raúl Lino. Museu de Artes



Gravuras de **João Hogan** a partir de amanhã na Voz do Operário



Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)

Illuminuras - «A Iluminura em Portugal», sécs. XII/XVI. Torre do Tombo, Cidade Universitária. Das 10 às 16.30 (até 10/2)

João Moreira - Pintura. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 4/3)

João Tabarra - Fotografias. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 12/2)

José Luís Tirado - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c (até 16/2)

José Pedro Croft - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlântica, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 92

Maria Julieta Ramos - Pintura. SNBA, R. Barata Salvaguarda, 36. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 24/2)

Nuno Calvet - Fotografia. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 2/3)

Nuno San-Payo - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Au-

gusto de Aguiar, 13-C (até 28/2)

Rui Sanches - Desenhos. Centro de Arte Moderna. De 3ª a dom. das 10 às 17

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

PORTO

Colectiva de Pintura - «Artistas da Livraria Barata» (Alfredo Luz, Carlos Moura, José Catrola, Luís Alves da Costa e Ribeiro Farinha). De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/2)

José de Guimarães - Serigrafias. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 15/2)

Leonel Moura - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125

Manuel Oliveira - Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das

21.30 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/2)

Nadir Afonso - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, lj. 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22

OUTRAS LOCALIDADES

António Breiaño Pestana - Pintura. Galeria dos Patudos (até 10/2), ALPIARÇA

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

Pedro Calapez - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA

Cabrita Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Arte Pop Britânica (da colecção do CAM). Até 12/2, Galeria Municipal, FARO

Sérgio Pombo - Pintura. Até 22/2, Galeria J.M. Gomes Alves, Largo João Franco, GUIMARAES

Alvaro Lapá - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

Maria Kell - Azulejos. Até 24/2, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

Tempo Fim de Semana

Sábado — Céu geralmente muito nublado, vento moderado de Sudoeste, períodos de chuva passando gradualmente a aguaceiros, que serão de neve nas terras altas de Norte e Centro. Pequena descida da temperatura máxima.

Domingo — Céu geralmente pouco nublado, vento moderado de Norte e pequena descida da temperatura.





esses dos trabalhadores e do povo português e as perspectivas e reais possibilidades de um novo e importante êxito eleitoral, que constitua uma contribuição decisiva para a derrota da direita e a alternativa democrática.

IX Reforçar o Partido

A realização do XIII Congresso, o êxito da Festa do «Avante!» realizada pela primeira vez nos terrenos da Atalaia e o sucesso da Campanha dos 150 000 contos para a sua aquisição, as numerosas e diversificadas iniciativas sectoriais e regionais levadas a cabo, de que se destacam, o Encontro sobre Independência Nacional, o Seminário sobre Emigração, o Seminário sobre a política de ambiente, o Seminário sobre as Pescas e o Seminário «A Mulher na Comunidade Local», o Encontro Nacional de Quadros sobre Questões de Organização, e Encontro Nacional da JCP, as jornadas legislativas regionais, as várias Assembleias das Organizações Regionais e o Congresso da Organização Regional dos Açores, os resultados políticos e eleitorais da campanha presidencial (na sequência dos bons resultados nas eleições para o Parlamento Europeu e as Autarquias), a permanente e decisiva intervenção nas grandes áreas da vida política nacional através da actividade dos comunistas nos movimentos e organizações de massas, nas autarquias, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, confirmam o PCP, com a sua identidade própria, a sua solidez, coerência e apoio popular, como uma força indispensável da sociedade portuguesa e criam condições objectivas e subjectivas para ultrapassar dificuldades, superar deficiências e reforçar o Partido, um Partido para o nosso tempo.

O Comité Central considerou indispensável dinamizar as actividades relativas ao reforço do Partido, fortalecendo e renovando a sua organização, melhorando o seu funcionamento, adaptando-o às condições concretas do momento actual e estreitando ainda mais a ligação às massas e encontrando as necessárias respostas para os problemas que se põem no plano de direcção, de quadros, de recursos financeiros, de propaganda e da luta ideológica.

O Comité Central, com vista ao reforço do Partido, considerou necessário que, dando continuidade à primeira fase de um profundo exame e amplo debate sobre as questões de organização, que culminou com o Encontro Nacional de Quadros realizado em Novembro passado, prossiga o debate em todo o Partido sobre estes temas, tendo em conta as orientações aprovadas no XIII Congresso, as conclusões das Assembleias nos últimos meses realizadas, a avaliação

de novas orientações e medidas, a experiência colhida na recente campanha eleitoral e a participação o mais ampla possível das organizações e dos membros do Partido em geral.

O prosseguimento de todo este trabalho para reforço do Partido, dinamizado e coordenado pelos Organismos Executivos do Comité Central e concretizado pelas Direcções Regionais deve ser articulado com as grandes linhas de trabalho do presente ano: desenvolvimento da luta de massas e da acção institucional (Assembleia da República, Parlamento Europeu, Autarquias), 70º Aniversário, Festa do «Avante!» e eleições legislativas.

O Comité Central considera importante a realização de iniciativas de âmbito regional voltadas para o desenvolvimento das regiões e o bem-estar das populações.

Em estreita articulação com os planos de actividades das organizações regionais, o Comité Central aprovou a realização de um conjunto de **iniciativas de reflexão e aprofundamento de grandes problemas nacionais** a terem lugar nos próximos meses, nomeadamente sobre as questões do ensino, da saúde, da habitação, da agricultura, dos transportes e acessibilidades, dos intelectuais e da cultura, os problemas das mulheres, dos jovens, dos reformados, dos deficientes e das crianças.

As organizações partidárias deverão dar a maior atenção às grandes jornadas de massas e unitárias do **25 de Abril e 1º de Maio** de forma a conseguir-se que elas sejam grandes afirmações de luta popular e democrática, contra a política de direita, pela alternativa democrática.

As comemorações do 70º Aniversário do Partido, englobando um vasto conjunto de iniciativas político-culturais a realizar no decurso dos próximos meses nos quais avultam os grandes comícios a realizar no dia 9 de Março na Praça do Campo Pequeno em Lisboa e no dia 23 no Porto, assumem uma particular importância para a divulgação e esclarecimento das propostas e orientações do Partido e deverão constituir uma poderosa e criadora expressão do papel do PCP como força indispensável e insubstituível na sociedade portuguesa. As comemorações do 70º Aniversário deverão merecer uma particular atenção por parte das organizações partidárias.

Ainda no quadro das comemorações do 70º aniversário do Partido, realizar-se-á, em Maio, na Quinta da Atalaia, um grande convívio de Juventude.

O Comité Central decidiu convocar para 26 de Maio uma **Conferência Nacional** para aprofundar, debater e aprovar as orientações e tarefas relativas à participação do Partido nas eleições legislativas.

O Comité Central decidiu fixar a data de 6, 7 e 8 de Setembro para a realização da **Festa do «Avante!»**.

A XV Festa do «Avante!», realizando-se num ano de intensa actividade política, constituirá um seguro contributo para a maior projecção das nossas ideias e propostas. A XV Festa do «Avante!», cujo trabalho preparatório desde já importa fazer avançar decididamente, deverá confirmar e reforçar o seu carácter de maior realização político-cultural

de massas em Portugal, de grande espaço de cultura, de convívio e diálogo, de afirmação solidária e internacionalista dos valores da paz e do progresso social.

Actuando com confiança, há condições para que nas eleições e na vida quotidiana, o PCP alargue a sua influência, e na sequência de 70 anos de luta ao serviço do povo e do país, um cada vez maior número de portugueses reconheça:

— o PCP como a força mais firme, coerente, activa e solidária em **defesa dos interesses dos trabalhadores e de amplas camadas da população** e na representação política dos seus interesses;

— o PCP como a principal força de luta contra as **desigualdades e injustiças sociais**;

— o PCP como a força que defende um **projecto global de desenvolvimento** nacional ao serviço do povo e do país (em contraposição com o processo de reconstituição do poder do grande capital);

— o PCP como o grande partido da defesa das transformações, avanços e **conquistas democráticas da revolução do 25 de Abril** e como destacado protagonista de um vasto conjunto de **novas reformas democráticas** indispensáveis para a satisfação das necessidades da população e para a modernização do país (regionalização, reformas da Administração Pública da educação, da saúde, da justiça, etc.);

— o PCP como força aberta às novas realidades e mais sensível aos problemas da **qualidade de vida e do ambiente**, bem como das condições de vida nos grandes aglomerados urbanos;

— o PCP como **partido que conta e que pesa para a alternativa** e como o partido essencial para garantir que realmente haja uma viragem de política e não uma mera rotação entre partidos que, no essencial, realizam uma política similar;

— o PCP como força dotada do único projecto que no quadro da **integração europeia procura assegurar a defesa dos interesses dos portugueses e do país, da soberania e da independência nacional**;

— o PCP como partido com um grande **projecto para um Portugal melhor na década de 90** — uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural — uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1991

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Resolução do Comité Central sobre

o 70.º Aniversário do PCP

1. No dia 6 de Março de 1991 o Partido Comunista Português comemora 70 anos sobre a data da sua fundação.

A pouco menos de uma década do final do segundo milénio, neste tempo em que a grandeza das conquistas da Humanidade no século XX coexiste com as sombras da guerra e de recuos e derrotas no caminho da libertação dos povos, comemorar as sete décadas de vida e luta do PCP reveste-se de particular importância e significado.

São sete décadas de vida e luta de um Partido que, firme e determinado no presente, pode com serenidade reflectir e aprender com o passado que o inscreveu nos processos que mudaram a marcha dos povos e a face de Portugal e pode preparar com energia e audácia as tarefas do futuro.

Os comunistas portugueses comemoram orgulhosamente o 70º aniversário do seu Partido, obra da classe operária e dos trabalhadores portugueses, legítimo continuador das melhores tradições da luta e das realizações progressistas e revolucionárias do povo português através da história.

2. Quando em 1921, fruto do desenvolvimento do movimento operário português, se constituiu o Partido Comunista Português, tinha sido aberto um capítulo decisivo da História da humanidade com a Grande Revolução Socialista de Outubro, cujo impulso foi determinante para o avanço do movimento operário e de emancipação social e nacional dos povos em todo o mundo, em que se insere também a fundação do PCP.

A Revolução de Outubro inscrevia-se como um marco no processo milenário de luta pela liberdade e contra a exploração, mas culminava acima de tudo uma crescente e heróica afirmação política e social dos trabalhadores.

A grandiosidade e a dimensão desse passo dado pela Humanidade, que é também a medida da dificuldade e da complexidade do caminho então iniciado, marcou indelevelmente todo o século XX como uma época histórica de emancipação dos trabalhadores e dos povos.

3. Criado cinco anos antes do golpe reaccionário de 28 de Maio de 1926, foi nas duras condições da repressão fascista e clandestinidade que se forjou o PCP. A resistência dos comunistas portugueses a quase meio século de persegui-

ção, assassinatos, prisão e tortura constituíram uma escola ímpar de abnegação e dedicação à luta pelos interesses dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e democracia.

Na raiz dessa capacidade de resistência encontra-se a afirmação na vida do PCP como Partido da classe operária, assumindo a natureza de classe dos seus objectivos e da sua luta.

A natureza de classe do PCP foi e é fundamento da sua acção para estar permanente e vitalmente ligado aos trabalhadores e às massas populares, do seu empenhamento na definição constante de uma política de alianças que cimente a unidade dos trabalhadores e das forças democráticas. Os trabalhadores estão interessados na sua unidade de acção e na unidade de todos os sectores democráticos, porque ela é importante para a intervenção activa das massas em todos os sectores da vida nacional. Ao afirmar-se e assumir-se como partido dos trabalhadores, o PCP afirma e assume na primeira linha da sua acção a ligação às massas e a política de unidade.

A profunda ligação do PCP ao povo português determina objectivamente a sua identificação com os interesses do povo e do País. E determina a sua identidade de partido patriótico e a sua inserção e contributo para a cultura e a identidade nacionais.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o PCP assume a identidade de interesses fundamentais e a necessidade da solidariedade recíproca entre trabalhadores e os povos de todos os países.

Por isso o PCP inscreve a par dos traços da sua natureza de partido patriótico os de um partido internacionalista.

4. O PCP baseia a sua actividade no marxismo-leninismo, de há muito rejeitando a cristalização de conceitos e princípios e a estagnação teórica.

A aplicação criadora do marxismo-leninismo permitiu ao PCP o estudo da realidade portuguesa e a definição rigorosa de uma orientação política enriquecida pela análise das novas situações e fenómenos, a prática flexível da organização do partido operário e uma concepção de centralismo democrático em que avultam dois objectivos complementares, unidos dialecticamente e inseparáveis: por um

lado, uma ampla democracia interna e, por outro, uma única orientação geral e uma única direcção central.

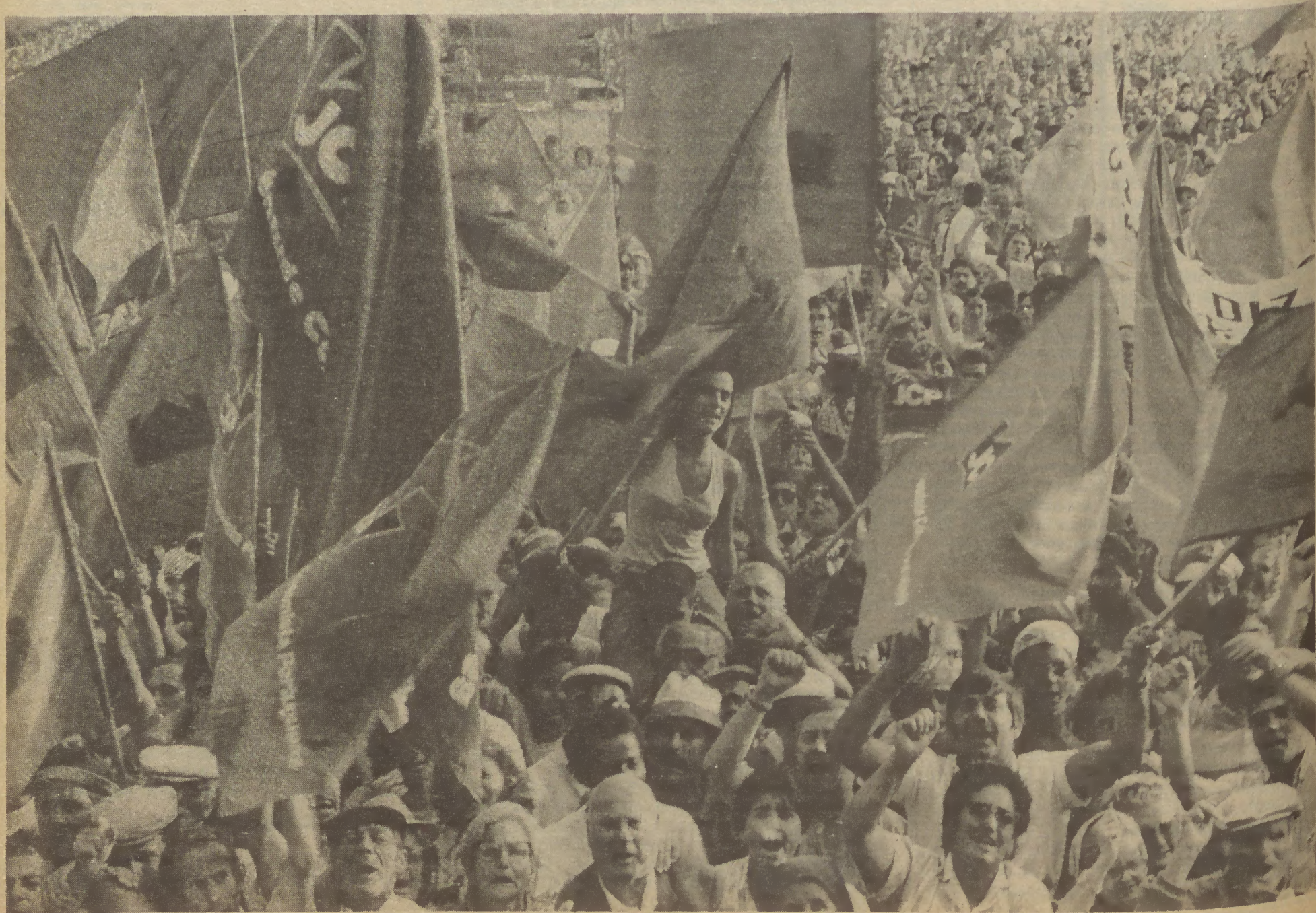
O marxismo-leninismo não assegurou - nem poderia assegurar - que os comunistas portugueses jamais se enganassem. Mas, lado a lado com a constante ligação ao povo e evoluindo com as mudanças e as lições da vida, constituiu e continua a constituir um instrumento indispensável para analisar o riquíssimo capital de experiência dos comunistas portugueses, em movimento, de onde nascem conclusões de ordem teórica e prática renovadas e uma orientação política traçando adequadamente em cada momento objectivos, caminhos e tarefas.

5. A ligação do Partido Comunista Português aos trabalhadores e ao povo, o seu conhecimento profundo da realidade nacional, a sua experiência de luta e capacidade orgânica, o seu provado e exemplar empenhamento no combate pela liberdade e pela democracia fez do PCP uma força essencial do processo de liquidação do fascismo e de construção da democracia que se seguiu à vitória do heróico levantamento do «Movimento dos Capitães» em 25 de Abril de 1974.

Nos anos decorridos desde então, o PCP é indissociável de todos os passos dados no sentido de erguer em Portugal um regime democrático e uma sociedade justa, tal como o é no quotidiano de luta na defesa das conquistas alcançadas contra a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista dos últimos quinze anos.

Tal como durante o fascismo os trabalhadores e o povo português sabiam ser o PCP o mais firme e determinado combatente pela sua liberdade, igualmente nos dias de hoje os portugueses sabem que os comunistas são os constantes e inabaláveis defensores dos direitos e liberdades democráticas, dos direitos dos trabalhadores e das suas conquistas sociais, do regime democrático, da liberdade, do progresso e da independência nacional.

A luta do PCP e a sua presença na sociedade portuguesa evidenciam como elemento marcante da sua própria identidade um profundíssimo compromisso do PCP com a causa da liberdade e da democracia, cimentado num dos mais longos combates de que há memória contra uma ditadura fascista e no apaixonante processo de construção e defesa da democracia no Portugal de Abril.



O passado do PCP, nas quase cinco décadas de resistência clandestina à ditadura fascista e nestes anos do Portugal de Abril, constitui um património que o honra como partido operário, democrático e patriótico, que o preparou firmemente para as vicissitudes da luta, que o dotou de experiência, militantes e quadros que dele fazem um caso ímpar no panorama político-partidário do País.

Antes e depois do 25 de Abril, o PCP manifestou-se combativamente por uma política independente e soberana do País, pautada pelos interesses nacionais e contra o enfundamento a blocos militares e às grandes áreas de interesses económicos regidos pelos interesses do grande capital e do imperialismo. A firme oposição do PCP à guerra colonial e os laços fraternos estabelecidos com os movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas constituíram importantes contributos para a solução do problema colonial e criaram condições para novas relações com aqueles países no interesse mútuo dos seus povos e do povo português.

Após o 25 de Abril e face ao processo de integração europeia, o PCP preveniu para os problemas que criaria um processo de adesão que não tivesse em conta as debilidades e especificidades da economia portuguesa, pondo o nosso país a reboque da Europa dos monopólios, e colocou na primeira linha de luta consequente pela defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos, do progresso social e soberania de Portugal, numa Europa de justiça social, paz e cooperação.

6. O PCP não ignora os problemas e desafios da hora presente, numa situação contraditória em que profundas transformações e progressos na ciência e na técnica rasgam novos horizontes à satisfação dos anseios da Humanidade e se aprofunda a precariedade da existência para centenas de milhões de seres humanos; em que a internacionalização da vida e os problemas globais se chocam com a prevalência de relações de subordinação dos mais fracos pelos mais fortes; em que a participação cada vez mais activa dos povos na construção do seu futuro se depara com graves derrotas, crises, ameaças, perplexidades.

O PCP não se afirma alheio aos problemas e desafios, não se furta à sua análise. Mas muito menos se conforma, vacila ou desfalece perante eles. O PCP enfrenta os desafios e dificuldades de hoje com a inabalável confiança da sempre na justeza do seu ideal de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, na capacidade criadora e transformadora da inteligência e da luta do Homem e dos povos, na necessidade, potencialidades e indispensabilidade do socialismo, num projecto necessariamente renovado e enriquecido pelas lições da experiência e por novos valores políticos, económicos, sociais, culturais, éticos e humanos, correspondentes ao movimento da vida e ao ideal libertador dos comunistas.

No agitado período dos últimos dois anos, o PCP realizou dois Congressos (o XII e XIII Extraordinário) em que analisou a situação nacional e internacional, o quadro da integração europeia, as profundas modificações verificadas no campo socialista, os resultados da continuada política da direita para liquidar transformações da revolução democrática em Portugal e impor o poder dos grandes grupos económicos associados ao grande capital transnacional.

Simultaneamente, respondeu às necessidades de renovação decorrentes da exigência crítica com que aprecia o seu próprio trabalho e acção, das novas necessidades que a evolução da vida lhe colocou.

As conclusões dos dois Congressos, lado a lado com uma actividade política quotidiana intensa e empenhada em todos os sectores de intervenção política, social e cultural do País, dotaram o Partido de análises e orientações políticas fruto de um amplo e rico trabalho colectivo. Medidas orgânicas e de direcção igualmente o prepararam para melhor responder às exigências da luta.

Análises, orientações, medidas orgânicas e de direcção não foram certamente o que alguns desejariam que fossem; mas foram certamente aquilo que o Partido quis que fossem.

7. Nas mais recentes batalhas, sujeito a enormes operações de desinformação e de pressão, o PCP interveio activamente, obtendo resultados que constituem significativas vitórias dos trabalhadores e da democracia.

Nas últimas eleições - Parlamento Europeu, autarquias locais e presidenciais - contrariando os vaticínios dos que anunciavam o afundamento eleitoral, a votação nos candidatos comunistas comprovou a sólida base de apoio do PCP e a receptividade às suas propostas políticas.

No campo social, a determinante influência dos comunistas no movimento operário, no movimento sindical unitário, no movimento popular em geral mantém-se e reforça-se.



Partido profundamente empenhado na luta de massas, o PCP é também uma força essencial ao funcionamento democrático e eficaz das instituições e ao fortalecimento da vida democrática do País.

O PCP participa activamente na Assembleia da República, no Conselho de Estado e noutros órgãos institucionais, no Parlamento Europeu. Particular e reconhecida relevância assume igualmente o trabalho das centenas e centenas de eleitos comunistas nas autarquias locais onde o seu papel tem sido determinante não apenas para a consolidação do Poder Local democrático, mas também para a resolução de problemas das populações, melhoria do nível e condições de vida em vastas regiões do País e dinamização das mais diversas estruturas sociais populares e organizações sociais.

No panorama internacional, o PCP mantém uma clara e respeitada posição de activa solidariedade com os povos dos países socialistas, com os trabalhadores e os povos em luta pela liberdade e justiça, de firme combate ao imperialismo e de defesa da paz. A força, coesão e dinamismo do PCP constituem uma sólida realidade cuja origem se prende inelutavelmente com a fidelidade dos comunistas portugueses aos princípios que constituem a sua própria identidade, forjada na sua própria experiência. Remando serena, mas firmemente, contra a maré das cedências, das ilusões e dos desânimos, o PCP mantém o seu carácter revolucionário de classe, a utilização criadora do marxismo-leninismo, os seus princípios orgânicos forjados na resposta concreta às realidades concretas, a capacidade de definição de uma política ditada pelos interesses dos trabalhadores, do povo, do País e de luta consequente pela sua realização.

O PCP não ignora a realidade presente e as suas dificuldades; mas não abdica do seu projecto de as vencer e de a transformar.

8. A partir da realidade portuguesa e da experiência revolucionária portuguesa nos seus múltiplos aspectos e assimilando criticamente a experiência revolucionária mundial, o PCP aponta ao povo português como seu objectivo a futura construção da sociedade socialista.

O PCP aponta como objectivos fundamentais da sociedade socialista em Portugal a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagonicas inspirada por valores humanistas, a intervenção permanente e criadora das massas populares em todos os aspectos da vida política, económica, social e cultural do País, a elevação constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo em geral, o desapare-

cimento das injustiças sociais, a concretização na vida da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do País como força social dinâmica e criativa.

A reflexão em torno das graves crises, fracassos e derrotas sofridas pelos ideais e realizações do socialismo nos países do Leste Europeu, apontam imperativamente para o reforço de aspectos essenciais de concepções do PCP no sentido de que na construção do socialismo, concebido como obra criadora dos povos que se enraíza nas próprias condições nacionais, o poder do povo tem de ser institucionalizado, exercido e assegurado de facto; a democracia política e os direitos e liberdades dos cidadãos têm de ser valores integrantes do sistema socialista; as estruturas económicas, a par da propriedade social e do planeamento, têm de integrar formações diversificadas, o papel do mercado e a intervenção dos trabalhadores na gestão; a democracia interna no Partido e o desenvolvimento criador da teoria têm de ser plenamente assegurados como condições essenciais ao exercício na vida e por mérito próprio do seu papel dirigente.

9. Neste ano de 1991 em que comemora o seu 70º aniversário, o PCP apresenta ao povo português um projecto político de alternativa democrática para o Governo e para a política de direita.

O programa para uma **democracia avançada no limiar do século XXI** aprovado pelo XII Congresso contém a resposta para necessidades e anseios vitais do povo português: uma democracia política, económica, social e cultural.

A democracia avançada que o PCP propõe ao povo português integra, como componentes ou objectivos fundamentais, **um regime de liberdade** no qual o povo decide do seu destino; **um Estado democrático**, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente; **o desenvolvimento económico assente numa economia mista**, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País; **uma política social** que garanta a melhoria das condições de vida do povo; **uma política cultural** que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; **uma pátria independente e soberana** com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

O PCP renova as suas propostas de entendimento e convergência a todas as forças democráticas sublinhando que só esse entendimento, no respeito pela identidade própria, oferece garantias de assegurar a derrota da direita e criar condições para a constituição de um Governo democrático com uma política democrática.

É um objectivo que está ao alcance dos portugueses.

10. As comemorações do 70º aniversário do PCP, que abrangerão um diversificado conjunto de iniciativas, devem constituir simultaneamente um factor de reforço do Partido e um factor de dinamização e alargamento da luta contra a política de direita e por uma alternativa democrática.

As comemorações do 70º aniversário do PCP deverão constituir um importante elemento no processo de divulgação e irradiação das suas propostas, ideias e objectivos e da sua audaciosa afirmação como grande partido de esquerda, aberto para a vida e firmemente voltado para o futuro.

11. No dia 6 de Março de 1991 o Partido Comunista Português comemora 70 anos sobre a data da sua fundação. Setenta anos de vida. Setenta anos de luta.

Os comunistas portugueses orgulham-se do seu passado e da sua indelével contribuição para o rico património popular e nacional de avanços cívicos e políticos, direitos e regalias conquistadas, movimentos de progresso e caminhos de esperança.

Orgulham-se do seu amor à liberdade, da sua fidelidade aos interesses da classe operária, dos trabalhadores, do povo.

Orgulham-se do seu profundo patriotismo e do seu activismo internacionalismo.

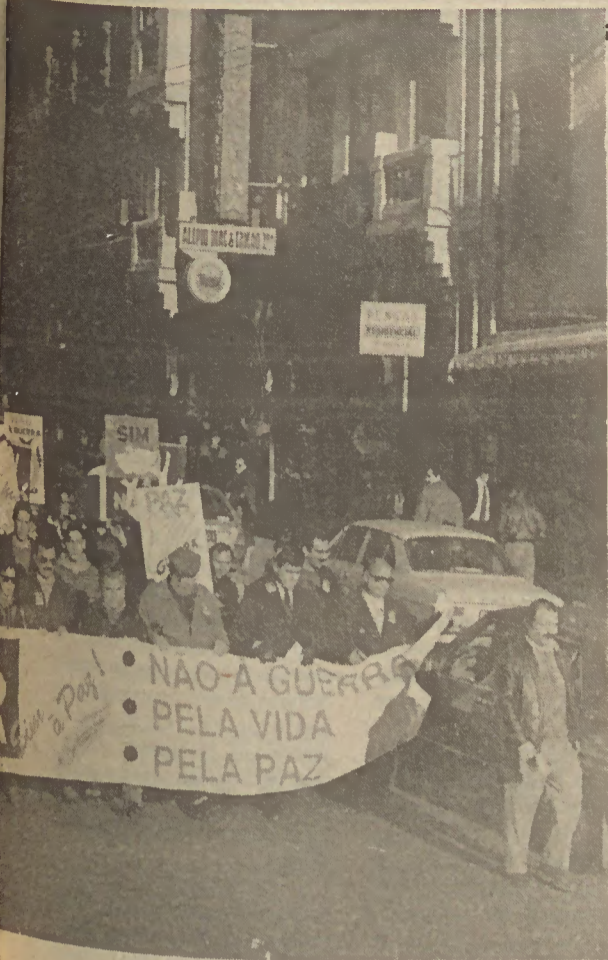
Orgulham-se da sua militância, da sua capacidade de organização e de trabalho, da sua entrega constante a uma visão elevada e generosa da política.

Orgulham-se ao mesmo tempo do seu espírito aberto e tolerante, generoso e solidário, da sua disponibilidade para aprender, viver, trabalhar e lutar com os seus concidadãos.

E acima de tudo, no limiar do século XXI, neste tempo de dúvidas e esperanças, de inquietações e anseios, orgulham-se de poder dizer ao povo português, que, tal como durante 70 anos, pode confiar num Partido que os viveu lutando, num Partido para o nosso tempo, no Partido Comunista Português.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1991

O Comité Central do Partido Comunista Português



dantes da Faculdade de Letras, dirigindo-se aos «grandes senhores deste pequeno mundo», questionou-os sobre se há «invasões boas e invasões más, guerras boas e guerras

más», para lembrar que «Todas as guerras são estúpidas, aventuras sem regresso», e que, porque «a nossa causa é a única que faz sentido», «não nos reduziremos à hipocrisia

do silêncio», porque «nos nossos olhos brilha a paz».

Otilia Faro, em nome do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, fez apelo às Nações Unidas para que «não se deixem arrastar para o consentimento da perda efectiva da soberania dos povos, fazendo que, a este século que foi de libertação, se siga um século iniciado pelo regresso à barbárie, à falta de respeito pelos direitos humanos e pelas soberanias».

Da União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, através das palavras de Jorge Pinto, ouviu-se a mensagem de solidariedade aos trabalhadores - «as primeiras e as principais vítimas de qualquer guerra» -, de confiança nas diversas iniciativas e tentativas de resolução pacífica do conflito, «um reflexo do peso e da importância deste grande movimento pela paz, que cada dia engrossa nos mais diversos países do mundo».

Ainda havia sol na Ribeira quando, para encerrar, se ouviu um poema de Pablo Neruda e os muitos jovens que participaram no desfile fizeram roda para cantar «Give Peace a Chance».

Humanidade

■ Miguel Urbano Rodrigues

ível. Saddam reage como se poderia esperar da sua personalidade. Responde ao bombardeamento das cidades iraquianas com o envio de mísseis contra Israel e a Arábia

Saudita. Lança apelos ao terrorismo generalizado. Milhões de barris de petróleo foram já derramados no Golfo. A escalada principia a assumir a feição de prólogo de tragédia, justificando a advertência de João Paulo II: a guerra é uma aventura sem regresso.

Tudo passou a ser possível. Agora o próprio Estado-Maior dos EUA declara-se incapaz de fazer previsões sobre a duração da guerra.

A catástrofe ecológica já começou. Dirigentes com responsabilidades aventam hipóteses loucas: a destruição das barragens do Tigre e do Eufrates, que provocaria um dilúvio susceptível de fazer centenas de milhares de vítimas. O vice-presidente dos EUA, Dan Quayle, afirma que não é de excluir a utilização de armas nucleares tácticas pelas forças armadas do seu país. Saddam pode, a qualquer momento, recorrer a armas químicas ou biológicas, imprimindo um rumo apocalíptico à catástrofe em andamento.

Quem lhe vendeu essas armas? Grandes empresas ocidentais.

Uma conclusão começa a impor-se: esta guerra agónica, que faz perder a confiança na racionalidade do homem, já produziu em poucos dias males e prejuízos morais e materiais infinitamente maiores do que os decorrentes do crime inicial (a invasão do Kuwait) que serviu aos EUA de caputla para a desencadear.

São farsais as lamentações fúnebreas que se elevam da Casa Branca como farsaica é a atitude de quantos tentam estabelecer patamares na dor e no requiem pelas vítimas, separando os bons dos maus.

Porventura o sangue dos mortos iraquianos é diferente do que corre nas veias dos israelenses? Não. E, contudo, a nível dos governantes dos países ocidentais envolvidos na guerra não se ouve um protesto contra os bombardeamentos de Bagdad e de outras cidades iraquianas atingidas por milhares de ataques da United States Air Force, raids que já causaram milhares de vítimas. O jornal moscovita «Sovietskaia Rossia» acusou já os EUA de praticarem a «diplomacia dos canhões» um vista «ao genocídio do povo do Iraque».

Um só morto em Tel-Aviv (quatro até ao momento em que escrevo) provoca mais palavras e lágrimas do que a pulverização de uma cidade inteira no Iraque. Que conceito da moral é esse?

Tive a oportunidade de passar algumas semanas em Kabul, no Outono de 1988, quando aquela capital era atingida diariamente por mísseis de fragmentação. Morria muita gente. Os mísseis eram americanos e a CIA pagava prémios aos rebeldes quando certos alvos (o aeroporto, por exemplo) eram tocados. O bombardeamento de Kabul, contudo, apenas merecia meia dúzia de linhas, de quando em quando, nas colunas das notícias breves. Não se falava então de violação de direitos humanos? Porquê?

Os juízos discriminatórios na avaliação de qualquer crime contraria a razão. Nestas semanas terríveis tendem a criar ressentimentos e clivagens susceptíveis de projectar a humanidade no passado. Por mais que Bush valorize a sua aliança com os reis e emires do petróleo e o seu arranjo com os governantes da Síria e do Egipto, a realidade não pode ser escondida: a cada dia que passa cresce no vasto espaço do Islão um sentimento antiocidental e sobretudo antiamericano. A repulsa pela guerra transforma-se gradualmente em ódio à potência que a quis.

Seria uma derrota do homem o regresso à atmosfera das guerras religiosas que na Idade Média opuseram a Cristandade e o Islão. Não se apercebe Bush de que a guerra no Golfo está a gerar, de Kualalumpur a Fez, de Teerão a Kartum um sentimento de solidariedade com o Iraque e de aversão pelos EUA? O presidente dos EUA emerge para milhões de muçulmanos como o chefe dos novos Cruzados.

Os iraquianos não são os monstros extraterrestres dos velhos filmes de Flash Gordon. São homens iguais aos vizinhos do presidente Bush e dos generais do Pentágono. Mas

agora passaram a alvo da cruzada pelo domínio das principais fontes de petróleo do planeta.

A Europa, com leves variações, segue a reboque dos EUA. E essa submissão é também uma vergonha.

O panorama não é, porém, uniforme a nível internacional, no mundo capitalista avançado. Há nuances, pequenas fissuras, hesitações. São elucidativas as demissões do ministro da Defesa da França e do almirante que comandava as forças navais italianas no Golfo. Não é também por acaso que os dois Estados que há 45 anos abasaram o mundo na guerra, a Alemanha e o Japão, são hoje os únicos grandes aliados dos EUA que recusaram o envolvimento directo no Golfo. A opção não resultou apenas de dispositivos constitucionais. Tem raízes fundas. Os conselheiros do presidente têm motivos para acompanhar com apreensão o distanciamento de Tóquio e Bonn. Porventura não está o gigante americano, candidato a gendarme do mundo, em recessão económica, de mão estendida aos seus aliados mais ricos?

Não há duas guerras iguais, sequer semelhantes. Cada uma é irrepetível.

Esta repulsiva guerra no Golfo trouxe-me, apesar disso, à memória a esquecida, distante guerra do Paraguai. Foi há bem mais de um século que nas margens dos rios do Prata os canhões começaram a troar. O conflito coincidiu com a Guerra da Secessão nos EUA.

A Inglaterra vitoriana, primeira potência do mundo, conseguiu, através da pressão diplomática, lançar o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai. Alegava-se que a ditadura do general Solano Lopez ameaçava o conjunto do Continente. O Paraguai, porém, era um pequeno país interior,

sem acesso ao mar, um pigmeu ao lado dos seus dois enormes vizinhos. Tinha menos de um milhão de habitantes.

O «Times» de Londres escrevia editoriais sobre o perigo paraguaio. Justificou a necessidade da guerra preventiva.

O Paraguai resistiu e a guerra durou quatro anos. O genocídio atingiu tais proporções que, após a hecatombe, foi indispensável autorizar, por lei, a poligamia. Sobravam apenas vinte ou trinta mil homens em idade de procriar...

De Solano Lopez poucos recordam o nome. Mas o Paraguai perdeu o seu lugar na História.

Não creio que esta guerra possa ser, como a do Vietnam, de longa duração. Mas temo que os seus efeitos venham a ser ainda mais trágicos para a humanidade.

A maré negra no Golfo é apenas um começo.

Inquietou-me saber que na Inglaterra e nos EUA o movimento de solidariedade com a fauna alada do Golfo é mais forte do que o de ajuda às vítimas iraquianas dos bombardeamentos anglo-americanos.

Quando em sociedades civilizadas a piedade pelos animais não encontra continuidade na piedade pelos homens — algo de essencial se rompeu na sua maneira de olhar e sentir a vida.

Repito: qualquer que seja o desenvolvimento da guerra criminosa que tem o Golfo por cenário dantesco, os historiadores do século XXI vão condená-la e atribuir a responsabilidade principal pelo seu desencadear aos EUA. O império americano comporta-se, mais uma vez, como inimigo da humanidade.

As gigantescas manifestações e desfiles efectuados em dezenas de cidades de todo o mundo vieram confirmar que a consciência universal exige o fim imediato desta guerra irracional. A humanidade quer a Paz e uma solução global para os problemas do Médio Oriente. ■

Guerra no Golfo

Cresce a luta pela Paz

Prosseguem e alastram, também no nosso país, os movimentos e expressões de protesto contra a guerra do Golfo, apelando para a cessação imediata do conflito e o retomar dos caminhos do diálogo para a solução política da crise.

Sines

Mais de 200 pessoas participaram, no passado dia 1, no Salão da Música da União Recreio e Sport Sineense, num Concerto pela Paz Contra a Guerra do Golfo, promovido pelo Movimento Democrático das Mulheres.

A iniciativa contou com a presença de vários núcleos deste movimento (Barreiro, Baixa da Banheira, Amora, Seixal, Torre da Marinha, Seseimbra, Grândola e Sines) e dos Pioneiros de Portugal.

Após várias intervenções de dirigentes distritais e concelhos do MDM — Regina Marques e Eugénia Amador —, do Presidente da Câmara Municipal, Francisco Pacheco, do Presidente da prestigiada colectividade sineense, Durval Ferreira, do maestro Claudino Belo Nunes e de dois jovens da banda filarmónica, seguiu-se um animado concerto e a aprovação da moção que, adiante, resumimos.

A Banda Filarmónica declarou-se absolutamente disponível para participar num eventual concerto distrital de bandas, a favor da paz, alvitre que surgiu do público e imediatamente aplaudido.

Uma delegação do MDM procurou, no dia seguinte, fazer a entrega do documento aprovado, designadamente na Assembleia da República.

Na moção, afirma-se a dado passo:

«Não podemos deixar de manifestar a nossa indignação pela intensificação e alastramento desta marcha de morte e de destruição que marcará o final do nosso século, quando a humanidade desejaria que se prosseguissem os esforços pela Paz e pelo fim da corrida aos armamentos, que se colocassem os avanços da técnica ao serviço da felicidade e do bem-estar dos povos.

«O Movimento Democrático de Mulheres, as personalidades e as organizações presentes neste Concerto Pela Paz apelam para que:

— «o bom senso permita encontrar uma solução pacífica para o conflito no Golfo;

— «se ponha fim à guerra e à destruição massiva que ela provoca;

— «o Governo português, no quadro das suas responsabilidades, intervenha activamente na busca de soluções pacíficas e apoie a convocação de uma Conferência Internacional sobre a situação no Médio Oriente.

«Porque este Concerto pela Paz se realiza em Sines, zona portuária estratégica e costa marítima de grande importância turística e piscatória, as signatárias e os signatários apelam para que o Governo português tome as medidas necessárias à tranquilidade e equilíbrio desta bela zona litoral e das suas gentes.

«Estamos certas e certos de que deste Concerto pela Paz irradiará a melodia da esperança para todos e todas que em Portugal e no Mundo lutam pelo fim da Guerra e pela Paz, e que, estão sedentos que o seu cântico de esperança venha a atingir o coração daqueles que decidem e podem pôr fim à Guerra e abrir os caminhos da PAZ.»

Santarém

Cerca de 300 pessoas, na grande maioria de jovens, concentraram-se ontem em Santarém no Largo do Seminário, ao apelo das seguintes organizações:

Associação de Estudantes da Escola Secundária n.º 1 e n.º 2 de Abrantes, de Almeirim, de Rio Maior, Ginestal Machado (Santarém), Sá da Bandeira (Santarém), N.º 3 de Tomar, M. Lamas de T. Novas, N.º 2 de T. Novas, Trabalhadores Estudantes Esc. Sec. Sá da Bandeira, Santarém, Juvenil Interjovem, Grupo Juvenil Amigos de Jesus Cristo, Grupo pela Paz de Santarém; Associação de Estudantes da Escola Polivalente do Entroncamento, Movimento Democrático das Mulheres e União dos Sindicatos do Distrito de Santarém.

«Vamos parar a Guerra», «A PAZ é Urgente», foram os lemas que agregaram os jovens e menos jovens de Santarém e de alguns Concelhos vizinhos (Almeirim, Alpiarça, Coruche).

Cantar, declamar e dizer pela PAZ foi a forma que revestiu esta concentração, que contou com a participação de grupos musicais e onde a espontaneidade e a criatividade dos jovens dominaram.

Bragança

Em comunicado, a Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Bragança (U.S.B.), «apreensiva com o conflito no Golfo Pérsico, manifesta o seu receio pelos efeitos negativos que a guerra pode gerar à economia mundial, futuro dos trabalhadores e humanidade em geral», acrescentando:

«Analisada a informação existente, repudia com veemência a iniciativa inflexível e belicista adoptada pelos EUA e a chamada força multinacional, na sequência da exigência de abandono do Koweit pelas forças iraquianas». Finalmente a U.S.B. apela «aos Órgãos de Soberania de Portugal e Corpo Diplomático a envidar esforços para que cesse de imediato a agressão armada e, em paz, pela via do diálogo, seja encontrada solução para o conflito».

Diário da guerra

Quarta-feira 30

• O ministro jordano dos Negócios Estrangeiros afirma à televisão iraniana que a «agressão dos Estados Unidos e estrangeira contra o Iraque ultrapassa as decisões das Nações Unidas.

• As autoridades israelitas ordenam a detenção do dirigente palestino Sari Nuselbeh, por suposta colaboração com os serviços secretos do Iraque. O Canadá decide enviar 10 mil máscaras de gás para os palestinos da Faixa de Gaza.

• A NATO pede ao governo holandês que ponha à sua disposição baterias de defesa aérea equipadas com mísseis Hawk.

• O governo italiano ordena a abertura de um inquérito sobre o comandante das forças navais daquele país estacionadas no Golfo, devido a declarações controversas sobre o conflito.

• A polícia dispersa pela força uma manifestação pró-iraquiana em Tunes.

• O Conselho Supremo da Revolução Islâmica anuncia que milhares de refugiados que abandonaram os seus lares, em Bagdad, correm o risco de morrer de fome. As autoridades iraquianas anunciam ter abatido três novos aviões inimigos e atacado com mísseis as refinarias sauditas de Al-Khafji, no Norte da Arábia Saudita.

Quinta-feira 31

• Aviões britânicos atacam forças iraquianas na região de Khafji, localidade que segundo fontes sauditas fica inteiramente nas mãos dos aliados. A aviação aliada atinge novamente objectivos em Bassorá e helicópteros britânicos afundam uma vedeta iraquiana lançada-mísseis no Norte do Golfo.

• O Iraque anuncia ter abatido mais de dez objectivos aéreos e denuncia 45 raids aéreos sobre o seu território.

• Um número não especificado de soldados norte-americanos, sauditas e aliados, incluindo mulheres, é capturado pelas tropas iraquianas em Khafji, segundo a rádio Bagdad.

• Um comboio procedente do Irão chega ao Iraque com 19 toneladas de bens médicos e cirúrgicos fornecidos pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha.

• Israel mantém o estado de alerta durante quinze minutos e um porta-voz militar anuncia que um míssil iraquiano caiu na Cisjordânia sem causar mortos ou danos.

• O Iraque lança um ataque terrestre contra três pontos da fronteira entre o Koweit e a Arábia Saudita e abate um avião norte-americano com cerca de vinte militares a bordo. Entretanto, Bagdad afirma ter lançado vários mísseis sobre Tel Aviv e acusa a aviação aliada de ter violado o seu espaço aéreo para bombardear regiões orientais do

Iraque. Um milhar de veículos militares deste país dirigem-se para a Arábia Saudita.

Sexta-feira 1

• O plenário do CC do Partido Comunista da União Soviética decide solicitar ao governo que se pronuncie a favor de um cessar-fogo no Golfo.

• A rádio Bagdad anuncia que o presidente Saddam Hussein visitou a frente sul de batalha e passou a madrugada de quinta-feira com soldados do exército iraquiano.

• O antigo primeiro-ministro britânico, Edward Heath, condena a política do governo de Londres, afirmando que as tropas britânicas estão a transformar-se num grupo de mercenários.

• Fontes militares israelitas anunciam o bombardeamento de posições palestianas no Sul do Líbano.

• A maré negra continua a crescer ao largo da Arábia Saudita e retoma o seu curso perto do Sul do Golfo. A mancha, com 140 quilómetros de comprimento por 40 de largo, é considerada a maior maré negra de todos os tempos. Cerca de 15 mil pacifistas manifestam-se em Londres contra a guerra do Golfo.

• Regista-se uma nova incursão das tropas iraquianas, durante a noite de quinta para sexta, em território saudita, pela fronteira de Umm Hujul.

• Um porta-voz americano confirma a perda de um avião AC-130, em território koweitiano. Os 14 tripulantes são dados como desaparecidos. Os oficiais norte-americanos referem uma concentração de 60 mil iraquianos a 60 quilómetros a Oeste de Khafji e vários veículos em movimento.

• O presidente iraniano envia uma mensagem a Saddam Hussein, propondo soluções para o conflito. O Iraque anuncia a retirada das suas tropas de Khafji sem explicações.

• Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Irão e da Argélia reúnem-se em Teerão e apelam à paragem imediata da guerra no Golfo, a fim de encontrar uma solução pacífica para a crise.

• George Bush afirma que os EUA não se deixarão arrastar pelo Iraque numa guerra terrestre prematura.

Sábado 2

• Dois aviões iraquianos são abatidos pela força antiaérea norte-americana, anuncia o porta-voz do comando deste país.

• A batalha de Khafji faz 30 mortos e mais de 450 prisioneiros do lado iraquiano; 18 mortos e 4 desaparecidos da parte saudita, segundo um porta-voz do comando saudita.

• A aviação aliada leva a cabo durante a noite de sexta e sábado 24 raids sobre o Iraque, a partir da Turquia, indica o comando iraquiano.

• É dado o alerta em Riade, sendo lançados dois mís-

seis «Patriot» para interceptar um míssil «Scud» iraquiano.

• O secretário de Estado norte-americano da Defesa, Dick Cheney afirma que Israel poderá ripostar através de armas não convencionais a um eventual ataque iraquiano com armas químicas.

• O Ministério da Defesa italiano declara que o apoio logístico das forças iraquianas foi reduzido em cerca de 90 por cento, devido aos bombardeamentos das vias de acesso ao Iraque.

• O ministro iraquiano dos Assuntos Religiosos protesta pela destruição de mesquitas e igrejas, durante os últimos bombardeamentos efectuados pela força multinacional. Peritos mexicanos em monumentos históricos criticam a UNESCO por não ter classificado, a tempo, como intocáveis as áreas arqueológicas do Médio Oriente que poderiam ser destruídas pela guerra.

Domingo 3

• Um relatório dos jornalistas norte-americanos na região do Golfo indica que pelo menos 50 veículos militares dos EUA desapareceram misteriosamente de uma base logística, não tendo sido encontrado nenhuma viatura apesar de um inquérito efectuado pela polícia militar.

• O rei Hassan II de Marrocos apela ao presidente Saddam Hussein que responda favoravelmente à última declaração comum soviético-americana, que classifica de bastante positiva.

• O presidente da OLP, Yasser Arafat, acusa Israel de ter atacado o Iraque com mísseis.

• O vice-presidente do parlamento iraniano anuncia que o Irão mudará sem hesitações a sua posição de neutralidade se Israel responder aos ataques de mísseis iraquianos.

• A Líbia apela à Turquia que adopte pelo menos uma atitude neutra no conflito. Em Rabat, várias centenas de milhares de pessoas participam numa manifestação de solidariedade com o Iraque.

• Dois novos raids franceses têm lugar contra as unidades de artilharia iraquiana, instalada no Koweit, anuncia o general Raymond Germanos, chefe do serviço de informações dos exércitos aliados.

• Bagdad afirma que três bombardeiros gigantes norte-americanos chegaram, provenientes de Londres, a uma base turca, para serem utilizados nos ataques contra o Iraque.

• O Pentágono anuncia que um bombardeiro B-52 se despenhou, na noite de sábado, no Oceano Índico, acrescentando que três dos seis ocupantes do aparelho foram recuperados.

Segunda-feira 4

• Responsáveis militares revelam que as forças ameri-

canas bombardearam objectivos no Koweit e mantiveram uma troca de tiros com militares iraquianos na fronteira com a Arábia Saudita.

• O príncipe herdeiro da Jordânia, Hassan Bin Talai, diz que o seu país entrará imediatamente em guerra se seu território ou espaço aéreo forem violados pelo exército israelita.

• Dois engenhos explosivos são descobertos num reservatório com cerca de quatro milhões de litros de metanol na parte comercial do porto americano de Norfolk, no Estado de Virgínia, a cerca de 15 quilómetros da mais importante base naval dos Estados Unidos.

• Em resposta à proposta iraniana de mediação, a Casa Branca sublinha que os Estados Unidos visam uma retirada iraquiana do Koweit, não pretendendo afastar-se de alguma forma deste objectivo.

• O general Robert Johnston, chefe do Estado-Maior da operação *Tempestade no Deserto*, revela que 25 blindados iraquianos foram postos fora de combate no interior do Koweit pela aviação americana.

• A polícia paquistanesa anuncia que foi perpetrado um ataque contra a residência do cônsul geral da Arábia Saudita em Karachi.

• O secretário norte-americano da Defesa diz que o exército iraquiano ainda constitui uma força significativa adiantando que a aviação aliada atacou de forma agressiva estas forças terrestres durante os últimos dez dias mas que ainda é difícil avaliar os resultados desta acção.

Terça-feira 5

• A cadeia de televisão norte-americana «ABC» diz que o Iraque possui baterias de mísseis terra-terra e aviões de combate em vários locais estratégicos do Sudão.

• O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS afirma que o presidente iraquiano respondeu de forma construtiva aos apelos do seu homólogo soviético para solucionar a crise do Golfo.

• O Comité de Sanção do Conselho de Segurança das Nações Unidas dá luz verde ao secretário-geral da ONU para enviar medicamentos e ajuda humanitária para o Iraque.

• O primeiro-ministro da Jordânia considera que os bombardeamentos da força multinacional contra camiões-cisterna de petróleo jordanos no Iraque constituem uma violação do Direito Internacional. Esta operação dos aliados é condenada por Perez de Cuellar. Um raide da aviação israelita ataca as posições dos guerrilheiros do grupo palestiano Fatah em duas aldeias situadas a alguns quilómetros a leste da cidade de Saída, a sul do Líbano.

• Um oficial do exército americano afirma que a força aérea multinacional espera destruir 50 por cento do Exército iraquiano antes do lançamento de uma ofensiva no solo e vai continuar os bombardeamentos até à saturação com esse objectivo.

Comunidade Europeia

CEE vai ajudar Israel e congela relações com a OLP

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze, reunidos segunda-feira em Bruxelas, decidiram «congelar as relações com a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e com o seu dirigente Yasser Arafat», como forma de «castigo» pelo apoio deste a Saddam Hussein.

Ao mesmo tempo, os responsáveis pela diplomacia dos Doze anunciaram a sua intenção de intensificar o diálogo e a cooperação com Israel e os países árabes, no âmbito do novo quadro resultante do pós-guerra, embora ainda ninguém saiba qual virá a ser.

De acordo com as informações vindas a público, a principal preocupação que norteia a CEE, neste contexto da crise do Golfo, é a salvaguarda do seu papel futuro na região. A manifesta incapacidade revelada para assumir, antes do início da guerra contra o Iraque, uma posição comum e independente face aos EUA, a CEE pretende agora opor uma dinâmica que passa, segundo foi delineado em Bruxelas, pelo enquadramento da sua cooperação com os países do Mediterrâneo e do Médio Oriente no âmbito de uma Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo, idêntica à existente para a Europa.

Os projectos parecem estar em franco desenvolvimento. De tal forma que a Comissão Europeia apresentou já aos ministros dos Negócios Estrangeiros as linhas gerais de um futuro acordo de cooperação com o Iraque, a implementar «quando este país se comportar de uma forma pacífica».

Recorde-se que o comissário Abel Matutes foi a Estrasburgo, na última sessão plenária do PE,

apresentar um plano da Comissão Europeia para o «pós-guerra», afirmando ser «necessário preparar a paz». Nesse plano a Comissão diz pretender aprofundar políticas de cooperação com os países do Mediterrâneo, do Golfo e com a Turquia; alargar as suas relações a outros países árabes (como o Irão); estreitar as relações com Israel; promover projectos de desenvolvimento para a região; ajudar financeiramente os países pobres da região e avançar com propostas de sistemas de segurança e desenvolvimento da zona.

O que não se dizia - e aparece agora à luz do dia - é que seriam uma vez mais os palestinos e os seus legítimos representantes os grandes sacrificados de toda esta crise. Porque se não há muito tempo na Comunidade se ouviam vozes advogando a necessidade de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente para a resolução pacífica dos problemas da região, incluindo a questão da Palestina, hoje a OLP e o seu dirigente Yasser Arafat parecem condenados pelos

seus apoiantes europeus de ontem.

De referir, a propósito, a opinião do ministro português João de Deus Pinheiro, que em declarações após o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade admitiu que finda a guerra do Golfo Yasser Arafat verá o seu peso político comprometido. Para o ministro português, que declarou não se ter manifestado sobre o congelamento das relações da CEE com a OLP, «a haver vencidos nesta guerra, pelo menos no plano militar, é indubitável que aqueles que apoiaram, mais ou menos directamente, a atitude de Saddam Hussein, perderão, em termos relativos, no que diz respeito aos dividendos políticos».

Na ocasião, João de Deus Pinheiro afirmou ainda que os conhecedores mais profundos das questões do Médio Oriente consideram que «há outros interlocutores (para além da OLP) e que os dados do problema após a guerra do Golfo serão substancialmente diferentes daqueles que existiam antes da guerra. A ordem, os interlocutores e o peso específico de cada um serão também diferentes».



Comunidade Europeia sacrifica a Palestina aos interesses político-económicos

Não há dúvida que a Comunidade se prepara para ficar do lado dos vencedores. Os ministros dos Doze tomaram a «decisão política» de prestar uma ajuda de emergência a Israel - que já está a receber ajuda da Alemanha e dos EUA - para compensar os efeitos da guerra. Ao mesmo tempo decidiram prestar ajuda aos palestinos dos territórios ocupados (por Israel),

no que classificaram de uma «postura simétrica» face aos dois povos.

No seu afã de não perder o comboio do Golfo a Comunidade arrisca-se a correr para o abismo do desconhecido. Está tão empenhada na «futura cooperação» com os países da região que até se esquece da necessidade elementar de consultar os principais interessados. É que, seja

qual for a «ordem» do pós-guerra, parece difícil, para não dizer absurdo, deixar de reconhecer que os países e povos da região terão uma palavra a dizer. A menos, é claro, que no pressuposto de todas estas diligências esteja uma «ordem» neo-colonialista disfarçada sob o olhar vigilante de Israel que os aliados norte-americanos tão diligentemente têm vindo a armar.

As mulheres na CEE

— Um debate oportuno no Parlamento Europeu

A construção do mercado interno e as suas consequências para as mulheres na CEE foi tema de debate na sessão plenária do Parlamento Europeu de Janeiro último. Da iniciativa resultou a aprovação de um documento que o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro classificou, na sua intervenção sobre a matéria, de «uma referência indispensável» para o futuro pela sua «oportuna e pertinência».

Trata-se, no essencial, de uma resolução em que se sublinha que «ambos os sexos só poderão ter acesso ao mercado interno europeu em pé de igualdade» se, em 1 de Janeiro de 1993, todas as recomendações anteriormente aprovadas tiverem sido concretizadas e se «a Comissão, o Conselho e os Estados membros tiverem levado a cabo uma política positiva e articulada em prol das mulheres».

O relatório sobre as consequências do mercado interno para as mulheres começa por ter o mérito de reflectir publicamente sobre os reflexos do mercado único no que respeita às assimetrias, desigualdades e discriminações baseadas no sexo.

Não é tarefa fácil. Como afirmou a propósito Sérgio Ribeiro o tema «exige grande equilíbrio», dado que «a denúncia, prevenção e luta contra as consequências agravantes de discriminações baseadas no sexo não pode contraditar-se num igualitarismo que ignore as diferenças ou que, não o fazendo, procure com elas uma impossível compatibilidade».

A título de exemplo, aquele deputado referiu a recente decisão do Parlamento Europeu relativa «à protecção no trabalho de grávidas e lactentes, distinguindo-se diferença e discriminação, igualdade e igualitarismo».

No documento agora apro-

a combater discriminações directas e indirectas das mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à celebração de contratos de trabalho e às promoções», e a concessão de verbas adicionais «como complemento dos programas existentes, destinadas à formação e orientação especializada de mulheres que iniciaram uma actividade empresarial própria e tendo em vista a sua adaptação ao grande mercado único».

Igualdade de oportunidades

Por outro lado, o PE salienta a necessidade de valorizar o trabalho de modo idêntico; neste domínio, faz-se notar que cabe às mulheres a maior parte do trabalho não remunerado no seio da família e da sociedade, exigindo-se «a intensificação de todas as possibilidades que tenham por objecto assegurar uma distribuição mais equilibrada destas tarefas entre ambos os sexos e um melhor desenvolvimento das infra-estruturas sociais destinadas ao acolhimento de crianças e à prestação de assistência a doentes, idosos e deficientes».

Ainda neste campo, o documento recorda a resolução do PE de 8 de Julho de 1988 sobre a igualdade de oportunidade para rapazes e raparigas nos domínios da educação e da formação profissional e entende ser necessário que os Fundos Estruturais «contemplem programas específicos destinados às mulheres que se vêem con-

frontadas com as novas tecnologias no local de trabalho».

No domínio da educação e formação, alerta-se para «o atraso qualitativo das mulheres e a situação desfavorável com que se debatem, como, por exemplo, a acumulação das tarefas profissionais e familiares, a menor mobilidade e a situação de desemprego de longa duração», e sublinha-se a necessidade de «providenciar no sentido de que pelo menos metade dos programas de formação financiados pelo Fundo Social se destinem às mulheres».

A mulher e a política

Para além de propostas destinadas à melhoria da qualidade de vida e à defesa dos direitos das minorias étnicas, a resolução aprovada pelo PE alerta ainda os Estados membros «para a necessidade de criar condições que possibilitem uma maior participação da mulher nos centros de decisão política e social». A propósito, é referido com inquietação o reduzido número de mulheres deputadas na Europa, quer nos Parlamentos Nacionais quer no Parlamento Europeu e apela-se «ao conjunto dos cidadãos e particularmente às mulheres para que promovam a participação activa das mulheres na vida política. A finalizar, a resolução exorta todos os Estados membros a «criarem uma comissão permanente dos direitos das mulheres, conferindo-lhes os necessários meios financeiros, administrativos e jurídicos».

África do Sul — CEE levanta sanções

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia decidiram levantar as sanções contra a África do Sul assim que o presidente De Klerk acabe com as últimas leis do *apartheid*. A decisão, tomada na segunda-feira em Bruxelas, segue-se à aprovação, no Parlamento Europeu, de uma Resolução sobre a situação na África Austral, em cujo debate participou o eurodeputado do PCP, Barros Moura.

Em causa esteve, entre outras coisas, o papel que a CEE pode desempenhar para apoiar as mudanças em curso na África Austral, susceptíveis de conduzir à paz e ao fim das terríveis injustiças de que são vítimas os povos da região.

Segundo fez notar Barros Moura, é necessário tornar irreversíveis as mudanças positivas já verificadas, devendo a atitude a tomar pela Comunidade e pelos Estados membros em relação à África do Sul inserir-se nesse objectivo. Assim sendo, salientou aquele deputado, embora «reconhecendo os passos positivos já dados com a libertação de Mandela e a legalização do ANC, não pode deixar-se de condenar a persistência de graves restrições aos direitos e liberdades públicas e de medidas repressivas contra os militantes anti-*apartheid*, assim como a onda de violência provocada pelo INKATA que sempre foi apoiado pela polícia e pelo regime do *apartheid* para dividir o povo negro».

Barros Moura fez ainda notar o facto de a África do Sul ter estado sempre «por trás dos movimentos armados que desencadearam as terríveis guerras civis em Angola e Moçambique», pelo que se torna «indispensável vincular a África do Sul aos processos de paz» naqueles dois países, sem o que a desestabilização e a guerra não serão eliminadas da região.

É por tudo isto que o PCP defende, como assinalou a ONU, que «as pressões internacionais sobre a África do Sul deveriam continuar até que o processo de criação de um regime democrático e anti-racista segundo o princípio «um homem, um voto» se tivesse tornado irreversível».

PCP

ALGARVE

Iniciativa é com os comunistas!

Comentário da DORAL à situação da economia regional

A Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) do PCP aprovou recentemente um extenso plano de actividades para o ano em curso, tendo igualmente analisado alguns dos principais problemas socioeconómicos que envolvem a realidade regional.

Actividades económicas

A construção civil e toda a actividade que envolve o imobiliário, está em profunda recessão.

Para além dum conjunto de realizações para assinalar os 70 anos de vida e luta do PCP, está previsto para 24 deste mês um Encontro Regional de Eleitos nos órgãos autárquicos. As 4.ªs Jornadas Algarvias decorrerão em Março/Abril, uma iniciativa regional sobre **A Mulher na Comunidade Local** em Maio e um Encontro sobre a situação das **Pescas** no Algarve em Setembro ou Outubro.

O plano de actividades da DORAL abarca uma centena de iniciativas, que, naturalmente, incluem as comemorações de importantes efemérides como o **8 de Março**, **1 de Junho**, **25 de Abril** e **1.º de Maio**.

Comentando a situação actual que se vive no Algarve, a DORAL do PCP chama a atenção da opinião pública para os seguintes aspectos:

Nas pescas agudizam-se os factores de crise, particularmente em relação ao sector da artesanal, como reflexo da política seguida pelo actual Governo, uma política visando

a sua destruição. O actual conflito entre os pescadores de Quarteira e o Governo, em torno da utilização do anteporto da Marina de Vilamoura não é novo e reflecte o que desde há muito também temos exprimido neseta matéria. Isto é, o Algarve carece de infra-estruturas para apoiar e desenvolver actividades económicas para além das que decorrem da actividade turística.

A actividade turística apresenta hoje um quadro bem menos optimista contrariando as declarações irresponsáveis produzidas por representantes do Governo associados ao sector. Nem outra situação seria de esperar. Sendo o turismo uma actividade profundamente associada à Paz é simultaneamente das actividades económicas aquela que de forma mais imediata reflecte os efeitos de crises políticas e sociais. A escalada da Guerra no Golfo, se pode ter produzido benefícios circunstanciais para o Algarve em determinada fase de evolução do conflito, trará sem dúvida prejuízos maiores e globais a curto prazo se tivermos em conta os efeitos que a guerra produzirá na economia e particularmente na de um País directamente envolvido no conflito e que continua a ser o principal cliente do Algarve — a Inglaterra.

Prossegue a DORAL do PCP:

«Esta situação está a provar uma forte aceleração na degradação das condições de vida da maioria da população, a aumentar a instabilidade no emprego e os níveis do desemprego. O atraso no pagamento de salários está a aumentar, como é exemplo a situação dos hotéis Navegadores, Vasco da Gama, Alcazar, Oura Hotel, entre outros.

O protesto e a luta dos agricultores e proprietários de terrenos afectados pelo absurdo traçado da Via do Infante continua.

A ofensiva que o patronato prepara através do pedido de autorização legislativa a solicitar à Assembleia da República (órgão onde o Governo dispõe de confortável maioria) visando alterar profundamente a legislação do trabalho de forma a entregar ao patronato mecanismos de maior arbitrio pode, a concretizar-se a curto prazo, criar uma situação de grande tensão, conflito e agudização das condições de vida e de trabalho.»

Saúde

O escândalo e o degradante espectáculo que envolve a gerência do Hospital de Faro,

a contas com uma dívida contraída pela actual gestão com o prenúncio de fortes irregularidades, é bem o triste espelho da política de um Ministério que nos últimos tempos se tem transformado, perante a opinião pública, num caso de polícia, tais as acusações de corrupção que pesam sobre alguns dos seus principais responsáveis.

E o reflexo da manutenção desta política de saúde que tem vindo a degradar, de ano para ano, a prestação de serviços na região e as condições de trabalho dos profissionais do sector.

A situação presente exige uma viragem profunda na condução da política nacional com os necessários reflexos no Algarve — sublinha a DORAL do PCP, que acrescenta:

Para operar tal mudança é



A pesca no Algarve está a atravessar uma difícil situação, especialmente a artesanal

necessário e indispensável derrotar a política deste Governo e inverter a actual maioria na Assembleia da República. Não há outra alternativa. Neste quadro só será possível uma alternativa democrática com o contributo, o empenhamento, o apoio do PCP.

Neste sentido, a DORAL

do PCP mais uma vez manifesta a sua inteira disponibilidade para discutir com todas as forças democráticas e designadamente com o PS as formas de cooperação, convergência, acção comum que urge empreender para pôr fim a esta política e construir uma alternativa democrática.

Sesimbra

A Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, a comissão eleitoral e os activistas presentes numa recente reunião do Partido realizada naquele concelho do distrito de Setúbal decidiram manter em funcionamento a comissão eleitoral com vista às próximas eleições para a Assembleia da República e propor encontros com partidos democráticos com representação no concelho, para abordar questões de interesse local.

Camaradas Falecidos

Mário da Silva Guerra

Morreu de doença incurável no passado mês de Dezembro de 1990, com 70 anos, o camarada **Mário da Silva Guerra**, comerciante, militante da organização concelhia de Gouveia.

Ligado ao Partido desde a década de 40, participou em várias iniciativas de oposição ao regime fascista. Depois do 25 de Abril, sendo comerciante, assumiu sempre com coragem e dignidade a sua condição de comunista. Era muito estimado pela organização local e pela população de Gouveia. O «Miguel das Beiras», «sobrenome» ligado à sua actividade clandestina e como carinhosamente era tratado pelos camaradas, foi um símbolo de verticalidade numa terra de prestigiadas tradições democráticas.

Joaquim Rodrigues da Silva

Membro do Partido desde os anos 40, faleceu com 61 anos em Paio Pires, Seixal, o nosso camarada **Joaquim Rodrigues da Silva**, nome ligado à luta antifascista, membro do MUD-Juvenil e activista da Oposição Democrática. Após o 25 de Abril pertenceu à Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional e à Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Seixal. Integrou também a Concelhia local do PCP e foi um activo impulsor do núcleo da URAP no Seixal. No funeral, realizado em Paio Pires, incorporaram-se larga dezenas de amigos e camaradas de Joaquim Rodrigues da Silva.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

4.ªs Jornadas Temas em perspectiva

As 4.ªs Jornadas Algarvias, a concretizar ao longo de um período englobando vários fins-de-semana, entre a 2.ª quinzena de Março e a 1.ª quinzena de Abril, cobrirá vários concelhos e terá como temas em debate:

- A Formação Profissional e o Emprego;
- A Situação Social e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores;

- O PROTAL, as Autarquias e o Desenvolvimento Regional;
- A Via do Infante;

• A Horto-Fruticultura no Algarve — situação e perspectivas — o Projecto de Lei do PCP;

- A pesca artesanal e o impacte da adesão à CEE;
- Instituição da Região Administrativa.

Dia 21, por iniciativa do Sector Público da ORL

Reunião alargada de quadros técnicos

No próximo dia 21 o Sector Público da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP leva a efeito uma reunião alargada de quadros técnicos, revela uma nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social por aquele organismo do Partido.

O OD do Sector Público esteve reunido há dias para debater, com a presença do camarada António Andrez, da Comissão Executiva Nacional do Partido, os resultados eleitorais das Presidenciais, a sua interligação com os problemas e a luta dos trabalhadores do sector, o papel das células de empresa e a sua intervenção, bem como as linhas de acção para o Sector Público da ORL, na perspectiva das eleições legislativas deste ano.

Em torno das grandes linhas de acção e intervenção definidas nas Assembleias da ORL e da Cidade de Lisboa, foi decidido relançar a actividade partidária, nomeadamente em torno da acção junto da classe operária e dos trabalhadores, da batalha eleitoral das legislativas e do desenvolvimento da luta de massas e da acção do Partido.

Para além da iniciativa mencionada na abertura deste apontamento, o OD anuncia a

realização, em 2 de Março próximo, de uma reunião de quadros do sector, seguida de convívio no quadro das comemorações do 70.º aniversário do Partido.

Iniciativas

Um convívio comemorativo do Dia da Liberdade em 19 de Abril, uma iniciativa pública sobre **Comunicações** na primeira quinzena de Maio e outra em torno dos problemas energéticos e recursos hídricos na segunda quinzena desse mês são outras acções em perspectiva na planificação de trabalho dos militantes comunistas do Sector Público da ORL do PCP.

PCP

Declarações esclarecedoras comentadas pela DORAV Ângelo Correia e a imagem do PSD em Aveiro...

Há conexões políticas e empresariais, em Aveiro, que nem quero saber — quem fala assim é o dirigente e deputado do PSD, Ângelo Correia, em recentes declarações a um matutino. A Direcção Regional de Aveiro (DORAV) do PCP, atenta ao que se passa e ao que se diz sobre o distrito, divulgou um breve comentário, que aqui deixamos à apreciação dos nossos leitores:

1. As declarações são exemplarmente comprovadoras da imagem do PSD no Distrito de Aveiro, particularmente da ligação de várias das suas personalidades destacadas a algumas situações graves ocorridas no Distrito — ou ao seu encobrimento.

2. Tais declarações, nomeadamente a de que o PSD em Aveiro «está enredado em lutas pessoais mais do que em lutas políticas», significam também o seu alinhamento e mais um contributo para tais lutas, que, mais do que pessoais, são de diferentes interesses económicos que se confrontam na babujem do Poder.

3. Não é nada abonatório do sentido de responsabilidade de uma figura política afirmar, como faz Ângelo Correia, que «há conexões políticas e empresariais, em Aveiro, que nem quero saber. Quando me vêm contar certas coisas peço logo que não mas contem». Por muito que lhe custe ouvir o que se diz sobre os correligionários, Ângelo Correia deveria ouvir, e bem, para poder denunciar e intervir, como é exigido pela mais elementar noção de ética — isto presumindo que não tem telhados de vidro, agora que, como afirma, já não luta «por lugares, pelo tacho» como no passado.

4. As declarações de Ângelo Correia trazem uma vez mais para a ribalta a figura do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais — Oliveira e Costa. São de tal modo graves todas as acusações já formuladas e os casos já conhecidos de favores e perdões fiscais, selectivamente atribuídos, que o mínimo que se pode fazer é exigir a sua demissão.

5. O «caso» Oliveira e Costa é apenas a manifestação mais evidente, no Distrito, da utilização dos cargos e das instituições públicas para o prosseguimento dos interesses (políticos e porventura financeiros) estritamente partidários do PSD e nem mesmo o Governo Civil está de fora desta apreciação.

6. Aumenta no Distrito a consciência da necessidade de moralização da vida pública e de que essa moralização não pode ocorrer com mudanças cosméticas no PSD. A criação de uma alternativa democrática à política de direita, alternativa em que o PCP desempenhe um papel fundamental, eis a via que se propõe aos democratas e à população do Distrito para a alteração do actual estado de coisas.



Ao mesmo tempo que definem perspectivas de trabalho para 91

Jovens comunistas tomam posição sobre questões da actualidade

Consequência já das restrições incorporadas no Orçamento de Estado para 1991, assiste-se à degradação das condições de ensino: dificuldades de funcionamento das escolas; instalações degradadas e mal equipadas; falta de professores e pessoal auxiliar; apoio social muito insuficiente no Ensino Superior Universitário, quase inexistente no Politécnico e insignificante no Secundário. Paralelamente, assiste-se ao avanço de medidas de política educativa, sem auscultação dos estudantes, sem ter em conta os seus interesses — comenta a Direcção Nacional (DN) da Juventude Comunista Portuguesa.

Reunida nos passados dias 2 e 3, em Lisboa, a DN da JCP analisou a crise no Golfo e suas repercussões na situação internacional, e, por outro lado, os problemas da juventude portuguesa. O encontro da Direcção Nacional, segundo informação prestada aos jornalistas, serviu ainda para aprovar as linhas de intervenção dos jovens comunistas para este ano de 1991, ano que promete actividade intensa em várias frentes.

PGA às cruzinhas...

Um dos temas abordados pela DN da JCP foi a realização, a 8 e 18 deste mês, da chamada Prova Geral de Acesso (PGA) — versão 1991: às cruzinhas. Referem a propósito os jovens comunistas:

«Nada se fez para resolver o problema de fundo: continuarão a ficar de fora do Ensino Superior milhares de jovens. Dos 108 mil que farão a PGA quantos entrarão no Ensino Superior? Metade, e destes, grande parte pagando elevadas propinas nas universidades privadas».

A JCP considera que o problema só se resolverá com a eliminação dos «numerus clausus» e uma política efectiva de expansão do E. Superior Público, que tenha em conta as reais necessidades de desenvolvimento do nosso país e do nosso povo, e para tal, apresentará na AR um projecto de lei sobre Acesso ao Ensino Superior.

Linhas de intervenção para 1991

Tendo em conta as consequências graves que a polí-

tica do actual Governo tem assumido para a juventude, impõe-se a sua alteração para uma política democrática, no sentido da resolução dos problemas juvenis e efectivação dos direitos e anseios dos jovens — sublinha a JCP, que acrescenta:

«Para isto, torna-se fundamental, nas eleições legislativas de 1991, colocar a direita em minoria na AR, reforçar as posições do PCP e construir uma convergência democrática.

«E para concretizar estes objectivos, a JCP dinamizará uma intensa actividade de debate, esclarecimento e discussão em torno dos problemas e situação da juventude, das nossas propostas e empenhar-se-á na dinamização de uma forte, animada e esclarecedora campanha eleitoral».

Pacote laboral

Para além das questões do ensino, a DN debateu «os graves problemas que afectam a juventude portuguesa» no geral, nomeadamente os jovens trabalhadores, salientando:

«O Governo prepara-se para fazer aprovar um Pacote Laboral de consequências graves para os jovens trabalhadores, e em particular, o alargamento do período experimental e a liberalização dos horários de trabalho.

Consequência do Acordo Económico e Social, que a DN da JCP já antes repudiara, e dando razão à CGTP-IN quando o não assinou, este pacote laboral, no caso de ir para a frente, traduzir-se-á no

agravamento da situação social dos jovens trabalhadores: alargando os poderes do patronato para despedir; limitando a autodisponibilidade dos trabalhadores, limitando o desenvolvimento e organização da sua vida social e familiar; alargando o período experimental, possibilitando o surgimento de uma nova forma de precariedade, que poderá substituir os contratos a prazo sem os direitos destes; possibilitando o despedimento dos trabalhadores por motivos relacionados com modificações no posto de trabalho — problemas suficientes para que a JCP apele aos jovens trabalhadores a que lhe oponham a força da sua luta, para que este Pacote Laboral seja derrotado».

Atalaia

Os jovens comunistas vão promover, na Quinta da Atalaia, a 12 de Maio, uma grande iniciativa juvenil de âmbito nacional e participar com redobrado empenho e criatividade na construção, divulgação e animação da Festa do Avante! de 1991 e, particularmente, da sua Cidade da Juventude.

Golfo

Seguindo atentamente a evolução da preocupante situação criada no Golfo, a JCP lembra que se desenvolve nessa região uma guerra de consequências graves e imprevisíveis, quer pelos milhares de mortos e pelas populações de vários países que sofrem uma permanente agressão psicológica de consequências particularmente nocivas no desenvolvimento das crianças e dos jovens, quer no plano das relações entre os povos, assistindo-se já a um crisar de ódios — no plano ecológico, no plano económico, ainda no plano do futuro do Mundo, onde a paz e a cooperação podem ceder lugar ao imperialismo, à agressão e à lei do mais forte.

A JCP, que condenou a invasão do Kuwait, condena veementemente os EUA que precipitaram esta guerra e são responsáveis pelas suas dramáticas consequências, com objectivos que cada vez mais claramente se afirmam como não sendo os da resolução dos problemas do Médio Oriente, mas sim de dominação imperialista daquela parte do mundo e de hegemonia mundial, fazendo uso da hipocrisia e da força.

A Juventude Comunista exige o fim da guerra e a abertura de negociações que levem à resolução pacífica dos graves problemas do Médio Oriente, incluindo os direitos nacionais dos povos palestinianos, e que os órgãos de soberania portugueses assumam neste conflito um papel activo, dinamizando a resolução pacífica e negociada deste conflito, e não permitindo, em caso algum, o envolvimento de tropas portuguesas no conflito.

Não queremos viver num mundo em que a força das armas seja a forma lógica e inevitável de resolução dos problemas internacionais. Não queremos viver num mundo onde um país se arrogue de polícia do mundo, intervindo à luz dos seus interesses. Queremos que os graves problemas que afectam o mundo (de que são alguns exemplos, o Kuwait ocupado pelo Iraque, a Palestina e os Territórios Árabes ocupados por Israel, Timor ocupado pela Indonésia, Chipre ocupado pela Turquia) sejam resolvidos no âmbito do respeito pelos povos e pela sua autodeterminação, de uma forma pacífica, política e negociada. Queremos viver num mundo de paz e cooperação, onde o imperialismo norte-americano não imponha a sua lógica.

Por isso, a JCP apela a todos os jovens que se empenhem hoje na luta pela paz e pelo fim da guerra, uma luta que é para hoje, pela resolução dos problemas de hoje, mas é também uma luta pela salvaguarda do futuro.



Lamego e Armamar na agenda Victor Costa no distrito de Viseu

Conhecer mais de perto a realidade e os problemas das populações de Lamego e Armamar, constitui o principal objectivo da visita que o deputado comunista Vítor Costa efectua àqueles concelhos durante o dia de amanhã, sexta-feira e de sábado.

Após um encontro no Centro de Trabalho do PCP de Lamego previsto para as 10 horas, primeira etapa do programa de sexta-feira, Vítor Costa tem durante a manhã reuniões com o Conselho Directivo e com a Associação de Estudantes da Escola Secundária da Sé. À tarde, do programa constam reuniões com a Câmara Municipal de Lamego e com a Junta de Freguesia de Avôes, a que se seguirá um encontro com a população desta localidade.

No sábado, pelas 10 horas, é a vez de uma reunião com a Junta de Freguesia de Armamar, após o que Vítor Costa se deslocará a vários locais da povoação de Travanca, onde contactará com as populações.

Internacional

Múltiplos debates

Múltiplos debates se cruzam nestes dias na URSS. Em causa, a tensão nas Repúblicas bálticas e as perspectivas da União, a situação económica e as medidas recentemente tomadas no plano financeiro, e mesmo os caminhos que têm vindo a ser trilhados nestes anos pela perestroika, como ressalta nos debates realizados na reunião plenária do CC do PCUS.

A situação nas Repúblicas bálticas é um dos problemas particularmente difíceis e complexos, pelo clima de confronto gerado, e que levou mesmo à morte de várias pessoas. Clima de confronto para que têm nomeadamente contribuído posições — por parte dos actuais governos destas Repúblicas — de marginalização das minorias de expressão russa. Concretamente — 35 por cento da população na Estónia, 45 por cento na Letónia, 20 por cento na Lituânia —, que sentem a ameaça de se tornarem estrangeiras nos locais onde vivem, nalguns casos desde há muito.

Num recente comentário às reacções no Ocidente, face aos dramáticos acontecimentos de Vilnius, o actual ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Aleksandre Bessmertnik, afirmou que «as emoções impedem a necessidade de

compreender a verdadeira política praticada pelo governo da URSS».



Manifestação nacionalista na Lituânia. O exacerbamento do nacionalismo é hoje um dos graves problemas que se vive na URSS

E acrescentou: «as pessoas no Ocidente não compreendem correctamente os acontecimentos nestas Repúblicas (bálticas). Estão inclinadas a encarar de forma superficial estes acontecimentos, sem procurar compreender as suas origens e pormenores».

«Por que razão a disposição de dialogar, manifestada

por Mikhail Gorbachov, surte efeito na Letónia e na Estónia, sem causar o mesmo efeito na Lituânia? Por que razão as Repúblicas que desejam ser independentes, não optam pela via constitucional», pergunta Bessmertnik, que simultaneamente garante — «ninguém afirma que as vias de independência são impossíveis».

PCUS não renuncia à «perestroika» ■ Iuri Prokofiev

O Partido Comunista da União Soviética não renunciou à «perestroika», afirma Iuri Prokofiev membro do seu «Bureau» Político, mas na actual situação de crise quer evitar as explosões sociais. Prokofiev considera ainda que o PCUS continua a ser capaz de controlar a situação, porque no seu seio se encontram as forças intelectuais da sociedade soviética. Para este dirigente, que desempenha o cargo de primeiro-secretário do comité urbano de Moscovo do PCUS, o abandono no ano passado por 2,7 milhões de militantes não é um drama, mas uma consequência natural do fim do monopolismo político.

A imprensa soviética publicou segunda-feira a declaração política «sobre o momento actual e as tarefas do partido», adoptada no plenário conjunto dos dois órgãos dirigentes do PCUS — o comité central e a comissão central de controlo.

Elaborado numa situação de agudização no Báltico, em que a sociedade soviética passa por uma crise económica e espiritual, este documento contém posições bem definidas, claras, quanto a todos os problemas principais do desenvolvimento da sociedade, considerou Iuri Prokofiev, durante uma conferência de imprensa.

Prokofiev salientou a sua discordância com aquelas pessoas, inclusive dirigentes do partido, que consideram que se está a dar um recuo da «perestroika» ou que ela falhou e que as linhas mestras traçadas em 1985 não são postas em prática.

O plenário considerou necessário que as organizações do partido coordenem as suas acções e a sua política na situação complicada, sujeita a rápidas mudanças.

Prokofiev destacou a aspira-

ção do PCUS a conservar e levar até ao fim lógico todas as orientações da «perestroika».

«Não se trata do abandono da «perestroika», mas da necessidade de, não mudando a linha das mudanças, conduzir a sociedade para o futuro sem quaisquer explosões e abalos sociais», disse.

O PCUS, afirmou, apoia a passagem ao mercado e o desenvolvimento das relações de mercado.

Não concordando com os princípios monopolistas na economia, o PCUS recusa também o monopolismo na política e na ideologia, e não se pronuncia contra o multipartidarismo, que já se tornou realidade. Segundo ele, os novos partidos vão ser criados e participar na luta política na base da concorrência entre programas diferentes.

O terceiro passo importante destacado por Prokofiev é a saída do PCUS das estruturas estatais de gestão e a passagem de todo o poder aos soviets.

«Ninguém rejeita isso», afirmou ele, acrescentando: «talvez só certos nossos novos democratas gostariam de

substituir os soviets, quer dizer, uma democracia representativa por um poder rígido centralizado».

O partido apoia também a linha orientada no sentido da separação dos poderes legislativos, executivo e judicial.

Assim as linhas mestras da «perestroika» conservam-se tanto na economia como na política e no domínio do Estado, embora venha a haver, depois da publicação dos materiais do plenário, tentativas de acusar o partido do contrário — considera Prokofiev.

Ele referiu as palavras do presidente Mikhail Gorbachov, segundo as quais o país está numa encruzilhada. Em resultado das transformações pode surgir a restauração da sociedade capitalista ou prosseguir a reforma do socialismo.

Respondendo à pergunta sobre se acreditava na capacidade do PCUS de controlar a complicada situação económica e política, Prokofiev salientou que «se eu não acreditasse na capacidade do partido de transformar-se e actuar, então provavelmente não estaria nesta mesa e não dirigiria a organização do partido de Moscovo».

«Em que assenta a minha fé no partido? Qualquer que seja a crítica ao PCUS por toda a sua existência — pois durante muitos anos tivemos um sistema monopartidário — nas fileiras dele encontra-se a maioria das forças intelectuais da sociedade. Se conservarmos essas forças então o PCUS será um partido político forte e terá influência na sociedade».

Referindo-se à queda do prestígio do PCUS, que só no ano passado perdeu 2,7 milhões de membros e sobre as possibilidades da sua recuperação, Prokofiev observou que essa saída «vai continuar».

«Isso é um processo natural, pois entrava-se no partido não só por razões ideológicas. Não se podia fazer uma carreira sem se ser membro do partido. Então as pessoas ingressavam no partido. Muitos foram admitidos no partido para ele conservar o seu carácter de classe».

«É natural que agora, quando se verifica uma diferenciação na sociedade, os membros do partido mostrem ter vários pontos de vista. O surgimento de outros partidos oferece a possibilidade de passar para o partido que lhe é mais próximo politicamente. Portanto acho que não vale a pena fazer qualquer tragédia do abandono do partido».

Quanto ao prestígio do PCUS o que está em causa, na opinião de Prokofiev não é o seu restabelecimento — ele considera tal atitude incorrecta.

O que se trata é da conquista de um novo prestígio entre o povo. O antigo prestígio resultava não só das acções positivas do PCUS, mas também do facto de ele ter sido uma estrutura poderosa e autoritária, da qual dependia muita coisa na vida de cada cidadão soviético.

«Tal prestígio não recuperaremos e não convém mesmo recuperar», finalizou o membro do «Bureau» Político.

LITUÂNIA

Carta do PCUS

A propósito da situação gerada na Lituânia, o Secretariado do CC do PCUS dirigiu uma carta aos CC dos PC Republicanos, Comités Regionais e Distritais do PCUS, que aqui reproduzimos.

A situação que se criou na Lituânia resulta da política prosseguida pelo Soviète Supremo da Lituânia e orientada, de facto, à restauração do sistema capitalista, à violação dos direitos políticos e sociais dos cidadãos, desprezo aberto pelas decisões das instituições da União.

O agravamento da tensão na República começou a aumentar a partir de Março de 1990, quando o seu Soviète Supremo declarou unilateralmente a saída da República da União e fora de vigor a Constituição da URSS e da RSS da Lituânia. Iniciou-se uma discriminação aberta das pessoas segundo características nacionais, o que originou divergências interétnicas. Em Setembro de 1990 foi aprovada a lei dos partidos políticos que recusa aos cidadãos da URSS no território republicano o direito de pertencer aos partidos políticos e impede na prática acesso a certas profissões por motivos políticos.

Foram tomadas também decisões que permitem aos tribunais considerar os membros do PCUS como do «partido de outro Estado», e as iniciativas dos comunistas, orientadas contra actos inconstitucionais da direcção republicana — uma «traição estatal», punível pela prisão e até pela pena de morte.

Estes actos inconstitucionais foram legalmente qualificados como tais pelo Congresso dos deputados do povo da URSS e pelo Decreto Presidencial. Mas estas disposições foram pura e simplesmente ignoradas.

Por outro lado, em resultado das acções separatistas foram cortadas relações económicas da República com as outras regiões, o que piorou gravemente a situação económica e social na Lituânia. Apesar do Soviète Supremo da Lituânia ter aprovado depois a demissão do Governo e suspenso, sob pressão popular, o aumento dos preços, a situação na República continuava a agravar-se. Em resultado milhares de petições e exigências dos cidadãos foram enviadas ao Presidente da URSS e outras instituições centrais, pedindo medidas concretas e rápidas de protecção dos seus direitos de acordo com as leis em vigor.

O secretariado do CC do PCUS considera da maior importância levar ao conhecimento dos comunistas a verdade da situação nas Repúblicas Bálticas e a convicção em que o restabelecimento da ordem constitucional, em qualquer lugar onde seja violada, será levado a cabo firme e consequentemente.

MOSCOVO

Intensa actividade diplomática

A URSS está a desenvolver intensa actividade diplomática, destinada a encontrar uma saída que ponha termo à guerra do Golfo.

Das declarações dos representantes soviéticos nos últimos dias resultam três linhas de força: circunscrever a guerra aos seus actuais protagonistas, evitar uma escalada que destrua o Iraque e vitime a sua população, pôr termo às hostilidades.

«Se bem que a guerra tenha começado no Golfo, não devemos renunciar às pressões políticas sobre o Iraque a fim de o obrigar a aplicar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU», afirmou em Washington o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Aleksandr Bessmertnik num encontro com o seu homólogo egípcio Ismat Abdel Maguib.

As iniciativas diplomáticas também foram examinadas no encontro do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Vladimir Petrovski, com os representantes diplomáticos dos países membros da União do Magrebe (Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) e ainda com o embaixador da Índia na URSS, Alfred Gonsalves.

Entretanto um reequilíbrio

da política externa soviética, abandonando o actual protagonismo que os EUA ocupam nas relações exteriores de Moscovo, foi defendido pelo novo ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Aleksandr Bessmertnik.

Bessmertnik considerou que «persistem perigos» nas relações entre a URSS e os EUA, sobretudo «se a parte oposta se limitar à reacção meramente emocional e se subordinar aos cálculos políticos de momento, perdendo (...) de vista a real possibilidade de eliminar a histórica tendência para o evoluir positivo do mundo».

«O perigo entre o termo da guerra fria e a actual etapa qualitativamente nova é ainda muito curto», justificou o ministro.

«A minha concepção consiste em que, reconhecendo o papel-chave dos EUA nas nossas relações, não devemos considerá-los como a força dominante em relação a tudo o resto», afirmou Bessmertnik.

«É necessário dispensar mais atenção aos países próximos do nosso Estado, sem minimizar a importância das nossas relações com os Estados Unidos e as demais grandes potências», disse o ministro.

Internacional

Angola — 30.º aniversário do levantamento armado

• Saudação do PCP

Por ocasião do trigésimo aniversário do levantamento armado em Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao presidente Eduardo dos Santos e ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, a saudação que transcrevemos.

Queridos camaradas,

O CC do PCP saúda calorosa e fraternalmente o trigésimo aniversário do levantamento armado em Angola sob a direcção do MPLA que deu início a um longo processo armado de libertação nacional contra o colonialismo e que culminou com a conquista da independência de Angola.

O imperialismo utilizando os seus aliados na região, particularmente os racistas sul-africanos, desencadeou

uma guerra não declarada contra a RPA cujo objectivo final era liquidar o processo revolucionário angolano.

O povo angolano — o MPLA, mais tarde MPLA-PT, enfrentaram durante este período as invasões dos racistas sul-africanos, a sabotagem e o terrorismo da UNITA. Apesar disso a RPA deu um contributo determinante para a independência da Namíbia.

O PCP valoriza altamente o contributo de Angola para a luta libertadora dos povos da África Austral.

O PCP é hoje solidário, como sempre o tem sido, com o MPLA e o povo angolano na sua luta pela consolidação da independência nacional, pela democracia e o progresso social.

O PCP uma vez mais reafirma nesta histórica data a sua vontade de continuar a agir para que entre os dois partidos e os dois povos se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação há muito existentes.

Angola em notícias

África do Sul: Comissão conjunta de verificação dos acordos de Nova Iorque reúne-se em Abril em Luanda

A Comissão conjunta de verificação dos acordos de Nova Iorque reúne-se em Abril próximo, em Luanda, na sua penúltima sessão ordinária.

Um comunicado conjunto divulgado no termo da décima sessão, refere que os participantes marcaram para Junho próximo, em Havana (Cuba), o último encontro da Comissão.

Na reunião agora realizada Angola, Cuba, África do Sul e Namíbia constataram que a Comissão cumpriu com êxito a sua missão, que consiste nesta fase controlar a retirada das tropas cubanas de Angola.

Segundo o documento, as partes expressaram o seu reconhecimento a Angola e Cuba pelo cumprimento do calendário da retirada das tropas cubanas.

Entretanto, na reunião, Cuba denunciou os ataques perpetrados pela UNITA contra as suas forças estacionadas ao Norte do Paralelo Treze, em que morreram alguns militares seus.

Acredita-se que a questão do apoio concedido aos rebeldes da UNITA pela administração norte-americana e por forma encoberta por Pretória tenha sido levantada pela delegação angolana.

No encontro de três horas, que decorreu à porta fechada, a situação da segurança em Angola mereceu particular atenção.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Prioridades do novo governo

A República de S. Tomé e Príncipe tem para com Angola uma dívida superior a 80 milhões de dólares, o que representa mais de metade da dívida externa do país, referiu o primeiro-ministro designado, Daniel dos Santos Daio.

Com uma população calculada em 120 mil habitantes, isso significaria que cada cidadão santomense deve a Angola cerca de 700 dólares.

Este um problema que o novo governo terá de enfrentar.

Outra preocupação do governo da segunda República santomense será o reforço do relacionamento com Angola, com quem o arquipélago mantém relações seculares de amizade.

Portugal e o Gabão serão outros países com que S. Tomé e Príncipe manterá relações privilegiadas, seguindo-se-lhes os demais países da língua oficial portuguesa, como a Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique.

Referindo-se à mudança do quadro político em S. Tomé, o primeiro-ministro indigitado disse também que apesar de cada país ter a sua realidade, que não pode de maneira nenhuma ser transplantada, é tradição em África nos primeiros anos após a independência os governos serem monopartidários.

«Não condeno por isso os regimes monopartidários que durante 15 anos governaram os nossos estados, porque eram necessários» defendeu o secretário-geral do PCD-GR.

O gabinete do chefe do governo santomense tem como programa político a consolidação da democracia e não perder o contacto com as populações.

A política externa advoga ainda o reforço das relações com os países do Golfo da Guiné.

No campo económico, o actual governo santomense dará maior ênfase à agricultura e às pescas, os dois sectores gera-

dores de divisas. Para tal, o executivo, que será empossado em Março próximo, incrementará a pesca artesanal e a semi-industrial.

A recuperação das infra-estruturas (estradas, canalizações de água, sobretudo) constam nas prioridades do governo que se predispõe a estudar melhores mecanismos que façam com que o país preste um melhor apoio aos estados vizinhos através do

porto. Uma atenção particular será ainda dedicada ao turismo, agora sem expressão de vulto no arquipélago.

O governo de Daniel Daio defende para o sector social maior protecção materno-infantil, melhoramentos da assistência médica, medicamentosa e alimentar e a criação de meios de protecção aos deficientes físicos e cidadãos da terceira idade.

Derrame de petróleo no Golfo Que consequências?

«A maior catástrofe ecológica nos mares» — é a opinião do presidente do comité de Estado da URSS para a protecção da Natureza, Nicolai Vorontsov, referindo-se ao derrame de petróleo no Golfo Pérsico.

Numa intervenção proferida no Centro de imprensa do MNE da URSS, Vorontsov re-

velou que a mancha de petróleo no Golfo já abrange mais de 3 mil quilómetros quadrados. A área de poluição intensiva da mancha, em que a camada de petróleo atinge a espessura de 1,5 milímetros, ultrapassa os 600 quilómetros.

A superfície do petróleo derramado aumenta, entretanto, 200 quilómetros quadrados por dia e já se deslocou 20 quilómetros para Sudeste.

O responsável soviético pela protecção da natureza salientou que estes derrames de pe-

tróleo provocarão enorme prejuízo, não só aos ecossistemas do Golfo mas também aos do Oceano Índico, já que muitas espécies de peixes e outros animais marinhos migram permanentemente entre os dois espaços.

Além disso — acrescentou —, os incêndios que deflagram em instalações petrolíferas contaminam com substâncias cancerígenas o espaço atmosférico de vários países daquela região do globo, mesmo as não envolvidas directamente no conflito.

Entretanto, apesar das proporções sem precedentes do vazamento de petróleo nas águas, ainda existem possibilidades de eliminar por completo as suas consequências

mais perniciosas, observou Nicolai Vorontsov.

Enquanto continuar a guerra, será muito difícil empreender quaisquer operações para a eliminação da mancha de petróleo existente. «Mas logo que os canhões se calarem a URSS participará activamente nos esforços internacionais a envidar para a liquidação das consequências da catástrofe ecológica», disse Nicolai Vorontsov.

A União Soviética dispõe de tecnologia própria para purificar grandes superfícies de águas poluídas com petróleo. Recorde-se que o Japão e a Nova Zelândia já se mostraram igualmente prontos a intervir no combate à catástrofe ecológica do Golfo.

Sindicatos pela Paz

Trabalhadores de diferentes países, por todo o mundo, têm-se pronunciado contra a guerra no Golfo e por uma urgente retomada de negociações.

Recentemente reunidas em Marselha, organizações sindicais de França, Itália e Espanha (CFDT, FGTE, FMC, FO, FILT-CDIL, FIT-CISL, UGT E CCOO), exigiram a «imediate cessação da guerra do golfo Pérsico e a retomada de negociações, com base nas diversas resoluções da ONU».

As organizações sindicais referidas «exigem a convocação, o mais rapidamente possível, de uma conferência internacional que possa negociar uma saída correcta (passando por) a retirada das tropas estrangeiras do Koweit e do golfo Pérsico; o respeito dos direitos nacionais e económicos de todos os povos (nomeadamente koweitianos, is-

raelitas, palestinianos, libaneses, kurdos); o desarmamento na região; a fixação de preços justos para os recursos naturais e nomeadamente petrolíferos».

Os signatários do documento aprovado em Marselha apelam aos sócios dos respectivos sindicatos «e aos trabalhadores dos sectores de transportes dos nossos países para que desenvolvam iniciativas, com base na solidariedade e na fraternidade, no sentido do desenvolvimento económico e social comum à Europa, aos países do Médio Oriente, e aos países da África do Norte, para construir uma paz activa. Pedimos às diferentes instâncias europeias CES, CST e ITF... para que intervenham junto dos agentes políticos e económicos europeus para que actuem no sentido de fazer cessar a guerra o mais rapidamente possível e



Internacional

GOLFO

Declaração soviético-americana

Na última ronda de conversações soviético-americana, realizada em Washington, entre 26 e 29 de Janeiro, foi aprovada uma declaração conjunta sobre o Golfo, em que nomeadamente se admite a possibilidade de terminar as operações de combate e se considera como de especial importância, num processo de paz, «a eliminação das causas da instabilidade e das fontes de conflito, inclusive árabe-israelita». É o seguinte o texto oficial do comunicado conjunto soviético-americano:

«Os ministros reafirmaram a fidelidade dos seus países às resoluções do Conselho de Segurança da ONU aprovadas por motivo da agressão do Iraque contra o Kuwait, lamentando o facto de os numerosos esforços enviados pela Organização das Nações Unidas, por outras organizações internacionais, por certos países e representantes, terem sido refutados pelo Iraque. As operações militares sancionadas pela ONU foram provocadas pela renúncia da direcção iraquiana a cumprir as cláusulas e legítimas exigências da comunidade das nações sobre a necessidade da retirada do Kuwait.

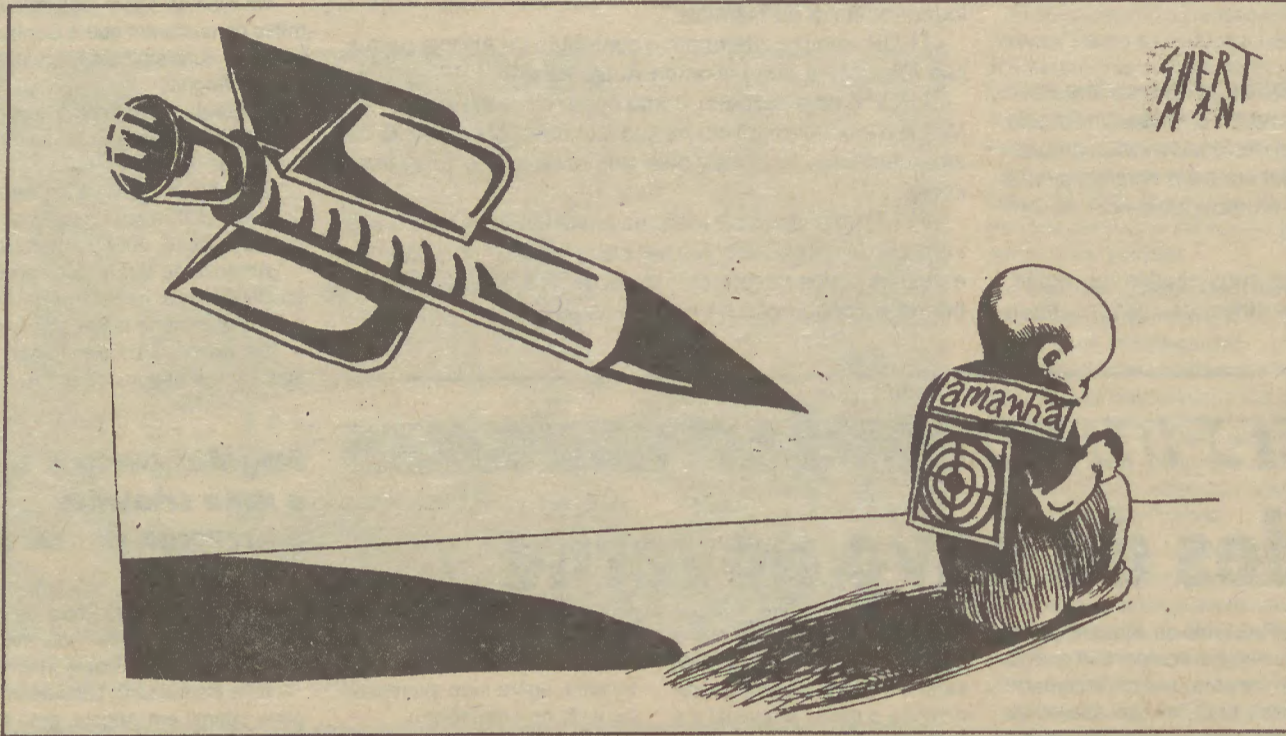
«O secretário de Estado dos EUA, James Baker, sublinhou que os Estados Unidos e os seus parceiros da coligação procuram libertar o Kuwait e não destruir o Iraque. Ele sublinhou que os EUA não se indisponem com o povo iraquiano nem ameaçam a integridade territorial do Iraque. Ele confirmou que os EUA estão a fazer os possíveis para evitar vítimas entre a população civil e não estão interessados no alargamento do conflito. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Aleksandr Bessmertikh, levou em consideração a posição americana, concordando com a afirmação de que a retirada das tropas iraquianas do Kuwait deve continuar a ser o objectivo da comunidade das nações. Ambas as partes consideram que é necessário fazer os possíveis para impedir a contínua escalada da guerra e o aumento das suas proporções.

«Os ministros continuam a considerar que é possível terminar as operações de combate, se o Iraque assumir inequivocamente o compromisso de se retirar do Kuwait. Eles também supõem que este compromisso deve ser imediatamente apoiado por passos

inclusive árabe-israelita. Com isso, ambos os ministros estão de acordo de que é impossível eliminar as fontes de conflito e para o estabelecimento da paz, segurança e verdadeira pacificação entre Israel, os países árabes e os palestinianos. Em virtude disso, os ministros consideram que a regularização da crise no Golfo

Pérsico facilitará significativamente e permitirá intensificar os esforços conjuntos da URSS e dos EUA, enviados em contacto com outras partes na região, com vista a contribuir para a paz entre os árabes e Israel e para a estabilidade regional.

«Ambos os ministros estão convictos de que a União Soviética e os Estados Unidos, como se demonstrou noutros conflitos regionais, são capazes de dar um contributo substancial para a regularização universal da situação no Médio Oriente».



concretos conducentes ao cumprimento total das resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

«A direcção iraquiana deve respeitar a vontade da comunidade mundial. Desta maneira, ela pode pôr termo à violência e ao derramamento de sangue.

«Os ministros estão de acordo em que a tarefa prioritária dos seus governos será a afirmação da estabilidade e da paz, com base em estruturas eficazes de segurança, na região após o termo do conflito. Será importante contribuir para a diminuição do perigo de guerra e o impedimento de falhas, sobretudo levando em consideração o facto de a crescente corrida aos armamentos nesta região instável ser capaz de agravar a ameaça de violência e terrorismo. Além disso, revestir-se-á de especial importância a eliminação das causas da instabilidade e das fontes de conflito,

Sindicatos soviéticos contra a guerra

Os Sindicatos soviéticos divulgaram uma declaração em que exprimem «a dor e a mágoa dos trabalhadores pelo desencadear de acções armadas na região do Golfo. Esta guerra provoca vítimas humanas e destruições materiais consideráveis».

O presidente da Confederação dos sindicatos soviéticos exige «medidas urgentes para fazer cessar a guerra» e apela a «todas as partes para que procurem novos entendimentos políticos no sentido de uma retirada do Iraque do

Kuwait, tal como da retirada de todas as forças militares da região».

Os sindicatos pedem que «sejam desenvolvidos esforços sob a égide da ONU para encontrar uma resposta para todos os problemas do Médio Oriente, incluindo o problema palestiniano».

Convidam «os sindicatos de todo o mundo a pronunciar-se pelo fim da guerra, pela intensificação da sua participação nas acções da comunidade internacional para garantir uma paz duradoura sobre a Terra».

UNIFIL mais seis meses no Sul do Líbano

O Líbano é um dos exemplos bem vivos dos graves problemas a exigir solução urgente no Médio Oriente.

O Conselho de Segurança da ONU prorrogou nestes dias, por um período de seis meses, até 31 de Julho próximo, o mandato da força de intervenção das Nações Unidas (UNIFIL) no Líbano.

Na resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, expressa-se «o enérgico apoio à integridade territorial, soberania e independência do Líbano no quadro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas».

A força de intervenção das Nações Unidas foi enviada para o Líbano a pedido do governo deste país, cujo território meridional tinha sido ocupado pelo exército israelita que aqui criou a chamada «zona de segurança».

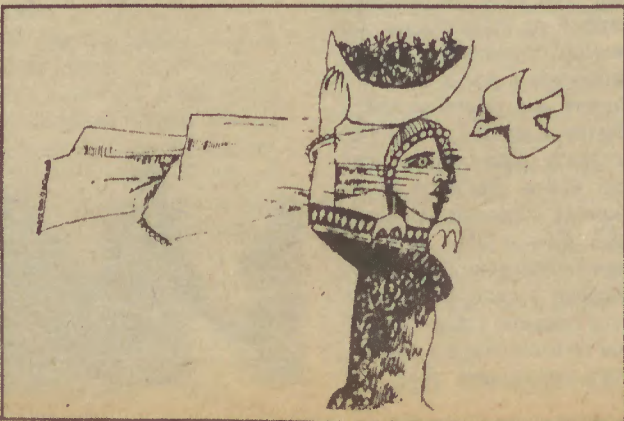
É exactamente nesta zona que se encontram algumas po-

sições da força da ONU, cujo mandato consiste em verificar a retirada das tropas israelitas, restabelecer a paz e auxiliar o governo libanês a recuperar o poder efectivo na região sul do território nacional.

Num relatório do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, indica-se que a força das Nações Unidas não conseguiu cumprir a sua missão ao longo destes treze anos, por Israel

se recusar a retirar as suas tropas do sul do Líbano.

Actualmente, porém, o governo libanês prepara-se para instalar gradualmente o seu exército no sul do país, o que será um primeiro passo para a reafirmação da soberania nesta região. A UNIFIL — segundo o relatório de Cuellar — está pronta a entregar ao exército libanês as suas funções na manutenção da segurança.



«A períodos regulares dão-se grandes tragédias marítimas que evidenciam aos olhos de toda a gente a falta de protecção e a criminosa indiferença do governo fascista de Salazar pela vida dos pescadores. O naufrágio dos pescadores de Matosinhos, em 1947 (que provocou a morte de 185 pescadores); os naufrágios que todos os anos se repetem na praia da Nazaré e em muitos outros centros de pesca, que custam numerosas vidas; os recentes naufrágios nas costas do Algarve e de Ovar; o afundamento de 5 barcos bacalhoeiros na Terra Nova, na campanha de 1952, e o afundamento do «Lousado» em 1953, aí estão a testemunhar tragicamente a falta de interesse e de protecção a que estão votadas as vidas de dezenas de milhar de trabalhadores do mar, pois que o governo fascista, que tem milhões de contos para gastar com a compra de material de guerra aos americanos, não tem uma centena de milhar para construir portos de abrigo e para melhorar os serviços de farolagem e de socorros aos naufragos.

O trágico desastre ocorrido em Fevereiro deste ano em frente de Cascais, onde perderam a vida 16 pescadores, é de si mesmo bem expressivo quanto ao desinteresse do governo pela vida dos trabalhadores. Durante horas, e à vista de muita gente, um grupo de 18 pescadores lutou desesperadamente com a morte, aguardando socorros que só chegaram muitas horas depois, quando só restavam os dois últimos sobreviventes. Isto, porque o serviço de socorros a naufragos não existe em Cascais e o de Paço d'Arcos, por estar mal organizado, só actuou muitas horas depois.

Que medidas tomaram as autoridades marítimas para tentar salvar a vida a estes pescadores? Nenhuma — como foi forçada a reconhecer a própria imprensa fascista.»

«Criminosa indiferença do governo na defesa da vida dos trabalhadores do mar. «Avante!», VI série, nº 185, Fevereiro de 1954)

«O Porto viveu no dia 31 de Janeiro mais uma gloriosa jornada democrática. (...) Trabalhadores do Porto, de Gala, S. Pedro da Cova, Gondomar, Rio Tinto, S. Mamede, Sra. da Hora, Matosinhos foram em massa ao local onde caíram para sempre aqueles heróis. As 18 e 30 já mais de 50 mil pessoas tornavam intransitável as ruas de 31 de Janeiro, da Madeira e dos Clérigos, as Praças da Liberdade, de Almeida Garrett e da Batalha.

Apesar do enorme aparato policial, o número de manifestantes foi aumentando, o povo batendo-se com as brigadas de choque da PSP e da PIDE, cujos agentes apareceram armados de cassetetes. Dezenas de presos foram arrancados pelos manifestantes das mãos dos criminosos da PIDE; dois soldados que se manifestavam e foram presos foram soltos pelo povo; o agente Ferreirinha, quando pretendia prender um democrata, viu-se lançado por terra, arrastado e batido; um chefe da PSP foi tratado ao hospital com a cabeça aberta.

Durante muito tempo o povo gritou na Praça da Liberdade: «Portugal, sim! Salazar, Não!». Vitorioso inúmeros dirigentes democráticos, e destacados em especial foram os nomes de Álvaro Cunhal e Humberto Delgado. A certa altura, desde os Clérigos à Batalha, uma multidão que muita gente diz ultrapassar as 100 mil pessoas gritava «Amnistia para os presos políticos! Amnistia!». Todo o trânsito foi paralisado: os manifestantes desligavam os tróleis dos eléctricos e chegavam a detar-se no chão à frente dos carros para os fazer parar. (...)

Quando cerca das 20h a multidão começou a debandar, outros grupos de pessoas foram chegando, e novas manifestações, estas agora dispersas, se organizaram um pouco por toda a baixa do Porto. Até cerca da 1h da manhã o povo do Porto bateu-se com os polícias, cantou, deu vivas, gritou o seu ódio a Salazar.»

«31 de Janeiro no Porto» «Avante!», VI série, nº 313, Fevereiro de 1962)

Delegação do PCP em França

No quadro da cooperação entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Francês, encontra-se em França, entre 4 e 10 de Fevereiro, uma delegação da DORL, que mantém encontros com a organização de Ile de France do PCF, para troca de experiências.

A delegação do PCP é composta por José Casanova, da Comissão Política, Rosa Rabiais e Jorge Cordeiro do CC e da DORL.

edições *Avante!*

DOSSIER NATO